



ABRALIN

**Boletim da
Associação Brasileira de
Linguística**

Homenagem a Aryon Dall'Igna Rodrigues

ISSN 0102-7158

Nº 20

Janeiro 97

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística/
Associação Brasileira de Linguística. - Vol. 1 (1979).
-Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, [1979-].
v.

Anual
ISSN 0102-7158

1. Linguística - Periódicos. I. Associação Brasileira
de Linguística.

CDU: 800(051)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA
ABRALIN

Componentes da Diretoria e do Conselho

GESTÃO 95/97

DIRETORIA:

Presidente: Maria Denilda Moura (UFAL)
Secretária: Marisa Bernades Pereira (UFAL)
Tesoureira: Adair Pimentel Palácio (UFAL)

CONSELHO:

Raquel Teixeira (UFG)
Paulino Vandresen (UFSC)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP)
Maria Cecília Mollica (UFRJ)
Lúcia Maria Pinheiro Lobato (UnB)
Luiz Antônio Marcuschi (UFPE)

ORGANIZAÇÃO:

Adair Pimentel Palácio

DECLARAÇÃO

5

Revisão e Editoração Eletrônica:
Digital Graph

ABRALIN

Boletim da Associação Brasileira de Linguística

SUMÁRIO

O Sufixo Onomático e a Preservação das Consoantes do Fim de Raiz em Guarani Paraguaio Willem F. H. Adelaar	11
Bakairi and the Feature 'Voice' Leo Wetzels	21
Alguns Aspectos da Língua Koiá, Presentemente Denominada Kwaza Hein Van der Voort	35
Evidências do Guarani Antigo para uma Hierarquia das Categorias Lexicais Daniele Marcelle Grannier Rodrigues	55
Agreement and Spurious Antipassives Ken Hale e Luciana Storto	61
Estrutura de Cláusulas em Gavião de Rondônia Denny Moore	91
Verb Raising and Word Order Variation in Karitiana Luciana Storto	107
O Dialeto Paulista da língua Kaingáng Marita Pôrto Cavalcante	133
Aquisição e Uso de Duas Línguas: Variedades, Mudança de Código e Empréstimo Silvia Lucia Bigonjal -Braggio	139
Outorga do Título de Professor Emérito ao Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues Stella Maris Bortoni-Ricardo	173

APRESENTAÇÃO

Com este número especial do Boletim da ABRALIN, a Associação Brasileira de Linguística vem prestar uma justa homenagem ao Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues, sócio fundador e seu primeiro Presidente, pela ininterrupta contribuição aos estudos lingüísticos brasileiros, por um período de mais de cinquenta anos.

Participe ativo da história da Linguística no país, este Professor, que já fazia pesquisas lingüísticas desde os dezessete anos, ao regressar recém-doutorado da Alemanha, logo começou a estimular colegas e alunos para as pesquisas nessa área. Daí seu encontro inevitável com Mattoso Câmara, de quem se tornou grande amigo, e com colegas outros que, no Brasil, formavam um grupo de estudiosos da linguagem. Desde sua Universidade, no Paraná, entrou em contato com professores da USP, da UFRJ, da UFRS, da UFPE, da UFSC e de tantos outros centros onde soubesse haver pesquisadores, estudiosos ou interessados na ciência da linguagem. Desde cedo preocupou-se com a improvisação que poderia ocorrer com a inclusão da disciplina Linguística nos Currículos dos Cursos de Letras. Com o intuito de orientar colegas, escreveu o artigo *Tarefas da Linguística no Brasil*, que logo se tornou um manual do que poderia ser feito nessa área. Sua preocupação com a improvisação levou-o ainda a participar ativamente na criação de Programas de Pós-Graduação em Linguística, que possibilitassem ao estudioso brasileiro uma formação adequada à difusão desta ciência no exercício do magistério. Com a criação da UnB, fez parte do primeiro quadro de professores daquela Universidade, congregou para lá renomados lingüistas e, com eles, vivenciou a efervescência acadêmica daquele momento. Participou ainda de movimentos junto a entidades de fomento à pesquisa em busca de recursos financeiros para a área de Ciências Humanas.

Professor Aryon Rodrigues tem atuado em várias áreas da Linguística, mas tem mantido total fidelidade à área da Linguística Indigenista, quer nos aspectos descritivos de línguas individuais, quer nos estudos histórico-comparativos dos grupos de línguas faladas ou

extintas do país. Sua preocupação primeira tem sido a documentação dessas línguas, tanto para ajudar na sua preservação, como para servir à ciência com o registro das informações nelas contidas, úteis ao desenvolvimento de novas teorias lingüísticas, ao conhecimento do homem americano e do seu saber.

Professor e Conferencista no Brasil e no Exterior ele foi divulgando os resultados de suas pesquisas, abrindo espaço para ex-alunos e orientandos, semeando seu saber e conquistando brasileiros e estrangeiros para a pesquisa das línguas indígenas brasileiras. Circunspecto, formal, paciente, disponível são alguns dos adjetivos que ajudam a traçar seu perfil. Um homem assim jamaisalaria dos seus sonhos, mas eles podem ser vislumbrados na parte final do seu famoso artigo, citado acima, quando relata a situação das línguas minoritárias brasileiras, e mais precisamente, as línguas indígenas. Nota-se ali que ele gostaria de ver essas línguas registradas, analisadas e descritas. Ele teria sonhado com um grande número de pesquisadores com boa formação científica para o Brasil, muita dedicação aos estudos lingüísticos, principalmente das línguas indígenas, um banco de dados, centros de pesquisa devidamente aparelhados. O Professor deve ter sonhado em ver o Brasil bem representado nas grandes publicações sobre as línguas do mundo, com seu espaço completamente coberto por línguas identificadas e analisadas e pela contribuição que elas estariam prestando para um maior conhecimento sobre as línguas do mundo. Uma situação bem diferente da dos registros da publicação especial da revista *Anthropological Linguistics* sobre as línguas do mundo, nos anos 40, onde na parte referente ao Brasil quase não há registros por falta de informação sobre essas línguas.

Acredita-se que o sonho do Mestre não esteja completamente realizado, mas acredita-se também que, mesmo em condições adversas, a sua tenaz dedicação conseguiu para os estudos das línguas indígenas brasileiras um espaço que vem se ampliando tanto qualitativa como quantitativamente. Os artigos reunidos para este Boletim são de colegas, amigos, admiradores e ex-alunos do Prof. Aryon, pesquisadores atuantes em vários setores da Lingüística Indigenista, no Brasil e no Exterior, e que, de alguma forma, foram motivados por ele ou por seus trabalhos para os estudos das nossas línguas aborígenes.

Os artigos são estudos sobre línguas indígenas brasileiras e foram reunidos por temas de fonologia, morfossintaxe, sintaxe, bilingüismo e educação. Publica-se também o discurso de posse do título de Professor Emérito, com o qual foi agraciado pela UnB em dezembro passado. A realização do sonho do Prof. Aryan Rodrigues está se concretizando.

Maceió, janeiro de 1997

Diretoria da ABRALIN

O SUFIXO ONOMÁTICO E A PRESERVAÇÃO DAS CONSOANTES DO FIM DE RAIZ EM GUARANI PARAGUAIO

Willem F. H. Adelaar¹

Em Tupinambá, a distribuição dos alomorfos do sufixo de caso onomático -a / -e (Rodrigues 1994) dependia das características formais da raiz com a qual se combinavam. Este sufixo se manifestava na sua forma segmental -a apenas depois de uma consoante, que podia ser tanto oral, quanto nasal; depois de vogais orais e nasais o alomorfo do sufixo onomático era zero. Sempre segundo Rodrigues (1994), o Tupinambá, exemplo clássico de uma língua Tupi-Guarani conservadora, dispunha de uma série de consoantes que podiam ocorrer no fim de raiz e de palavra. Estas consoantes incluíam as consoantes orais *k*, *β*, *r*; as nasais *m*, *n*, *ŋ*; e as semivogais *j*, *w*.¹

O desenvolvimento histórico da língua Guarani levou à perda de todas as consoantes que se encontravam no fim de palavra. A grande maioria das consoantes finais de raiz foram simplesmente eliminadas, embora em alguns casos a consoante pudesse se conservar no interior de uma raiz ou de um sufixo. O Guarani Antigo, descrito por Ruiz Montoya em 1640 (cf. Grannier Rodrigues 1990), conservava no fim de palavra a velar oral na sua realização *γ* e a velar nasal *ŋ*. As outras consoantes finais apenas as mantinham no

¹ CNWS - Faculdade de Letras, Universidade de Leiden, Holanda

¹ A análise fonológica, que forma a base da nossa notação de elementos lexicais do Guarani Paraguaio, se baseia em Gregores e Suárez (1967) com a ressalva que indicamos a nasalidade prosódica no fim das raízes e não necessariamente nas vogais acentuadas (cf. Adelaar 1994). Indica-se o acento (') em cima das vogais ou diante delas por motivo de limitações tipográficas. Pela mesma razão, o símbolo da nasalidade (~) pode seguir a vogal, a qual se associa. Por último, a semivogal palatal se escreve *j* na sua função de consoante, a fricativa velar sonora se escreve *γ* e a vogal posterior alta não-arredondada se escreve *ɨ*. Para as formas reconstruídas procuramos aderir à prática das fontes usadas com algumas adaptações.

fim de raiz diante de sufixos que começassem por uma vogal. O antigo sufixo de caso onomático aparecia em muitas palavras só com o efeito de manter a consoante final de origem; por exemplo, em pába 'fim' (de paβ 'acabar' + a). Além disso, o sufixo -a continuava sendo utilizado em combinação com os sufixos nominalizadores (-Car, -Caβ, -βor, -pír) e com os sufixos de tempo nominal (-Cer, -rām, -rajwer).

No Guarani Paraguaio Moderno, este processo se encontra consumido. Já não existem raízes que terminem numa consoante. As consoantes orais k, β, r passaram a zero; as consoantes nasais m, n, ŋ sobreviveram na forma de uma nasalização da vogal precedente; e as semivogais j, w perderam a sua condição de consoantes, sendo tratadas daí em diante como constituintes de ditongo. No entanto, as consoantes finais da proto-língua se conservaram sempre que sua posição fosse no interior da raiz.

A condição de consoantes originalmente finais ficarem no interior de uma raiz se dava quando elas fossem seguidas de um elemento sufixal que fosse reinterpretado como constituinte da raiz. O caso mais freqüente de tal reinterpretação é precisamente aquele do sufixo onomático na sua forma segmental -a. Ao momento de se remodelarem as raízes de consoante final em raízes de vogal final, o sufixo de caso onomático perdeu o seu único apoio segmental e o seu alomorfo -a deixou de representar um morfema produtivo. Contudo, o elemento -a continuou a existir como elemento cristalizado integrante de algumas raízes. (cf. Rodrigues 1995a).

Quais são as raízes às quais foi integrado o elemento -a e que, por conseguinte, conservaram uma realização da sua consoante final original? A função de sufixo de caso onomático se confinava aos substantivos e às formas nominalizadas do verbo. Os verbos (com a exceção das suas formas nominalizadas) e os adjetivos não tinham a possibilidade de ser combinados com o sufixo de caso onomático -a. Por isso, não puderam conservar as consoantes finais quando as tiveram. (Rodrigues 1995a).

É preciso acrescentar que as raízes verbais do Tupinambá e do Guarani Antigo podiam ser combinadas com outro elemento -a, alomorfo do sufixo de gerúndio e parte de um sistema complicado de formas complementárias, distribuídas segundo uma base morfofonológica. Este elemento -a, foi substituído em Guarani Paraguaio por um só sufixo -vo, sem variação morfofonológica,

conservando-se apenas nas formas do verbo de aspecto durativo *hĩnã* (do Guarani antigo *-ĩn* 'estar sentado').

A disponibilidade de *-a* do gerúndio e de outros sufixos verbais, que começassem com uma vogal, não conseguiram evitar a queda das consoantes finais de raízes verbais em Guarani Paraguaio. Dietrich (1990) menciona o caso isolado da raiz **-pak*, 'despertar', cuja consoante final passou a uma vogal posterior alta *ɨ* (*-pai*). Além disso, algumas raízes de verbos compostos ou derivados contêm a realização da consoante final da raiz, por exemplo, *hešayi* 'descuidar' (de **s-epjak* 'ver' + *ʔi* 'diminutivo'); *apiká* 'banco' (de **-apik* 'sentar-se' + **Caβ* 'nominalizador instrumental'); e *t-aihpára* 'amante' (de *t-* + **-aĩcuβ* 'amar' + **Car* 'nominalizador agente' + *a*). Tais expressões eram de formas antigas; combinações recentes não exibem nenhuma realização das consoantes finais; por exemplo, *heša-uká* 'mostrar' ('ver' + 'causativo'). O sufixo de nominalização agentiva continua a ter duas formas alternativas em Guarani Paraguaio: *-há* e *-hára*. O morfema *k'éra*, que indica o plural dos substantivos em Guarani Paraguaio Moderno, coincide com um possível alomorfo longo da variante *k'é* (**p'er*) do sufixo de tempo passado nominal.

A maior parte dos casos de retenção do sufixo do caso onomático dá-se nos substantivos. Embora fosse facultativa a retenção do sufixo *-a*, ela trouxe um novo critério formal para distinguir entre verbos e substantivos outrora homófonos. Talvez o caso mais conhecido seja aquele da raiz *ke(r)* 'dormir, sono', que em Guarani Paraguaio ficou representado em duas formas:

- (i) *ké* 'dormir'

ké, kéra 'sono, modo de dormir'

O caráter facultativo da retenção de *-a* explica a existência de duas formas alternativas para o substantivo, que no seu turno formaram a base de uma outra construção verbal *še-ké, še-kéra* 'tenho sono'.

Não é possível prever com precisão quais os substantivos tomaram o sufixo *-a* e quais ficaram idênticos à raiz, só com a perda da consoante final. Um caso ilustrativo é aquele do tratamento diferente de **kam* 'seio' e **cam* 'corda'. A primeira raiz acha-se sempre com o antigo sufixo de caso onomático e tem forma *kãmã* com retenção da sua consoante final. Na segunda raiz, a consoante

final é refletida apenas pela nasalidade da vogal precedente e tem forma s'ã; o sufixo de caso onomático não aparece. Em outros casos existem duas formas alternativas, uma com a consoante final seguida pelo elemento -a e outra sem nenhum dos dois: por exemplo, em k^wa ou k^wára 'buraco' (*k^war).

O inventário das consoantes, que podiam anteceder o antigo sufixo de caso onomático, fica mais reduzido em Guaraní Paraguaio do que em Tupinambá e em algumas outras línguas da família Tupi-Guarani (por exemplo, na Língua Geral Amazônica; veja Rodrigues 1986: 99-109). As semivogais, que aparentemente perderam totalmente o seu caráter consonantal, nunca estão seguidas pelo sufixo -a. Por outro lado, o Guaraní Paraguaio tem casos de retenção de γ (*k), v (*β), r, m, n, ŋ.

A retenção da consoante oral velar (γ) acha-se em ?óya 'casa' (*ok + a) e ivága 'céu' (*ibak + a). Ao lado das formas longas ?óya e ivága, Guasch também menciona algumas expressões com as raízes curtas ?ó e ivá; a raiz curta de ?óya manteve-se também na palavra composta tupaó 'igreja' (tup'ã 'Deus' + ?ó). Os substantivos trissilábicos maní?ó 'mandioca' (*maní?ok) e tanimú 'cinza' (*tanimuk) não ocorrem com a consoante final seguida de -a. É concebível que o número de sílabas tivesse desempenhado um papel aqui. O substantivo jet'í 'batata' também não conserva a consoante final com o elemento -a, mas a pronúncia da vogal i no fim da palavra inclui automaticamente a presença de um som fricativo velar, que talvez tenha eliminado a necessidade de usar -a. O comportamento de kóya 'chácara, roça' é semelhante a ?óya e se deve talvez à contaminação, pois remonta a uma proto-forma *koy em Guaraní antigo (Montoya 1640) mas com um equivalente sem velar final (*ko) em Tupinambá. (Rodrigues 1995a). A raiz ko (γ) participa também da expressão kok^wé 'fazenda', na qual a seleção do alomorfo k^wé do sufixo nominal de tempo passado poderia indicar a antiga presença de uma consoante final velar.

A retenção da consoante oral labial (β) acha-se em raízes monossilábicas, cuja vogal é a ou u. Os casos são ?áva 'cabelo' (*?aβ + a), káva 'marimbondo, vespa' (*kaβ + a), táva 'aldeia' (*taβ + a), t-ú(v)a 'pai' (*-uβ + a) e itú(v)a 'ovas de peixe' (*?i-t-uβ + a). Para t-ú(v)a 'pai' se utiliza uma forma curta -ú depois do elemento combinatório r-, por exemplo, em ʒe-r-ú 'meu pai'. A palavra itú(v)a

contêm duas raízes monossilábicas (*ʔi 'água' e *-uβ 'ovas de peixe', a presença de t- ainda precisa de uma explicação). Duas raízes monossilábicas com β final (*aβ 'pelo, pena' e *oβ 'folha') ficaram ampliadas por meio do sufixo nominal de tempo passado (*-(p)wer), que passou a -γ^wé depois de β: t-aγ^wé 'pelo, pena' e t-oγ^wé. A raiz *ʔiβ 'árvore, tronco' aparece sobretudo em ivá 'fruta' (*ʔiβ + *ʔa 'fruta'). A palavra para 'piolho' k'í (*kiβ) e as raízes dissilábicas, tais como aó 'roupa' (*aoβ) apiká 'banco' (*apikaβ), huʔí. 'flechá' (*uʔiβ), ipá 'lagoa' (*ipaβ) e muruviá. tuvišá 'rei, presidente' (*muruβikaβ, *-uβikaβ) perderam a sua consoante final. É possível que a consoante final de *kiβ tenha sido preservada no verbo derivado kivú 'despiolhar'.

A maioria dos substantivos, que conservaram a consoante final, são aqueles derivados de raízes que acabaram em r. Quase todas as raízes em r de origem monossilábica mantiveram a consoante final em combinação com o antigo sufixo -a, sem levar em consideração a identidade da vogal precedente. Alguns casos representativos de raízes monossilábicas são ʔára 'dia' (*ʔar), t-éra 'nome' (*-er) jára 'pai, proprietário' (*jar), kéra 'sono' (*ker), k^wára 'buraco' (*k^war), p'ira 'estado ou' (*pír) e possivelmente ʔúra 'mariposa noturna'. As raízes kéra e k^wára também aparecem nas suas formas curtas ké e k^wá (veja acima). A raiz *pir 'pele' foi conservada sobretudo numa forma ampliada com o sufixo *-wer. O resultado é piré, mas existe também uma forma curta pi no substantivo composto yakapi 'couro'. A raiz *por 'morador' também pertence a esta categoria de raízes monossilábicas, mas sempre participa de uma expressão composta como ivipóra 'morador da terra, gente' (iv'í 'terra'). A raiz *wir 'parte inferior' só foi encontrada na sua forma curta γ^wí ou numa forma derivada como γ^wiré 'aquele em baixo'. Das raízes de origem dissilábicas só uma parte conservou a consoante final. Apenas três substantivos, apira 'couro cabeludo', ajúra 'pescoço' (*ajur) e eira 'mel' (*eir) normalmente aparecem na sua forma ampliada com -a, salvo em formas compostas ou derivadas (ajuvoʔí 'pescoço delgado', ajúri 'no pescoço', eireté 'mel'). Em vários substantivos existem as duas formas, ap'í, ap'ira 'ponta' (*apír): at'í, at'ira 'pilha, montão' (*atír) oká 'exterior', okára 'campo rural' (*okar): tak^wá, tak^wára 'cana, bambu' (*tak^war). O caso de at'í(ra) é análogo àquele de ke(ra) (ver acima): at'í é um verbo 'reunir-se' ou um substantivo 'pilha, montão', ao passo que at'ira só

pode ser substantivo (com o mesmo significado). Todos os termos de parentesco, cuja raiz dissilábica ou trissilábica começa por uma vogal, têm duas formas. A forma longa (com *-ra*) ocorre na forma absoluta precedida por *t-* e a forma curta participa das formas possuídas ou relativas com o prefixo *r-*: *r-aj'í*, *t-aj'íra* 'filha do varão' (**ajír*); *r-a?í*, *t-a?íra* 'filho do varão' (**a?ír*); *r-ein'í*, *t-ein'íra* 'irmã do varão' (**einír*); *r-iké*, *t-ikéra* 'irmã maior da mulher' (**iker*); *r-ike?í*, *t-ike?íra* 'irmão maior do varão' (**ike?ír*); *r-iv'í*, *t-iv'íra* 'irmão menor do varão' (**ivír*). Os casos restantes de raízes reconstruíveis com *r* final, tais como *t-akík'é* 'parte traseira' (**akíp'wer*), *apité* 'centro' (**apiter*), *iyá* 'canoa' (**iar*), *k'watiá* 'papel' (**k'watar*), *mem'í* 'filho da mulher' (**memír*), *pot'í*, *ivot'í* 'flor' (**potír*, *ivotír*), *ivit'í* 'outeiro' (**i?ítír*), *jay'á* 'cachorro' (**ja?war*), *juk'í* 'sal' (**jukír*), *mohap'í* 'três' (**mosapír*) só aparecem com a consoante final de raiz em palavras compostas e derivadas, por exemplo, em *t-akík'éré* 'tasto' (**akípwer + wer*), *ivitirusú* 'montanhas' (**i?ítír + usu* 'grande'), *jay'areté* 'onça' (**ja?war + ete* 'superlativo, autêntico'), *jukír'í* 'água com sal' (**jukír + ?í*), *memiré* 'filho que a mulher teve' (**memír + wer*). Algumas raízes em *-r* têm-se mantido diante do sufixo adverbial *-i*; por exemplo, *ap'íri* 'em cima, a custa de' (**apír + i*); *?ári* 'parte superior' (**?ár + i*); *p'íri* 'em companhia de' (**pír + i*); *takík'éri* 'atrás de' (**t-akíp'wer + i*). Os sufixos, cuja forma antiga terminava em *-r*, se revelam, entre outras coisas, pela seleção do alomorfo *-ré* (**r + wer*) do sufixo de tempo passado, quando vão seguidos pelo mesmo; por exemplo, *-p'í*, *-p'iré* 'participio passivo' (**pír*), *γ'á*, *γ'aré* 'pertencente a' (**war*).

A retenção da consoante nasal labial *m* no fim de raízes se confina apenas ao caso de *kámá* 'seio' (**kam + a*, ver acima) e à palavra *panamí* 'borboleta' (**panam + ?í*). Nesta última a presença do sufixo *-?í* 'diminutivo' aparentemente teve o efeito de conservar a consoante final da raiz. Nos substantivos *t-et'á* 'pais' (**etam*), *ivi?á* 'barranco' (*ivi?ám*), *pet'í* 'tabaco' (**petim*), *s'á* 'corda' (**cam*), e nos sufixos *-?í* 'negação' (**e?ím*) e *-r'á* 'futuro nominal' (**ram*) apenas permaneceu a nasalidade da vogal precedente.

A preservação da consoante nasal alveolar *n* acha-se num só caso, aquele do substantivo de raiz monossilábica *mêná* 'marido' (**men + a*). Nos substantivos *am'á* 'chuva' (**aman*) e *pit'ú* 'obscuridade' (**pitun*), de raiz dissilábica, a consoante nasal apenas

permanece refletida pela nasalidade da vogal final. A identidade da nasal final também está visível numa palavra composta, como *amana'vi* 'garoa' (*ha'vi* 'garoa').

Duas raízes monossilábicas, que acabaram numa consoante nasal velar *ŋ*, mantiveram-na diante do sufixo onomático *-a*. Trata-se de raízes que no Guaraní Antigo foram registradas por Montoya (1640) como homófonas (*ang*) com os significados 'agora' e 'alma'. Os vocábulos modernos do Guaraní Paraguaio, *ʔáŋã* 'agora' (em Guasch: *ãga*) e *ʔáŋa* 'alma' (em Guasch: *ãnga*) exibem uma diferença sutil da pronúncia com uma nasalidade intensa, mantida até o fim da palavra, no primeiro caso, e com uma diminuição gradual da mesma no segundo. Não é possível explicar esta diferença de pronúncia baseando-se nas formas registradas por Montoya. Além disso, a presença do sufixo de caso onomático num advérbio como *ʔáŋã* é bastante inesperada. Os outros substantivos monossilábicos e polissilábicos, cuja raiz originalmente terminava em *ŋ*, apenas preservaram a nasalidade da vogal precedente como realização da consoante nasal velar; por exemplo, *ak'ã* 'cabeça' (**akŋ*), *t-atat'i* 'fumaça' (**ata-tiŋ*), *k'ã* 'osso' (**kaŋ*), *mit'ã* 'criança' (**mitŋ*), *t'ũ* 'bicho-de-pé' (**tũŋ*), *ye?e-* 'linguagem' (**ye?eŋ*). O substantivo *k'ã* usualmente é substituído pela forma ampliada *kaŋwé* (**kaŋ + wer*). A consoante final de **tũŋ* aparece no substantivo derivado *tũgusu* 'pulga' (**tũŋ + usu* 'grande'). A expressão *porãŋã* 'muito bem!', derivada do adjetivo *por'ã* 'bem' (**poraŋ*) e registrada por Gregores e Suárez (1967), poderia também representar um caso de retenção do sufixo de caso onomático.

Em conclusão, pode-se constatar que em Guaraní Paraguaio a manutenção do alomorfo *-a* do sufixo de caso onomático (com perda da sua função gramatical original) constitui a estratégia principal para preservar a identidade formal das consoantes outrora presentes no fim de raízes. Esta observação não se aplica às semivogais *j* e *w*, cujas ocorrências, no fim de raízes, têm sido reinterpretadas como vogais constituintes de ditongo. O uso daquela estratégia de preservação das consoantes finais é uma propriedade lexical e não um automatismo. Aplica-se quase unicamente aos substantivos e com maior frequência aos substantivos monossilábicos, como sintoma de uma corrente geral em direção ao polissilabismo. A qualidade da vogal acentuada não parece desempenhar um papel significativo nem em forma independente, nem em associação a consoantes finais específicas.

Referências:

- Adelaar, Willem F. H. 1994. The Nasal/Oral Distinction in Paraguayan Guaraní Suffixes; in Mary Ruth Wise, ed. *Linguística Tupi-Guaraní/Caribe. Estudios Presentados en el 4º Congreso Internacional de Americanistas, 7-11 de julio de 1991. Nueva Orleans. Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, 8, pp 125-133. Lima: Ignacio Prado Pastor.
- Anchietá, Joseph de. 1595. *Arte de Grammatica da Lingua Mais Usada na Costa do Brasil*. Coimbra. Antonio Maniz. Edição (1933). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Dacunda Diaz, M. Ricardo. 1987. *Gran Diccionario de Lengua Guaraní*. Buenos Aires: Ediciones Guairacá.
- Dietrich, Wolf. 1986. *El Idioma Chiriguano*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana: Ediciones Cultura Hispánica.
- Dietrich, Wolf. 1990. *Moore Evidence for an Internal Classification of Tupi-Guaraní Languages*. Indiana Suplemento 12. Berlín: Gebr. Mann Verlag.
- Drummond, Carlos, ed. 1952. *Vocabulário na Língua Brasileira (Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa)*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim Nº 137. Etnografia e Tupi-Guaraní Nº 23.
- Gregores, Emma, e Suárez, Jorge A. 1967. *A Description of Colloquial Guaraní*. Mouton: Haia. Paris.
- Guasch, S. I., P. Antonio. 1956. *El idioma Guaraní. Gramática y Antología de Prosa y Verso*. 3ª edição. Assunção: Casa América - Moreno Hermanos.
- Guasch, S. I., P. Antonio. 1981. *Diccionario Castellano-Guaraní y Guaraní-Castellano*. 5ª edição. Assunção: Ediciones Loyola.
- Lemle, Miriam. 1971. The Internal Classification of the Tupi-Guaraní Linguistic Family, in David Bendor-Samuel Ed. *Tupi Studies I*, pp 107-129. Norman: University of Oklahoma: Summer Institute of Linguistics.
- Mello, Augusto Antônio Souza. 1992. *Estudo Comparativo do Léxico da Família Linguística Tupi-Guaraní*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Montoya, Antonio Ruiz de. 1640. *Arte de la Lengua Guaraní*, Madrid. Edição (1993) de Bartomeu Meliá. Assunção: Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch".

- Restivo, Paulo. 1722. *Lexicon Hispano-Guaranicum* "Vocabulario de la Lengua Guarani" *Inscriptum*. Edição (1893) de Christian Friedrich Seybold, Stuttgart: Kohlhammer.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1994. The Grammatical Structure of Classical Tupi. Curso de Pós-Graduação "Classical Tupi, the Tupi Language Stock and Other Languages of Lowland South America" Universidade de Leiden, Holanda (abril 1994).
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1995a. Oposición Conceptual y Analogía Fonológica en Guaraní: 'Casa' y 'Chacra'. in Ana Fernández Garay e José Pedro Viegas Barros. *Actas de las Segundas Jornadas de Lingüística Aborigen* (novembro 1994), pp 325-329. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras Instituto de Lingüística.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1995b. Descripción del Tupinambá en el Período Colonial: el Arte de José de Anchieta. *Palestra no Coloquio Internacional sobre la Descripción de las Lenguas Amerindias en el Período Colonial* Berlín. Ibero-amerikanisches Institut (outubro 1995).
- Rodrigues, Danielle M. Grannier. 1990. *Fonologia do Guaraní Antigo*. Campinas: Editora da Unicamp.

BAKAIRI AND THE FEATURE 'VOICE'

Leo Wetzels*

INTRODUCTION

It is by now generally agreed that the feature [-voice] plays no role in the early (or lexical) phonology of any language. Recent statements of this nature can be found in Cho (1990a, b), Lombardi (1991, 1996), Iverson & Salmons (1996), among many others. The feature [-voice] is said to be 'unmarked', or, almost equivalently, is regarded as a 'default' feature. As such, the role of [-voice] should be confined to the phonetic component, or, at the very most, it should be active only in the postlexical component (cf. Lombardi 1996). Consequently, one does not expect to find a language where the feature [-voice] must be specified at the level of lexical representation, or participates in lexical rules of any kind, including rules of assimilation and dissimilation.

In this paper I will discuss the patterning of the laryngeal features of Bakairi and argue that in this language the feature [-voice] is lexically relevant. The data are taken from two studies by Souza (1991, 1995). In Souza (1995) a non-linear analysis of the Bakairi facts is given, which is different from the one proposed below in several respects. I will not enter into a detailed comparison between Souza's analysis and my own, simply because the primary aim of my paper is to use the Bakairi facts as an element in the discussion about the lexical relevance of the feature [-voice]. Suffice it to say that, as compared to Souza (1995), the analysis elaborated below presents, in my view, a higher degree of analytical simplicity. Obviously, this paper would not have been possible without Souza's studies, which are in part based on fieldwork done by the author herself.

*Free University of Amsterdam/Holland Institute of Generative Linguistics.

1. THE DISTRIBUTION OF LARYNGEAL FEATURES IN BAKAIRI

Bakairi¹ has the following system of consonants²

p	t	k	b	d	g
	t ^h	k ^h		d ^h	g ^h
	s	ʃ	β	z	ʒ
		tʃ			dʒ
m	n				
	l				
	r				

The syllable structure of Bakairi is of the (C)V type, which means that consonants do not cluster and are only allowed in syllable onset position.

The language shows an interesting distribution of the 'voice' feature, both within lexical roots and inside phonological words. For both categories, the behaviour of 'voice' is more or less identical. I will therefore construct my analysis on the basis of the distribution of the voice feature in lexical roots. Where convenient, mainly to justify some analytical decisions, I will imply the word domain in the discussion. Subsequently I will show how the distribution of 'voice' in phonological words can be predicted.

1.1 Roots without Sonorant Consonants

1.1.1 The data

Bakairi roots may contain sonorant and nonsonorant consonants. Both consonant types may occur together in a root. In this section I will concentrate on roots which exclusively contain nonsonorant consonants. In section 1.2 I will show that the patterning of voiced and voiceless consonants is not crucially different when they co-occur with sonorants.

¹ Bakairi is an indigenous language of Brazil, and is classified as a member of the southern Carib-family (see Rodrigues 1986:58-64). The language is spoken by approximately 350 persons who live in the state of Mato Grosso, southwest of the Upper Xingu river

² From Souza (1995:50, fn 2) I conclude that /s/ and /ʃ/ are in partial complementary distribution, and that /z/ and /ʒ/ are in complete complementary distribution. It is not clear from Souza's study whether the labialised sounds must indeed be considered independent phonemes.

Bakairi has monosyllabic and polysyllabic roots. In polysyllabic roots, voiced and voiceless oral obstruents alternate in a way shown by the following monomorphemic words (for reasons which will be made clear below, I will momentarily exclude from the discussion the root-initial consonants as in *tɔzəkadɔ* 'bench'):

(1)

+ - +		
tɔzəkadɔ	'bench'	
- +		
pekɔdɔ	'woman'	
- +		
itubi	'skin'	
+ - +		
ɔdɔpiga	'heat'	
+ -		
pɔzjika	'ant eater'	

Few roots show sequences of non-alternating voiced consonants (again disregarding root-initial consonants):

(2)

+ +		+ +	
mɔdɔdɔ	'jaguar'	kaʃida	'arara'
+ +		+ +	
ɔgɔdɔ	'man'	azage	'two'
+ +		+ +	
ɔgɔdɔ	'animal'	ezedi	'name'

The roots of the type in (2), in which two or more consecutive nonsonorant consonants are voiced, are rare, and may be considered exceptions. The usual distribution of voiced and voiceless consonants consists of an alternating sequence [+,- voice], or [-,+ voice], as in (1). Moreover, no polysyllabic roots are found which show more than a single occurrence of the feature [-voice]. In (3) I have summarised

the voice patterns that one encounters in polysyllabic roots which contain only nonsonorant consonants.

- (3)
- | | |
|----|---------|
| a. | - + |
| b. | + - |
| c. | + - + |
| d. | + + |
| e. | (+ + +) |
| f. | (- + +) |

Although the patterns (3e-f) are not attested in the polysyllabic roots which I have at my disposal, I suspect that the absence of these sequences does not represent a significant fact of Bakairi phonology. Roots of the type (C)VCVCVCV, which have three or more root-internal CV-syllables of which moreover all C's are nonsonorants, are very rare. More significantly, in derived words, for example in words consisting of a trisyllabic (C)VCVCV root followed by one or more suffixes, the patterns of (3e-f) are normal³. More important for the proper analysis of the voice distribution in Bakairi are the patterns that are unattested for structural reasons, and which are lacking both in roots and in words. I have summarised these patterns in (4a) and compared them in (4b) with the corresponding minimally different grammatical sequences.

(4)	a	b
	(unattested)	(grammatical)
i	- + -	- + +
ii	+ + -	+ + +
iii	+ - -	+ - +
iiii	- -	- +, or + -

Clearly, the occurrence of [-voice] in Bakairi is subject to two restrictions. The first restriction prohibits the presence of more than one [-voice] feature per root. This is why the patterns (4ai, iii, iiii) are ungrammatical. The second restriction binds an alternating [+,-] or [-,+] pattern to the first two intervocalic nonsonorant consonants of the root (or to the only nonsonorant consonant of a (C)VCV root and to the initial consonant of an immediately following suffix). In different terms, the feature [-voice] can only occur on the first or second intervocalic consonant of the root (or word). This restriction explains the nonoccurrence of the pattern in (4aii).

³ Of course, the root is of the exceptional type (2) in words which show the pattern (3e).

Except for the occurrence of a single intervocalic [-voice] feature, voiced and voiceless consonants are in complementary distribution in a way which follows from universal markedness conventions: word-initially only voiceless stops occur, whereas intervocalically one only encounters voiced segments (except for one position). To clarify this point, I will turn to the root-initial consonants, which have been left out of the discussion so far.

Root-initial consonants do not take part in the game of contrastive voice features. To see this, compare the words in (5a) with those in (5b):

(5)	a.		b.	
	- -		+ -	
	tak	'bow'	tə-dəka-ge	'have a bow'
			agent-bow-verbaliser	
	- -		+ -	
	pepi	'canoe'	i- jepi-re	'his canoe'
			3p-canoe-poss.	
	- -		+ -	
	pet	'fire'	i- bet	'his fire'
			3p-fire	

As was stated before, the Bakairi syllable is either V or CV. Therefore, a root may either start with a vowel or with a consonant. For consonant-initial roots, the voice value of the consonant is always predictable: when the root is not prefixed, i.e. when the root-initial consonant surfaces in word-initial position, it will be voiceless, whereas in intervocalic position it will always be voiced. I will therefore leave this consonant lexically underspecified and predict the phonetic values for the feature voice with the rules in (6):

- (6) a. \emptyset laryngeal \rightarrow [+voice]/V---V
 b. \emptyset laryngeal \rightarrow [-voice]/elsewhere

The morpheme structure condition in (7) formalises the fact that in root-initial position no laryngeal specifications are allowed in Bakairi.

- (7) *|C
 |
 lar

It is claimed in Wetzels (1994; in preparation) that the rules in (6) are *universal* markedness rules that fill in missing voice features. More in particular, it is claimed that whenever the voice opposition is neutralised in intervocalic position, the unmarked voice value is [+voice]. Very strong evidence for this fact comes from Postlexical Intervocalic Voicing, which, according to Wetzels (1994), may only occur in languages that also have word- (or syllable-) Final Devoicing. The universal implication '*If Intervocalic Voicing then Final Devoicing*' can only be understood properly if it can be shown that Final Devoicing creates the circumstances under which Intervocalic Voicing may occur. In Wetzels (1994) Intervocalic Voicing is said to be the consequence of (a) Final Devoicing, which delinks the laryngeal node in word- or syllable-final nonsonorant consonants, (b) a language-specific rule of Postlexical (re)Syllabification, which takes the neutralised word-final consonants into intervocalic position, and (c), the universal markedness rules proposed in (6), which fill in the missing laryngeal specifications. It is predicted that languages that maintain a voice opposition word-finally (like French or English) - because they always have their laryngeal nodes specified in word-final nonsonorant consonants - could never have Intervocalic Voicing. In a similar vein, there can be no language with postlexical Intervocalic Voicing which does not resyllabify word-final consonants with a following vowel-initial word (like Standard Dutch). Of course, a voice opposition may be neutralised by mechanisms other than Final Devoicing, for example by a generalised rule of Intervocalic Voice-Neutralisation, such as the Flapping rule in some dialects of English which also applies inside words, or simply because the language does not have a lexical voice opposition, either in general or in a specific position. The latter situation occurs in Brazilian Portuguese, where there is no opposition between voiced /z/ and voiceless /s/ word-finally. Brazilian Portuguese does have a rule of Postlexical Syllabification. In (8) I have exemplified the [+,- voice] alternation as it occurs in the surface manifestations of the final consonant of the lexical root /rapaS/.

(8)

rapa[s]	'boy'	inflected	rapa[z]es	'boys'
		derived	rapa[z]jada	'group of boys'
			rapa[z]inho	'little boy'
			rapa[z]ote	'little boy'
			rapa[z]oia	'lad'
		postlexical	Valter é um	'Valter is a lively fellow'
			rapa[z]energetico	

Clearly, the distribution of the voice values of /S/ is as predicted by the markedness rules in (6). It is therefore not necessary, and it would even be arbitrary, to choose one of the voice values as the lexical value. In the absence of a laryngeal node, the markedness rules of (6) will provide the appropriate voice specifications in both intervocalic and word-final positions.

In the following section I will make a proposal about how to account for the distribution of the voice feature in Bakairi.

1.1.2 The Analysis

In order to describe the Bakairi voicing facts, I have chosen an approach which is based on a type of underspecification known from tonal phonology. More in particular, I will assume that the contrastive voice features are not linked to segmental material in lexical representation, but that they are part of the lexical entries as so called 'floating' features. Just like in tonal systems, we can consequently leave the association of the voice features to the universal Association Convention. On the assumption, which I consider to be empirically motivated (cf. Odden 1994) that the voice feature does not spread over long distances (across vowels), the Association Convention will associate a floating voice feature to the first P-bearing segment ([-sonorant] consonant) of the root. The lexical representation of the three root types that were discussed above are as follows:

-roots which surface with a sequence [+,- voice] (cf. examples in (1) above) will be lexically represented with a floating [+voice] feature;

-roots which surface with a sequence [-,+ voice] (cf. examples in (1) above) will be lexically represented with a floating [-voice] feature;

-roots which surface exclusively with intervocalic voiced consonants (cf. examples in (2) above) will be presented lexically without any voice specification.

I have illustrated the three possible root types in (9) (the consonants are capitalised to express the fact that they are segmentally underspecified for 'voice'):

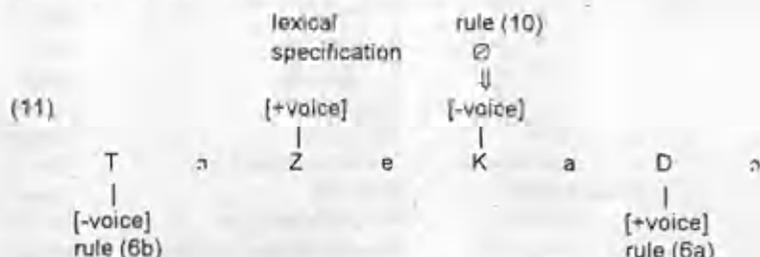
(9)

+S	-S	
T ₁ ZeKaD ₁	TeK ₁ D ₁	oD ₁ D ₁

The universal Association Convention associates the voice features from left to right with the potentially laryngeal-node bearing segments, i.e. [-sonorant] consonants. The language-specific constraint in (7) will block the association of the floating voice feature with a root initial consonant in words like *tʰɛkədʌ* and *pekədʌ*. Through the joint effect of the constraint in (7) and the Association Convention, the floating voice feature will be realised on the first intervocalic nonsonorant obstruent. For roots which show the [-,+] pattern, the default rule (6a) will apply to fill in the missing [+voice] specifications after [-voice] has been associated. The same default rule will account for the words that have only intervocalic voiced consonants without further proviso. On the other hand, the words that surface with a [+,- voice] pattern ask for a supplementary rule which insert a [-voice] feature after the lexically specified [+voice] feature. I will formulate the rules as in (10):

(10) Voice Dissimilation Insert [-voice] / [+voice] _____⁴

Notice that it is not possible to decide on the basis of the evidence so far whether rule (10) applies before the Association Convention has linked up the floating voice features, or after. We will see below, when we will discuss the behaviour of [+,- voice] in words, that the Association Convention may associate floating features to consonants that belong to suffixes. All other positive voice specifications will be provided by the default rules in (6). In (11) the derivation of *tʰɛkədʌ* is exemplified:



Notice that this analysis, which treats the lexically relevant voice specifications as floating features, explains why in roots that only contain nonsonorants, voiceless segments may only show up in one of the first two intervocalic positions. It is also not necessary to

⁴ Notice that this rule could be reformulated as 'insert laryngeal node after [+voice]', leaving the insertion of the negative value to the OCP, usually considered the default trigger for phonological rules (see Yip 1988).

add a constraint stipulating that Bakairi allows for one [-voice] feature per word only. This fact follows from the more general restriction that the feature voice does not occur in the form of lexical floating melodies, which might in fact be a universal restriction, and OCP, which prohibits the occurrence of sequences of identical floating features. Furthermore, a unified account is given for all intervocalic voiced consonants that are not relevant at the level of core lexical representation. Further evidence for the floating character of contrastive voice specifications in Bakairi will be given below in section (1.3).

1.2 Roots with Sonorant Consonants

In the foregoing section I have not discussed roots which contain sonorant consonants. This was done for expository purposes only. As it turns out, the analysis proposed above accounts straightforwardly for these roots also. Consider the examples given in (12):

(12)	(a)	imasedɔ	'big'	(b)	ɾɔʒɪ	'cashew'
		ipemugɔ	'parent'		lelazɔɾɪ	'thin'
		iwakurɔ	'pretty'		yam(i)ndo	'boy'
		kɔnɔpiɔ	'little bird'		imɛ"bire	'small'

In Bakairi a sonorant consonant may be preceded or followed by a voiced, cf. (12b), or a voiceless cf. (12a), consonant. On the assumption that sonorant consonants are lexically unspecified - to my knowledge the feature [+voice] in sonorants does not play a role in the phonology of Bakairi - the floating feature analysis predicts that a floating [-voice] will dock onto the first available nonsonorant consonant. In *ipemugɔ* 'parent', this will be the consonant that precedes the sonorant, whereas in *imasedɔ* 'big', it is the consonant that follows the sonorant consonant. All other consonants of the root will surface as [+voice], as expected.

The situation is less clear in roots that contain a sequence of a voiced nonsonorant consonant and a sonorant consonant, in any order. In the data provided by Souza I have found no examples in which a voiced nonsonorant precedes a sonorant. As for the words in (2b), where a voiced nonsonorant follows a sonorant, there is no example where the voiced nonsonorant is followed by yet another nonsonorant. The non-existence (or rareness?) of such forms might be due to the fact that quadrisyllabic roots are not very frequent in Bakairi in general. In any case, the analysis thus far predicts that

Voice Dissimilation should apply to such forms. Below we will see that this prediction is correct for derived words.

1.3 The Distribution of Voiced and Voiceless Consonants in Words

I will finally turn to the distribution of voiced and voiceless consonants in words. To be sure, the analysis developed above on the basis of lexical roots accounts without further proviso for the alternations of voiced and voiceless segments in words. Let us first notice that words which are derived from roots that consist exclusively of voiced nonsonorant consonants, like the ones given in (2) above, surface without any voiceless segments. This is to be expected, since a voiceless consonant can surface only as the consequence of a lexically present floating [-voice] feature, or as the result of Voice Dissimilation, which in turn requires the presence of a lexical [+voice] specification. We therefore have derived *ezedi-ge* 'with the name'. The same is true for roots which show a [-,+ voice] sequence: *n-ək.ze-ba* 'did not ripen'. Let us next consider the words in (13), in which the last nonsonorant consonant of the root is voiceless:

(13a) Last root consonant is voiceless

s-eka-dai	object-ask-past	'asked'
n-e:ase-agi	3pers-go-past	'went'
ɔpa-zaɔɔ	newly cleared land-to	'to the newly cleared land'
ig.nu-dile	sing-aspect	'she sings'
f-pini-ge-ba	agent-food-verbaliser-negation	'he has no food'
n-epi-ge-agi	object-pull-verbaliser-past	'he pulled'

After roots of this type, all following intervocalic nonsonorant consonants surface as voiced, again as expected. Now, the crucial test case of the proposed analysis comes from words derived from bisyllabic roots. Strong evidence for the floating feature analysis, and, at the same time, for the lexical presence of the [-voice] feature comes from words derived from bisyllabic roots of the type (C)VSV, where S represents a sonorant consonant. Some examples are given in (14):

(14) Last root consonant is a sonorant consonant

paru-da	cleared land-in	in the cleared land'
lla-dibe	wet-participle	'wet'
n-ema-ke-agi	object-hand-verbaliser-past	'won'
m-ema-ke-agi	2pers-hand-verbaliser-past	'you won'
s-ema-ke- \emptyset	object-hand-verbaliser-past	'I won'
n-ema-ge-aki	object-hand-verbaliser-past	'stole'

We have seen above in (12b) that the voice feature of a sonorant consonant never triggers Voice Dissimilation in roots. It would therefore be *ad hoc* to explain the voiceless consonants in the suffixes of the inflected forms of /ema/ 'to win' as due to the activity of Voice Dissimilation. It is equally not true that the suffix -ke is lexically voiceless, as can be seen in the last example of (14), as well as in many other words, like *t-pini-ge-ba* 'he has no food'. Therefore, the root /ema/ 'to win' must be lexicalised with a floating [-voice] feature. Interestingly, the last word of (14) clearly shows that the feature [+voice] must be lexically present in the root /ema/ 'to steal' in order to explain the presence of the voiceless consonant in the suffix -aki; Voice Dissimilation can only be triggered by a lexically specified [+voice] feature. The necessity of lexical [+voice] is moreover proved by the following words:

(15)	n-ige-aki	3p-die-past	'died'
	n-ike-agi	3p-sleep-past	'slept'
	n-ega-tai	3p-make-past	'made'
	s-eka-dai	object-ask-past	'asked'
	ige-ke	sing-gerund	'singing'
	n-ad-a-ige-aki	3p-intransivator-tear-past	'tore'
	u-di-aki	1p-go-past	'I went'
	n-ige-ipe	object-grate-participle	'grated'
	ad-uge-ipe	intransivator-burn-participle	'burned'

The intervocalic nonsonorant consonant in a bisyllabic root may be voiced or voiceless. As the examples show, the value of the voice feature of the root determines the choice for the voice value of the immediately following suffix-initial nonsonorant. Again, only on the assumption that both [+voice] and [-voice] are lexical values in Bakairi can we explain the alternations which occur in the suffix consonants.

2. SUMMARY AND DISCUSSION

In a recent paper by Iverson and Salmons (1995), a distinction is made between languages like English and German, which oppose a 'fortis' feature [spread glottis] (aspiration) to a 'lenis' feature, and languages like Dutch and the Romance languages, which oppose 'voiced' to 'voiceless'. In languages of the former type, [spread glottis] is the marked feature. It is the feature that is lexically present and may be active in lexical phonological processes. The feature [+voice] is unmarked, lexically unspecified and phonologically inactive. On the other hand, in languages like Dutch, where it can be shown that [+voice] does spread, it is [+voice] that contrasts with the absence of a laryngeal specification. In the light of the proposed typological distinction, it is interesting to pose the question where Bakairi fits in: is it a [spread glottis] language like English or German, or a [voice] language like Dutch or Portuguese?

There are several reasons to believe that Bakairi is not of the [spread glottis] type. First, to the best of my knowledge, voiceless consonants in Bakairi are not generally aspirated. Unlike in English, where different degrees of aspiration are, among other factors, related to the stress-stressless distinction, in Bakairi the (very limited) distribution of voiceless consonants is in no way related to word stress. Stress in Bakairi words is prefinal almost without exception. Voiceless consonants typically occur as the onset of word-initial syllables, which are usually unstressed, or are conditioned by a preceding voiced consonant, again independently of stress. Finally, voiceless consonants productively alternate with voiced consonants, as in root-initial position, where the consonant shows up as voiceless if the root remains unprefixated, but where it appears as voiced when intervocalic. The alternation between voiced and voiceless in these contexts seems typical for real voice languages, like many dialects of Dutch (see Wetzels 1994), the Slavic languages, and a Romance language like Portuguese (see the examples in (8) above). Also, in Korean, which has a triple laryngeal contrast between [spread glottis], [glottalised] and [voiceless], it is the voiceless consonants which are realised as voiced consonants in intervocalic position.

Probably the most interesting aspect of the Bakairi data is the fact that both [+voice] and [-voice] function as lexical features. According to Iverson and Salmons (1995) this should not be possible, because, if Bakairi is a [voice] language, [-voice] should not be lexically present, and if it is a [spread glottis] language, [+voice] should remain lexically unspecified. The inevitable conclusion is that the hypothesis according to which languages that use a two-way

laryngeal contrast oppose a single laryngeal feature to the absence of such a feature is incorrect.

Let me finally return to the facts of Portuguese, which, according to Iverson and Salmons, is a real 'voice' language. We have seen above that Portuguese lacks a voice opposition for word-final /S/ (the only nonsonorant consonant allowed in the Portuguese syllable coda). In order to bring out the fact that the phonetic realisation of this consonant is predictable by universal markedness rules, it was proposed that this consonant be lexically underspecified. More in particular, /S/ surfaces as [z] in intervocalic position, whether this context is derived by inflectional suffixes, derivational suffixes, or post-lexically. Consider, with this in mind, the alternations in (16):

(16)

tena[s]	téna[z]es (plur)	tena[z]##V	'tenacious'	téna[s]idade	'tenacity'
loqua[s]	loqua[z]es (plur)	loqua[z]##V	'loquacious'	loqua[s]idade	'loquacity'
feli[s]	feli[z]es (plur)	feli[z]##V	'happy'	feli[s]idade	'happiness'

The productivity of the noun-forming suffix *-idade* can be seen in words like *simultaneidade*, *nasalidade*, *mensalidade*, *profanidade*, *irregularidade*, *intensidade*, etc. *-idade* is one of the very few suffixes which cause underlying /S/ to surface as voiceless in intervocalic position. It seems to me that the only reasonable way to account for this fact is to posit a lexical rule which fills in the [-voice] feature in root-final /S/ when followed by this specific suffix. If this view of the fact is correct, Brazilian Portuguese provides another case for the lexical relevance of [-voice].

References:

- Cho, Young-mee Yu. 1990a. *Parameters of Consonantal Assimilation*. Unp. Dissertation, Stanford University.
- Cho, Young-me Yu. 1990b. A Typology of Voicing Assimilation. *WCCFL*, pp. 141-155.
- Iverson, Gregory K. and Salmons, Joseph C. 1996. Aspiration and Laryngeal Representation in Germanic. *Phonology*.
- Lombardi, Linda. 1991. *Laryngeal Features and Laryngeal Neutralization*. Unp. Dissertation. University of Massachusetts.
- Lombardi, Linda. 1996. Postlexical Rules and the Status of Privative Features. *Phonology* 13, 1, pp 1-39.

- Odden, David. 1994. Adjacency Parameters in Phonology. *Language* 70, 2, pp 289-330.
- Souza, Tania Clemente C. de. 1991. The Case of Consonantal Harmony in Bakairi Language (Carib). *Revista D.E.L.T.A.* nr. 7,1, pp 295-332.
- Souza, Tania Clemente C. de. 1995. O Traço Sonoro em Bakairí. In Leo Wetzels (ed.) 1995, pp 29-51.
- Wetzels, W. Leo. 1994. *De Fonologie van Stem*. Inaugural Lecture, Delivered at the Free University of Amsterdam, November 10, 1994. Manuscript, Free University of Amsterdam.
- Wetzels, W. Leo. In preparation. Remarks on [-voice].
- Wetzels, W. Leo (ed.). 1995. *Estudos Fonológicos das Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro. UFRJ Editora.
- Yip, Moira. 1988. The Obligatory Contour Principle and Phonological Rules: A Loss of Identity. *Linguistic Inquiry* 19, pp 65-100.

ALGUNS ASPECTOS DA LÍNGUA KOAIÁ, PRESENTEMENTE DENOMINADA KWAZA*

Hein van der Voort**

INTRODUÇÃO

A língua Kwaza (na literatura: Koaiá), falada em Rondônia, é uma língua ameaçada de extinção, não-documentada e não-classificada. Para chegar a uma descrição tão abrangente quanto possível dessa língua, foi montado um projeto de quatro anos, financiado pela Organização Holandesa para Pesquisa Científica (Nederlandse Organisatie voor Wetenschappelijk Onderzoek/NWO), coordenado por Willem Adelaar, professor de Linguística Comparativa e Andina na Universidade Real de Leiden (Rijksuniversiteit Leiden/RUL), Holanda e por este autor, Hein van der Voort, pesquisador e estudante de doutorado em Linguística na Universidade de Amsterdam, Holanda. Nosso contato com o professor Aryon Rodrigues resultou em apoio pelo professor Denny Moore do Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém. Por não existir quase nenhuma forma de documentação sobre esta língua e a cultura desses aborígenes, o trabalho de campo é essencial. Eu morei, junto com a minha mulher, Marga van der Schaaf, entre os Kwaza na Área Indígena durante um período de quase um ano para colher dados lingüísticos. E ainda preciso voltar ao campo mais uma vez em futuro próximo.

* Pela cooperação indispensável na coleta dos dados lingüísticos, agradeço especialmente a Warí (Antônio Ramos), Turuwé (José Ramos), Tererú (Antônio da Silva), Townerwé (Maria Edite da Silva), e Kyikāw (Mário da Silva). Pelas correções e comentários sobre várias versões deste artigo, agradeço o apoio de Willem Adelaar, Sérgio Melra, Adair Palácio e Stella Telles. Todos os erros que permanecem são meus.

** Rijksuniversiteit Leiden, Universiteit van Amsterdam, Museu Paraense Emílio Goeldi.

Este artigo representa a primeira análise lingüística de aspectos da língua Kwaza a ser publicada.¹

1. A SITUAÇÃO HISTÓRICA DOS KWAZA

Os Koiá (auto-denominação Kwaza [kwa'ña]), contam hoje mais ou menos 25 pessoas que moram espalhadas pelo sul de Rondônia.

A primeira menção aos "Koiá" (Kwaza) se deu num livro do Marechal Rondon de 1916, que os localizou perto dos "Kepkiriwat". Rondon registrou que os Koiá viviam então à margem direita do rio Pimenta Bueno, na região do Guaporé, hoje Estado de Rondônia. De acordo com informação dada pelo antropólogo francês Lévi-Strauss a Loukotka (1963) a língua Koiá seria falada também no igarapé São Pedro, tributário do rio Pimenta Bueno, na mesma região, cerca de 20 quilômetros ao norte do rio Tanarú. Quando ele, no final da década de 30, visitou o sul de Rondônia, encontrou um jovem Koiá entre os Kepkiriwat. Este jovem vinha do igarapé São Pedro. Poucos anos depois, a expedição mineralógica "Urucumacuan" visitou Rondônia e encontrou os Koiá na beira do Pimenta Bueno e do São Pedro (Dequech 1988-1993). O primeiro reconhecimento do S.P.I dos Koiá se deu em 1942, quando o tenente Estanislau Zack os mencionou no seu relatório. Existe um silêncio desde aquele ano até 1984, quando o lingüista americano Harvey Carlson visitou a Área Indígena Tubarão-Latundê e encontrou alguns Koiá, sobreviventes das epidemias que a tribo sofreu em vários períodos durante mais de 40 anos. Carlson descobriu que a 'tribo' ainda não estava totalmente extinta e tentou chamar a atenção da comunidade lingüística para a existência da língua. Lévi-Strauss, Zack e Carlson coletaram breves listas de palavras Koiá. Estes poucos documentos comprovam que se trata de uma língua idêntica a dos atuais Koiá/Kwaza. A língua Kwaza foi também mencionada por Ione Vasconcelos, professora de Inglês na Universidade de Brasília e pesquisadora da língua vizinha Aikanã, em correspondência pessoal com o autor.

Os vizinhos tradicionais dos Kwaza eram os Aikanã, Kanoê, Sakirabiat, Salamã e provavelmente alguns outros. Estas tribos

¹ Esta não é uma versão definitiva. Comentários críticos sobre esta análise são muito bem-vindos.

mantinham relações entre si, com troca de mulheres, festas, guerras, etc. As línguas destas tribos são mutuamente não inteligíveis, e provavelmente pertencem a famílias e troncos linguísticos diferentes. Mesmo assim, as culturas eram muito parecidas, e formavam parte de um grande complexo cultural de Rondônia do Sul, chamado de 'Marico' por Maldi (1991). Desde os anos 30 os Kwaza combinam a plantação de roça e a caça com a seringa. O processo de aculturação à cultura brasileira nacional ocorreu de maneira frequentemente violenta e só parcialmente gradual.

2. A SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DOS KWAZA

Hoje a maioria dos Kwaza, que constam de três famílias, moram na Área Indígena Tubarão-Latundê, Município de Vilhena, Rondônia, Brasil. Existem quatro aldeias diferentes na área: Gleba, Barroso, Rio do Ouro e Veadão Preto. Os membros de uma família Kwaza moram entre os Aikanã, que são aproximadamente 130 pessoas. Durante o período atual da minha estada na Área Indígena, A.I., de 14 de fevereiro até 3 de maio de 1995 e de 9 de novembro de 1995 até 2 de julho de 1996, observei que há 25 falantes de Kwaza, sendo mais da metade crianças. A maioria dos Kwaza são etnicamente Aikanã ou de descendência mista. A metade dos Kwaza são geralmente trilingües e falam Aikanã e português em adição ao Kwaza, uma parte é bilingüe em Kwaza e português; e algumas pessoas são ainda monolingües em Kwaza. Existem alguns falantes de Kwaza como segunda ou terceira língua, e alguns 'falantes' passivos, que entendem o Kwaza. A maioria dos falantes de Aikanã são bilingües, falando só português em adição ao Aikanã. Na A.I. mora também o povo Latundê, que fala uma língua que se pode classificar como Nambikwara do Norte. Além disso mora na A.I. possivelmente a última falante da língua Salamã, uma língua que é da família lingüística Tupi-Mondê, e duas pessoas de origem Kanoê que não mais falam a sua língua materna.

Na família que mora na região de São Pedro, há só uma pessoa que conhece o Kwaza, além do português. Como consequência de não haver uma área demarcada, a existência desta família está fisicamente ameaçada pelos fazendeiros vizinhos.

O Kwaza é uma "língua ameaçada de extinção", isto é, exposta ao risco de desaparecer em muito pouco tempo, falada por apenas 25 pessoas e sobre a qual não se conhece praticamente

nada. Nesse sentido, também as línguas Kanoê, Latundê e Salamã podem ser consideradas como línguas especialmente "ameaçadas de extinção".

3. A CARACTERIZAÇÃO TIPOLOGICA DA LINGUA

A fonologia do Kwaza está caracterizada por um sistema de sete vogais e nasalização fonêmica. Tem ± 17 consoantes, entre elas uma consoante labial e uma dental sonora implosiva, e tem semiconsoantes nasalizadas. Existem indicações de pre-glotalização de consoantes nasais. A língua não é tonal.

A gramática é caracterizada por um certo nível de síntese. A língua é predominantemente sufixal. A morfologia permite, sob certas circunstâncias pragmáticas, o uso independente dos morfemas flexionais, mas, no uso normal, esses são morfemas dependentes, o que permite grande flexibilidade sintática. A morfologia derivacional inclui um sistema de classificação bastante extenso.

Não apareceu comprovante para a existência do adjetivo como categoria gramatical. O léxico é formado pelas categorias produtivas de nomes e verbos, e pelas categorias restritas de nomes pessoais, pronomes, advérbios e interjeições.

4. UM ESBOÇO FONOLÓGICO PRELIMINAR DO KWAZA

A análise da fonologia do Kwaza que se segue é de caráter descritivo. O acento principal da palavra isolada cai na última sílaba da raiz. A raiz, nessa definição, inclui morfemas derivacionais, mas não as flexões. Para evitar improvisação na análise da morfologia neste esboço, o principal acento da palavra está marcado, através de um acento agudo < ' > antes da sílaba acentuada. Quando o único acento cai na primeira sílaba de uma palavra polissilábica, ele não está marcado. Palavras monossilábicas têm sempre acento, que também não foi marcado nos dados seguintes.

4.1 Fonemas vogais

	crais			nasais		
	ant.	central	post.	ant.	central	post.
fechado	ɨ/ʃ		u[w]	ɨ/ʃ		ɨ/ʃw
meio-fechado	e	y	[o]	ɛ	ɥ	
meio-aberto	ɛ		ɔ	ɛ̃		ɔ̃
aberto		a	[A]		ã	

Até o presente, os seguintes pares mínimos foram encontrados, fornecendo evidência do status fonêmico das vogais alternantes envolvidas:

a-c	de'da	"cobra"	de'de	"caranguejo"
a-ɥ	ti'ha	"pé"	ti'hɥ	"muito"
a-ɔ	a'wy	"arara"	ɔ'wy	"jenipapo"
ɛ-e	βɛki	"trouxe"	βeki	"tem medo"
	kwe'ra	"entra"	kwe'ra	"enfia"
	eki	"vai"	eki	"tem"
ɛ-ɔ	a'ɛki	"transformou"	a'ɔki	"acertou"
y-c	ui'Sy	"papel de cigarro"	ui'Sɛ/ui'Sɛ	"folha de tabaco"
y-i	ku'rydaki	"remei"	ku'ridaki	"calei-me"
	ʃã'ky	"irmã mais nova"	ʃã'ki	"exatamente!"
y-u	a'Sy	"casa"	a'Su	"porco espinho"
	tsɔ'ty	"cabeça"	tsɔ'tu	"jararaca"
	ui'Sy	"papel de cigarro"	ui'Su/ui'tsu	"ramo de tabaco"
	hy'ri	"macaco prego"	hu'ri	"paca"
	Syj	"você (sg)"	Suj	"marico"
ɔ-u	tu'ɔki	"é sabão"	tu'uki	"acórdou"

Os sons [A] e [o] parecem ser alofones condicionados pela proximidade da semivogal /w/. O /ɛ/ parece ser raro. Existe um certo grau de variação entre o [o] e [u] que pode atrapalhar a identificação fonêmica. Também existe variação entre o [ɛ] e [ɛ̃], que são considerados como expressões do fonema /ɛ/.

Apesar de existir nasalização condicionada pelo contexto de consoantes nasais, a nasalização é parcialmente lexical-fonêmica. Todas as vogais fonêmicas têm equivalentes nasalizadas. O status fonêmico da nasalização em algumas palavras segue nos exemplos abaixo:

wá'dyki	"cozinhou"	wá'dyki	"ele dá"
ē'kái	"boca"	ɛ'kai	"perna"
tsē	"sal"	tsɛ	"nossa!"
sí	"nambu"	si	"eu"

Também encontrei oposições mínimas entre vogais nasalizadas. Nota-se que é bastante difícil escutar a diferença entre [ỹ] e [ã]:

ỹ-ã	aru'hỹdaki	"cruzei para cá"	aru'nãdaki	"vou cruzar"
ē-ī	mēki	"bateu"	mīki	"dente"
	fiē'dē	"peito"	fiē'di	"amendoim"
õ-ū	māki	"é forte"	mūki	"puxou/empurrou"

Não encontrei [A] e [o] nasalizados, mas foi confirmado um /e/ nasalizado:

Tē'ʔa'sadaki	"assoiei-me"	*Tē'ʔa'sadaki
--------------	--------------	---------------

4.2 Fonemas consonantais

	BILABIAL	ALVEOLAR	PALATAL	VELAR	GLOTAL
PLOSIVO	p	t	T	k	ʔ
IMPLOSIVO	b		d		
NASAL	m		n		
TAP			r		
FRICATIVO		s	S	[ʃ]	h
APROXIMANTE	β		l		
AFRICADO		ts	Ts	[tʃ]	

Não existem fonemas plosivos sonoros. O bilabial /b/ e o tap ápico-alveolar /d/ são implosivos. Tem só um pouco de variação (livre) entre [b] e [d] plosivos.

O /r/ é uma vibrante ápico-alveolar que consiste de um único tap, e, por isso, pode ser considerado como um tap ápico-alveolar. A diferença principal com o /d/ parece ser que o /r/ é não-implosivo e o /d/ implosivo. O /l/ é analisado aqui como aproximante ápico-alveolar. Há contraste fonêmico entre /r/ e /l/:

l-r a'le *machado* a'ly *ele tem?"

Em alguns casos é difícil distinguir entre as consoantes /l/ e /r/:

apa'la ~ apa'ra *banana*

Uma alternância morfofonêmica envolve o /l/ e o /r/ no sistema classificador, aqui envolvendo o classificador de "portas" e outros buracos²:

lo'te nÿ-rɔ'te-ki
porta grande-CL(porta)-3.Ind
"a porta é grande"

O significado aparente deste caso merece uma pesquisa mais extensa e profunda do que é possível na presente ocasião. Há também contraste entre /d/ e /l/:

d-l do'teki *derramou* lo'teki *é porta*

Pares mínimos para /d/ e /r/ não foram encontrados, mas em contextos similares a diferença é clara e obrigatória:

d-r daiki *levou* rai'ÿhÿ *bicho*

Existe contraste fonêmico entre /d/ e /l/:

d-t daiki *pegou* taiki *é calango*

O aproximante bilabial não-arredondado /β/ é raro. Existe contraste fonêmico entre /β/ e /b/:

β-b βeki *levou, trouxe* beki *está maduro*

O /β/ não se encontra antes do /a/, /ɔ/ ou /u/, e pode existir em variação livre com a semivogal [w] em algumas palavras. O [w]

² A análise semântica dos morfemas ainda não é definitiva.

provavelmente não se encontra antes do /e/ e raramente antes do /ɛ/. Não encontrei a combinação [wi] no início de palavra.

β-[w]	βɛki	"levou, trouxe"	wɛ'ɛn	"pequito"
	ɔ'βi	-	ɔ'wi	"carço de buri"

Existe contraste fonêmico entre /p/ e /b/:

p-b	pu'ra	"mariposa"	bu'ra	"coloca chapéu"
-----	-------	------------	-------	-----------------

A oclusão glotal /ʔ/ é um fonema consonantal que ocorre no início e no meio de palavra, e.g. ʔa'ʔi "veado". As palavras iniciadas por vogal começam, na verdade, com uma oclusão glotal [ʔ]. No final da palavra a presença do /ʔ/ é provavelmente opcional.

O /h/ geralmente é surdo: hã "água", mas também existe a realização sonora, entre duas vogais nasalizadas, como em hɔ'hɔʔi'hɔ' "preto, sujo".

Há contraste fonêmico entre /m/ e /n/:

m-n	ke'fmi	"óleo"	ke'fni/ke'fni	"jacobá"
-----	--------	--------	---------------	----------

O Kwaza tem dois fonemas diferentes surdos fricativos: o /s/ fricativo lâmino-alveolar [s], que é bastante agudo; e o /S/ fricativo-ápico-(post-) alveolar [s], entre o [s] retroflexo e o [ʃ] palatal. A diferença é clara e obrigatória, mas encontrei somente um exemplo do contraste:

S-s	'hɛtsy'Sɛ	"folha"	'hɛtsy'sɛ	"vassoura"
-----	-----------	---------	-----------	------------

Existe um par paralelo de dois fonemas surdos plosivos: o /t/ plosivo ápico-dental/lâmino-alveolar [t]; e o /T/ , cuja qualidade fica entre um [t] apical (post-)alveolar (mas não tão apical como o [S]) e um [t] lâmino-palatal. O /T/ pode ser africado em certos contextos. O /S/ pode ser considerado como a contraparte fricativa do /T/. O /T/ é muito comum, mas encontrei somente um par mínimo:

T-t	ɛ'Tuī	"olho"	ɛ'tuī	"fruta"
-----	-------	--------	-------	---------

Como pode-se ver na esquema abaixo, o /T/ ocupa uma posição central em relação aos parâmetros de modo e ponto de articulação em Kwaza:

	Bilabial	Apico-alveolar	Lâmino-alveolar
Fricativo		S	s
Plosivo	p	T	t
Implosivo	b	d	

Existe variação morfofonêmica envolvendo o contraste entre /T/ e /t/, que lembra *ɛ*'Tii''olho":

aky-tii-tɛ "dois olhos" [lit: 'dois-CL(olho)-3.sg Ind']

Veja seção 4.3.2 para os africados /ts/ e /Tɬ/.

4.3 Fonemas semiconsonantais/semivogais e estrutura silábica

As semiconsoantes/semivogais [j] e [w] não estão representadas no quadro das consoantes. Seu status fonêmico é difícil comprovar. Também a caracterização como vogal ou consoante é impedida pela ambivalência destes sons; e, no caso do Kwaza, não parece existir solução.

O [j] e o [w] ocorrem em todos os contextos, sempre na periferia da sílaba, e podem ser nasalizados:

ja'ra	*capivara*
jere'Swa	*onça*
tsɔ'je	*mão*
ɛ'kaj	*perna*
jã'ky	*irmã mais nova*
paj'ra	*jurubeba*
wa'dɛ	*lucum*
wy'tsɛ	*tempestade*
a'wy	*arara*
maw'ra	*pica-pau*
taw'ta	*macaco preguiça*
wã'w'ýki	*está dormindo*
mĩw	*milho*

A interpretação do [j] e [w] depende da sua posição na sílaba. Quando se considera a estrutura silábica básica como CV(V), a

consoante inicial pode ser um [j] ou [w]. Se [j] e [w] sempre são consoantes, existem palavras terminando por consoante. Um problema aqui é que [j] e [w] serão então as únicas consoantes que ocorrem no final da palavra, C(C)V(C). Se, por outro lado, o [j] e [w] são sempre vogais, não há razão para distingui-las das vogais /i/ e /u/. Do ponto de vista da economia fonológica, isto é tentador, mas a consequência é que a estrutura silábica básica ficará C(V)V(V) ou VV(V). Nesse caso pode ser necessário marcar na ortografia todas as palavras que iniciam por uma vogal, que não seja o [j] (= /i/) (ou o [w] (= /u/)), com a oclusão glotal inicial <ʔ>, e.g. *ʔʔsɔ* "rede" versus *ia'ra* "capivara".³

Tomem uma decisão. Continuo considerando [j] ou [w] como ambivalentes em um sentido apenas: no início de uma sílaba, o [j] e o [w] comportam-se como consoantes, e no final de uma sílaba, [j] e [w] são vogais. Decidi considerar [j] e [w] como fonemas não distintos de /i/ e /u/, quer dizer, /i/ representa-se pelos alofones [j] e [j], e /u/ por [u] e [w]. Antes de chegar a uma ortografia prática, uso uma provisória e sempre escrevo foneticamente: <j> e <w>. Alguns aspectos das semivogais/semiconsoantes são tratados nas seções sobre ditongos e combinações consonantais.

4.3.1 Ditongos

No Kwazá existem combinações de vogais que podem ser consideradas como ditongos. A razão principal para esta suposição é a pronúncia lenta das palavras, na qual o ditongo é sempre parte de uma sílaba fonética (*Tsa-rwa* "primeiro", **Tsa-ru-'a*/*Tsa-ru-'wa*), apesar de os ditongos terem maior duração do que os monotongos (numa proporção de ± 2:1).

Os principais formadores do ditongo são vogais, que sempre representam o núcleo da sílaba, e semivogais, que se encontram na periferia. Se decidirmos que a sílaba Kwazá não pode constar de uma única vogal, as combinações de [w] ou [j] seguidos de vogal não representam um ditongo, mas uma combinação de CV. A consequência é que só existem ditongos decrescentes, quer dizer, os ditongos em Kwazá sempre terminam em uma semivogal. Na tabela seguinte estão todas as combinações de semivogais/semiconsoantes e vogais encontradas:

³Em alguns casos existe incerteza sobre a presença de um /ʔ/: *ʔlo* ~ *jo* "mandioca"; Carlson (1984) registra *hi'jo*.

VIW2	i	j	u	w	e	y	ɛ	ɔ	a
i									
j					je	djy	je	jo	ja
u		Suj		Tuw					
w	(wi)					wy	wɛ	wɔ	wa
e									
y		Syj							
ɛ		tɛj		ɛw					
ɔ		ɔj		ɔw					
a		paɟ		maɰ		Tay			

A única exceção parece ser a combinação do /y/ com uma outra vogal: a combinação /ay/ é um ditongo decrescente, o /y/ comportando-se aqui como uma semivogal. Numa das primeiras listas de palavras (Zach 1943), esse ditongo está interpretado como /al/, provavelmente por causa da semelhança da posição da língua, e.g. *ɛʔay*, Zach: *ɛtál* "mulher"; *Tay*, Zach: *tal* "mamão". Na fala rápida o /y/ do ditongo pode facilmente transformar-se em /j/: *ɛʔaj-tjaʔɛ-wā* 'mulher-dele-OBL', "para a sua mulher". O fato de não existirem combinações yV talvez indique que o /y/ não pode ocupar a posição semiconsonantal. Nota-se que o Kwaza não tem a fricativa sonora velar [ɣ], que serve como contraparte consoantal do /y/ em algumas outras línguas indígenas amazônicas (veja Key 1993). Talvez isto seja mais uma indicação de que as combinações jV e wV não sejam ditongos.

Os "ditongos" podem constar de combinações nasalizadas:

VIW2	i	j	ū	w̄	ē	ȳ	ĩ	ã
i		wɪj	nīw̄					
j					Tjē	rjȳ	emjĩ	jãw̄
ū		ruj						
w̄	w̄ɪj					nw̄ȳ	w̄ĩ	wã
ē								
ȳ		awȳj						
ĩ		mej						
		toj						
ã		nãj		kãw̄				

Não está claro se a nasalização sempre afeta o ditongo inteiro, como no último exemplo acima; o morfema oblíquo *-wã* é, sem dúvida, uma combinação de um [w] oral e um /ã/ nasal.

Combinações triplas de (semi)vogais são raras, mas existem, e não só em palavras onomatopéicas como *ǃwǃtse* "gato": *a'wǃtse* "ele viu"; *wǃtǃtǃ* "tempo bonito". Na análise, [w] e [j] são consoantes no início da sílaba. O Kwaza não tem tritongos.

4.3.2 Combinações de consoantes

No Kwaza parecem existir combinações de consoantes, e de semivogais e consoantes, o que apresenta uma dificuldade ainda maior do que a das semivogais. No caso de combinações CC, é necessário decidir não só entre alofones ou fonemas, mas também entre fonemas e bifonemas. Há só duas combinações, mas elas ocorrem freqüentemente.

O /ts/ é a mais importante delas. Ocorre em quase todos os contextos, como se fosse um fonema como o /t/:

ts-t	tsǃtǃ	"braço"	tǃtǃ	"sabão, urucum"
------	-------	---------	------	-----------------

Não encontrei combinações de /ts/ com a semivogal [j]: *[tʃj], mas existem combinações de [tʃw]: *tʃwa* "homem". É difícil decidir se o /ts/ é um fonema complexo ou dois fonemas. No último caso a estrutura canônica da sílaba fica mais complicada por causa de uma única combinação: C(s)(w)V(j/w). No primeiro caso, seria necessário ampliar o inventário de fonemas. Uma terceira opção é que o /ts/ seja considerado como alofone de outra consoante. Há indicações do /S/ ser o fonema com duas realizações, pois existe alguma variação entre [S] e [ts] em algumas palavras:

Su'hü	-	tsu'hü	"qué?"
Sy'tse	-	tsy'tse	"vocês" ⁴

Também existem indicações de variação morfofonêmica:

tʃwa	"homem"	ɛ'Swa	"marido"
		-Swa/-šwa	"homem (Classificador)"
tsu	"osso"	du'ture'Su	"osso de porco"

⁴ O último exemplo pode ser resultado de confusão entre o pronome de 2ª pessoa plural exclusiva *tsi'tse* "nós".

Às vezes esta variação está limitada a uma variedade lingüística característica de crianças e considerada como simplificada:

ɛ'Syitaki - ɛ'tsitaki " (marimbando) me picou "

Existe então variação livre entre /ts/ e /S/, mas só seguido pelas vogais /y/ e /u/ ou por uma semivogal [w], e só em algumas palavras. Na maioria das palavras, nos contextos em que o /ts/ e o /S/ são seguidos por /y, ỹ, u, û, o, a, v/, [w], o /ts/ e /S/ estão em oposição parcial (não encontrei pares mínimos). Nos outros contextos possíveis funciona só o /ts/, e só antes de /i, ẽ, ă, ê/ (veja abaixo). Isto não é evidência bastante para considerar os /ts/ e /S/ como alofones. Agora resta a questão sobre o status do /s/. Aqui abaixo está esquematizada a comparação dos contextos em que ocorrem o /ts, S, s/. O "+" significa a existência atestada da combinação de consoante com a vogal seguinte:

	V2/C1	ts	s	S	V2/C1	ts	s	S
1	u	+		+	û	+		+
2	w	+		+	w̃			
3	i	+	+		ĩ		+	
4	j				j̃			
5	e				ẽ			
6	y	+		+	ỹ	+		+
7	ɛ	+	+	+	ê	+		
8	o	+		+	õ	+		
9	a	+	+	+	ă	+		

Parece que a possibilidade de /s/ ser um alofone de uma outra consoante seja forte. Obviamente, os casos 7 e 9, que não são infreqüentes, continuam problemáticos, ainda sem contar com outras possibilidades, que podem faltar por acaso. Concluindo, estou propondo que /ts, S, s/ sejam fonemas distintos.

A outra combinação é o /Ts/, que não é tão freqüente, e que não ocorre em todos os contextos do /ts/. A combinação /Ts/ parece um africado /Tʃ/, que resulta no som [tʃ] por causa de assimilação.

Tsa'wa	"primeiro, hoje, agora"
Tsim'ute	"rio Pimenta Bueno"
Tsri'Tsɛki	"está costurando"

É possível que as combinações /Ts/ e /Tj/ sejam condicionados pelo encontro entre [T] e as vogais, e que, conseqüentemente, sejam alofones do /T/. Há pouquíssimos casos em que o /T/ não está africado ou palatalizado, e.g. *Tu'ku* "língua". Em algumas palavras há grande possibilidade de variação, até mesmo entre /T/ e /t/:

T(ɔ)wási?	-	Tɔási	-	tɔási	-	tsɔási	'unha'
-----------	---	-------	---	-------	---	--------	--------

Por outro lado, a 'palatalização' ocorre na variação morfofonêmica:

Tɔ'ha	*pé
aky'dɔ-tse	*dois pés [lit. 'dois-CL(pé)-3.sg.Ind']
kɔná'dɔ-ki	*calçou sapatos [lit. 'coloca-CL(pé)-3.Ind']

É possível que exista variação diacrônica entre /T/ e /d/: no final da década de 1930, a palavra *T(j)ɔ'ku'ru* "bacuri" foi escrita assim: *dokurú* (Lévi-Strauss, 1995; o manuscrito não revela se o <d> é implosivo). Contudo, estou propondo que o /Ts/ seja um fonema, assim como o /ts/.

Não encontrei combinações de *[tS] ou de *[TS].

Voltando ao problema das semiconsoantes/semivogais, encontramos uma grande variedade do que podem ser combinações bifonêmicas, ou consoantes palatalizadas e labializadas:

C:	b	d	k	m	n	r	s	S	t	T
Cj:	-	dj	kj	mj	nj	rj	sj	Sj	tj	Tj
Cw:	bw	ɔw	kw	-	nw	rw	sw	Sw	tw	Tw

Exemplos:

kje'ĩmũ	"óleo, banha, graxa"
e'mjē	"ferida"
trĩtĩ'ĩnje	"grama"
wai'ĩjĩki	"está limpo"
ay'ĩjĩ	"aquele lugar"
tjwa'ki/Tjwa'ki	"diz-se que..."

Existe um pouco de variação entre [n] e [ɲ] mas não está claro se há um fonema /n/:

ke'ĩnũ	-	ke'ĩɲũ	"jabobá"
jere'Swa	-	ɲere'Swa	"onça" ⁵

Existem também algumas combinações policonsonantais:

tsw	tswa	"homem"
T(j)w	aT(j)warĩT(j)wa	"cidade"
Tsw'tsjw	hã'Syilɔ'Tsw: / hã'Syilɔ'tsjw:	"flauta"

Este último exemplo mostra o [tʃ], que pode ser o resultado da combinação de [Tʃ] ou de [tsj]. É impossível ouvir qual delas é representada aqui, e pode ser que elas não sejam distintas.

4.3.4 A estrutura da sílaba

Para a hipótese de [j] e [w] serem alofones de /i/ e /u/, os argumentos são fortes e relativamente abundantes: 1) não se mais precisa contrastar o [β] com outro aproximante bilabial; o [w] é uma vogal; 2) nos esquemas de ditongos a distinção entre [i] e [j], e entre [u] e [w] pode ser facilmente eliminada; não há as combinações *[iw, ij, ji, wu, ju]; 3) [j] e [w] podem ser nasalizados: [j̃] e [w̃]; 4) o problema da grande série de consoantes labializadas e palatalizadas pode ser resolvido, porque a labialização e a palatalização não são aspectos de fonemas consonantais diferentes, mas são fonemas vocálicos independentes, que se comportam em ditongos como semivogais; 5) não mais é necessário propor a possibilidade de combinações policonsonantais (e o status fonêmico do africado /Tʃ/ fica ainda mais provável); 6) não se precisa mais decidir entre duas

⁵ Carlson, 1984: *ɲere tso* / "onça".

análises possíveis de certos ditongos (veja também a seção sobre ditongos); é quase impossível ouvir se as combinações envolvidas nos próximos exemplos contêm ditongos decrescentes ou consoantes labializadas:

kuj'ra	-	kw'ra	"beba"	/ku'ra/
mə'niŋj'ŋ'hŋ	~	mə'rwɪŋj'ŋ'hŋ	"verde, azul"	/mə'niŋj'ŋ'hŋ/
Tuku'ruj	~	Tuku'rwɪ	"bacun"	/Tuku'ruw/

(este problema não existe com uma combinação como [Tsa'rwa] = /Tsa'rua/, que envolve pelo menos uma vogal verdadeira); 7) a estrutura silábica fica mais simples.

O único argumento contra [j] e [w] serem vogais é o fato de que eles representam as únicas vogais que ocorrem na posição consonantal da sílaba canônica CV.

Considerando [j] e [w] como alofones de [i] e [u], mas permitindo que são de caráter ambivalente, a estrutura silábica que estou propondo é a seguinte:

$$\left\{ \begin{array}{c} C \\ j \\ w \end{array} \right\} V(V) \quad \text{ou seja} \quad \left\{ \begin{array}{c} C \\ V_1 \end{array} \right\} V(V)$$

(V₁ = [j, w])

5. A CLASSIFICAÇÃO DA LÍNGUA

Nas poucas publicações em que o Koaiá é mencionado sempre (exceto em Greenberg, 1987) está classificado como língua isolada. Isto quer dizer que se trata de uma língua que não é membro de nenhuma família lingüística conhecida. Seria mais apropriado dizer que é uma língua não-classificada, porque as únicas documentações publicadas constam de uma lista de cerca de 40 palavras recolhida por Lévi-Strauss e Zach, editada por Loukotka (1963), e de uma lista de palavras recolhidas por Carlson, editada por Rodrigues (1986). A situação lingüística do Kwaza como "língua isolada" deve-se mais ao fato de não se conhecer praticamente nada sobre a língua do que a qualquer evidência sugestiva de que seja realmente um isolado lingüístico. Também as línguas Aikanã e Kanoê estão classificadas como línguas isoladas por causa das mesmas razões. Veja também a seção seguinte.

6. RELAÇÕES COM OUTRAS LÍNGUAS

Kwaza não é inteligível mutuamente com nenhuma outra língua do mundo. Também, a língua não parece ser membro de alguma família lingüística conhecida. Mesmo assim, o Kwaza tem correspondências não-acidentais com outras línguas. O léxico contém elementos emprestados ou, pelo menos, formas correspondentes às línguas da família Tupañ, Kanoê e Aikanã. Correspondências gramaticais existem com as línguas Aikanã e Kanoê, especialmente nos sistemas e formas classificadoras; veja o classificador de coisas líquidas ilustrado abaixo (note-se que a minha análise dos exemplos do Kanoê e Aikanã é provisório, e que o exemplo do Aikanã foi parcialmente criado por mim em analogia com os dados verdadeiros do campo):

Kwaza	kaʃi-mú café-líquido "o café é preto"	ho'ho-y'mú-ki preto-7-líquido-3 Indicativo
Kanoê	'opu-ka-mú caroço-líquido "o café é preto"	wo'ro-mú-r-ré preto-líquido-7.3 Indicativo
Aikanã	ka'pɪ café "o café é preto"	(i-mú)-ɪ preto-líquido-3 Indicativo

Resquícios de correspondências (morfo-)fonológicas regulares existem com a língua Kanoê: como em Kwaza *tsu'ty* e Kanoê *'ku'ta* "cabeça", Kwaza - *tɛ'tɛ* - e Kanoê - *ke'te* - "verdadeira" (sufixo), etc. Em muitos aspectos, a fonologia parece com a do Kanoê, que foi analisada por Laércio Barcelar (1994). A fonologia do Aikanã é muito diferente da do Kwaza, existem consoantes que não se encontram no Kwaza, e faltam outras que o Kwaza tem. Por exemplo, o Aikanã tem um /ɔ/ que até pode ser nasalizado. O Kwaza tem este som apenas na autodenominação, [kwa'ɔ], que é razão para supor que esta autodenominação foi empréstimo. Por outro lado, os Aikanã não têm os /t/ e /s/ ápico-alveolares e nem sabem reproduzi-los, interpretando-os como [tʃ] e [s]. Entre os sistemas fonológicos do Kanoê (Barcelar, 1994) e Kwaza parecem existir mais correspondências, apesar de que ainda está faltando pesquisa comparativa detalhada. Os traços fonológicos mais importantes que

as três línguas têm em comum são: processos nasalizadores complexos e ausência de tons opositivos.

A explicação para estes fenômenos provavelmente precisa ser procurada nos contatos entre os povos que falavam estas línguas. Informações extralingüísticas obtidas dos arquivos e especialmente dos índios concordam com esta suposição. Estes contatos freqüentes e regulares resultavam em empréstimos. As correspondências entre Kwaza e Kanoê não só podem ser explicadas pela afiliação histórica lingüística, mas também podem indicar mudanças não-genéticas, como mistura de variedades de línguas anteriores não relacionadas e hoje desconhecidas. A história desses povos conta muito sobre troca de mulheres entre clãs falando as mesmas ou diferentes línguas. Estas questões ainda precisam de muitas pesquisas e de descrições lingüísticas relativamente completas. As respostas a estas questões podem ser de grande valor para a pesquisa histórica e para a lingüística comparativa indígena da região Andina-Amazônica (por exemplo, Klein&Stark, 1985; Payne, 1990; Rodrigues, 1986; Urban,1992), para a pesquisa da lingüística teórica e tipológica geral, que tentam explicar mudanças de funções e formas gramaticais (por exemplo, Comrie, 1989; Dik, 1989) e para a pesquisa sobre processos de alterações lingüísticas causadas pelo contato entre povos (por exemplo, Arends et al., 1994; Bakker e Mous, 1994; Thomason & Kaufman, 1988).

Referências:

- Arends, Jacques; Muysken, Pieter & Smith, Norval (eds.) 1994. *Pidgins and Creoles: an Introduction*, Amsterdam: Benjamins.
- Bacelar, Laércio Nora. 1994. Fonologia Segmental da Língua Kanoê: Uma Análise Preliminar. In: *Signótica: Revista do Mestrado de Letras e Lingüística*, Vol. 6, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, pp. 59-72.
- Bakker, Peter & Mous, Maarten (eds.). 1994. *Mixed Languages: 15 Case Studies in Language Intertwining*, Amsterdam, IFOTT.
- Carlson, Harvey. 1984. "Lista de Palavras de Koaiá, Recolhida de José Ramos, em 30 de junho de 1984, manuscrito não publicado, 6 pp., Biblioteca da Universidade de California em Berkeley".
- Comrie, Bernard. 1989. *Language Universals and Linguistic Typology* [1981²], Oxford-Cambridge, Blackwell.
- Dequech, Victor. 1988a. A Expedição Urucumacuan, I^o, em: *Alto Madeira*, 3 e 4 de julho, caderno 2, pp. 1-4.

- Dequech, Victor. 1988b. A Expedição Urucumacuan, II^a, em: *Alto Madeira*, 11 e 12 de dezembro, caderno 3, pp.1-4.
- Dequech, Victor. 1993a. A Expedição Urucumacuan, III^a, em: *Alto Madeira*, 30 e 31 de maio, caderno 3, pp.1-4.
- Dequech, Victor. 1993b. A Expedição Urucumacuan, IV^a, em: *Alto Madeira*, 10 e 11 de junho, caderno 3, pp.1-6.
- Dick, Simon C. 1989. *The Theory of Functional Grammar*, Dordrecht, Foris Publications.
- Greenberg, Joseph H. 1987. *Languages in the Americas*, Stanford University Press.
- Key, Mary Ritchie. 1993. Interpretation of Semivowels. In: Anthony & Mattina Timothy Montler (eds.) *American Indian Linguistics and Ethnography in honor of Laurence C. Thompson*, Montana, University of Montana, pp.429-434.
- Klein, Harriet Manelis & Stark, Louisa R (eds.) 1985. *South American Indian Languages*, Austin, Texas University Press.
- Lévi-Strauss, Claude. 1995 [carta de 25-12-95]
- Loukotka, Cestmír. 1963. Documents et Vocabulaires Inédites de Langues et de Dialectes Sudaméricains, *Journal de la Société des Americanistes*, nouvelle série, tome LII, pp. 7-60, Paris, Musée de l'Homme.
- Maldi, Denise. 1991. O Complexo Cultural do Maricó: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Médio Guaporé. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, Vol.7, No.2, pp.209-269.
- Payne, Doris (ed.). 1990. *Amazonian Linguistics*, Austin, Texas University Press.
- Rodrigues, Aron Dall'igna, 1986. *Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*, São Paulo, Edições Loyola.
- Rondon, Cândido Mariano da Silva. 1916. "Conferências realizadas nos dias 5, 7, e 9 de outubro de 1915 pelo Sr. Coronel no teatro Phenix do Rio de Janeiro.", *Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas do Malto Grosso ao Amazonas*, publicação No. 42, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger.
- Thomason, Sarah Grey & Kaufman, Terrence. 1988. *Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics*, Berkeley, University of California Press.
- Urban, Greg. 1992. A história da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas, in: Manuela Carneiro da Cunha, (ed.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia da Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, pp. 87-102.

Zack, Estanislau. 1943 *Vocabulário das Tribus Masacá, Salamã, Coaiá e Canoé* (manuscrito não publicado, microfilme 316 no Arquivo do Museu do Índio, Rio de Janeiro)

EVIDÊNCIAS DO GUARANI ANTIGO PARA UMA HIERARQUIA DAS CATEGORIAS LEXICAIS

Daniele Marcelle Grannier Rodrigues¹

1. Dentre os vários processos morfológicos do Guarani Antigo, uma pequena seleção nos permite demonstrar a existência de relações particulares entre distintas categorias verbais desta língua: os verbos transitivos, intransitivos e os descritivos.

São verbos transitivos, com dois argumentos: *nupã* 'bater', *ayhú* 'amar', *jukã* 'matar', *ú* 'comer', etc.; são verbos intransitivos, com um argumento: *manõ* 'morrer', *á* 'cair', *karú* 'comer', *hó* 'ir', etc.; são verbos descritivos, com um argumento: *ory* 'alegar-se', *kane õ* 'cansar-se', *ma'enu'á* 'lembrar-se', *ro'y* 'estar frio', etc. Cada uma destas três categorias ocorre em orações independentes prototípicas, como as seguintes:

(1) *perú cjuã o- h- ayhú*
Pedro João 3.NOM- R.ABS- amar
'Pedro ama João.'

(2) *né ere- o mo'é*
tu 2.NOM- R.ABS- ensinar
'Tu lhe ensinas.'

(3) *cje o pycyrõ epé*
1.ABS R.ABS- salvar tu.ERG
'Tu me salvas.'

(4) *perú -o manõ*
Pedro 3.NOM morrer
'Pedro morreu.'

¹ Universidade de Brasília - UnB

(5) *né ere- manõ*
 tu 2.NOM- morrer
 'Tu morres.'

(6) *cje r- orý*
 1.ABS R.ABS- alegrar-se
 'Eu me alegro.'

(7) *ne r- orý*
 2.ABS R.ABS- alegrar-se
 'Tu te alegras.'

Os verbos transitivos ocorrem em dois tipos principais de orações independentes: nominativa-absolutiva, ou seja, com um argumento nominativo e o outro absolutivo, como em (1) e (2), e ergativa-absolutiva, com um argumento ergativo e um absolutivo, como em (3).¹¹ Dos verbos com um só argumento, os intransitivos se conformam com o lado nominativo dos transitivos, apresentando concordância de pessoa com o sujeito como em (4) e (5), enquanto os descritivos se conformam com o lado absolutivo dos transitivos, e não apresentam concordância de pessoa com o sujeito, mas marcam apenas uma referência ao argumento absolutivo, que nos transitivos é o objeto direto, como em (2), mas nos descritivos é o sujeito, como em (6) e (7).

¹¹ A indicação de pessoa em orações independentes segue os seguintes parâmetros:

Pessoa	Pronomes Nominativo	Pronomes Ergativo	Clíticos Absolutivo	Prefixos Nominativo	Prefixos Acusativo
1	<i>cjé</i>		<i>cje</i>	<i>a-</i>	
2	<i>né</i>	<i>epé</i>	<i>ne</i>	<i>ere-</i>	<i>oro-</i>
1+3	<i>oré</i>		<i>ore</i>	<i>oro-</i>	
1+2(+3)	<i>jané</i>		<i>jane</i>	<i>ja-</i>	
2+3	<i>pe'ĩ</i>	<i>pejepé</i>	<i>pe</i>	<i>pe-</i>	<i>opo-</i>
3				<i>o-</i>	

A referência a argumentos, sejam clíticos ou formas livres, é feita através de três prefixos relacionais, de caso absolutivo (R.ABS-): (1) referência a argumento imediatamente precedente, prefixo com duas formas *r-* e *õ*, condicionados por diferentes classes morfológicas; (2) referência a argumento não imediatamente precedente, prefixo com quatro formas *h-*, *i-*, *jo-* e *õ*, condicionados por diferentes classes morfofonológicas e (3) referência a argumento co-referente com o sujeito, prefixo com duas formas, condicionadas fonologicamente *w-* e *o-*. (Grannier-Rodrigues, 1996).

O quadro seguinte é uma sinopse da ocorrência dos argumentos nominativos e absolutivos com as três categorias de verbos:

NOMINATIVO	ABSOLUTIVO
Transitivo	Transitivo
Intransitivo	Descritivo

2. *Processos morfológicos com redução de valência por demissão do agente.*

(a) *Manutenção do nominativo.* Um dos processos mais comuns de redução de valência dos verbos transitivos é a intransitivização por prefixação de *ye-* 'reflexivo' ou de *yo-* 'recíproco', como em (8):

(8) a- je- nupã
 1.NOM- REFL- bater
 'Eu me batl.'

Quando se acrescenta a esse processo a demissão do agente de nominativo para oblíquo (opcional), como em (9) abaixo, ocorre a promoção do paciente a sujeito, resultando uma construção passiva especial (como a passiva com *se* em português), também chamada anticausativa (cf. Comrie 1981: 161):

(9) co'ó o- je- 'u (abá upé)
 cama 3.NOM- REFL- comer homem POSP
 'A carne é comida (pelos homens).'

(b) *Manutenção do absolutivo.* Outra possibilidade de redução de valência é por supressão total do agente, o que resulta numa estrutura absoluta semelhante a que ocorre com os verbos descritivos, como em (6) e (7) acima. Veja-se o exemplo (10):

(10) cje o nupã
 1.ABS R.ABS- bater
 ' Bateram-me.'

O quadro seguinte é uma sinopse dos dois processos de redução de valência que acabamos de ver:

MANUTENÇÃO
 DO NOMINATIVO
 Transitivo
 ↓
 Intransitivo

MANUTENÇÃO
 DO ABSOLUTIVO
 Transitivo
 ↓
 Descritivo

3. Redução de valência por incorporação

(a) *Incorporação de objeto.* A incorporação de objeto nos verbos transitivos é muito comum, como nos exemplos (11) e (12):

- (11) o- jo- óg pirá piná o potá
 3.NOM- R.ABS- tirar peixe anzol R.ABS- isca
 'O peixe tirou a isca do anzol.'
- (12) o- i- potáb -óg pirá piná
 3.NOM- R.ABS- isca -tirar peixe anzol
 'O peixe tirou a isca do anzol.'

Quando o objeto é um nome possuível, como em (12), não há alteração de valência, pois o possuidor, que não é incorporado, permanece fora da do verbo e ocupa a posição de objeto direto. Entretanto, quando o objeto incorporado é um nome não possuível (ou absoluto), o verbo resultante é intransitivo (com todas as propriedades de um verbo intransitivo simples), apresentando, por conseguinte, uma estrutura nominativa, como se vê na passagem de (13) a (14):

- (13) a- jo- pã ybyrá
 1.NOM- R.ABS- aplainar madeira
 'Eu aplaino madeira.'
- (14) a- ybyrá -pã
 1.NOM- madeira- aplainar
 'Eu aplaino madeira.'

(b) *Incorporação de sujeito.* A incorporação de sujeito ocorre exclusivamente com verbos intransitivos. Não há alteração numérica de valência, pois surge um novo sujeito que é o possuidor do nome incorporado, como em (15). O verbo resultante equivale a um verbo descritivo em uma estrutura absoluta:

- (15) h- uwáj -bý mój
 R.ABS- rabo -levantar cobra
 'A cobra levanta o rabo.'

4. *Conclusão.* As três categorias de verbos do Guarani Antigo se agrupam de duas maneiras:

(1) de uma parte, por paralelismos que são próprios de um sistema dividido (*split system*), em que (a) transitivos e intransitivos têm em comum a flexão nominativa e são o ponto de partida e de chegada do processo anticausativo; e (b) transitivos e

descritivos têm em comum a flexão absolutiva, um vínculo explicativo da construção "impessoal" sem agente.

(2) de outra parte, os processos de incorporação de nomes evidenciam uma relação transitivo-intransitivo paralela à relação intransitivo-descritivo, o que aponta para uma hierarquia transitivo → intransitivo → descritivo.

Referências:

- Comrie, Bernard, 1981 *Language Universals and Linguistic Typology* (Oxford: Basil Blackwell).
- Grannier-Rodrigues, Daniele Marcelle. 1996. *Sistema Pessoal do Guarani Antigo*. ms.
- Ruiz de Montoya, Antonio. 1639. *Tesoro de la Lengua Guarani*. Madrid.
- Ruiz de Montoya, Antonio. 1640a. *Arte y Bocabulario de la Lengua Guarani*. Madrid.
- Ruiz de Montoya, Antonio. 1640b. *Catecismo de la Lengua Guarani*. Madrid.

AGREEMENT AND SPURIOUS ANTIPASSIVES*

Ken Hale¹

Luciana Storto²

INTRODUCTION

It is common in the languages of the world for an argument—e.g., the subject, the object, or both—to agree in person and number with the verb, or an auxiliary, in the clause in which it appears. In a number of current theories, agreement is held to be a relation between an *argument* and a (lexical or functional) *head* which stands in an appropriate structural position with respect to the argument. Theories generally agree that the agreement relation involves government. Government in and of itself permits an agreement relation to hold between (i) a head and its Spec(ifier), giving so-called Spec-Head agreement, and also between (ii) a head and the Spec of its complement, a type not customarily named but nonetheless within the canonical domain of government (cf., the well-known and amply documented Exceptional Case-Marking relation). In this paper, the relation which will be assumed is the second of these, as described in detail in Bittner (1994) and, in relation to Case and Agreement specifically, in Bittner and Hale (1996a).

The specific concern of this paper is a phenomenon which we will call "eccentric agreement". Ordinarily, the expectation is that an argument bearing a specific grammatical function will be consistent in its agreement behavior; that is to say, we expect a subject, or object,

* We dedicate this essay to Aryón Rodrigues whose life-time dedication to the study of the indigenous languages of Brazil and whose work in the development of institutional supports for scientific linguistics in that country constitute one of the most impressive contributions to our field in this century. A fellowship from CNPq (grant #200213/92-0) to Luciana Storto has been supporting reserch on the Karitiana language since 1994.

¹ Massachusetts Institute of Technology - MIT.

² Massachusetts Institute of Technology - MIT and Museu Emílio Goeldi.

to agree always with a particular head. So, for example, if the (s-structure) subject agrees with I(nfl) in one construction, it will agree with I(nfl) in all other constructions. In the two languages discussed here, however, we find this not to be the case. In certain constructions, the agreement is the "opposite" of what is expected, in that a functional head which usually agrees with the object suddenly agrees with the subject. This happens in a construction which can appropriately be called the "spurious" or "false" antipassive.

Our aim here will be to show that, given certain reasonable assumptions, these cases of "eccentric" agreement are inevitable. Moreover, taking the data seriously, within a conservative theory of the type employed here we must conclude that there is no one-to-one agreement relationship between arguments and heads.

The K'ichee' (Mayan) agent focus construction

K'ichee' is an ergative language, as can be seen from the agreement pattern exemplified in the following sentences:

- (1) (a) X-at-uu-kunaj (af) lee achi
 ASP-2SG-3SG-cure (you SG) the man
 'The man cured you.'
- (b) X-at-chakun (af)
 ASP-2SG-work (you SG)
 'You worked.'

The language does not employ overt Case morphology for the direct arguments of a clause (subject and object), but its ergativity is reflected in the agreement morphology. The ergative (associated with the subject of a transitive verb) is distinguished from the nominative (sometimes called "absolute", and associated with the subject of an intransitive and the object of a transitive) both in its morphological form and in its position within the verb word. Where ergative and nominative cooccur, ergative is closer to the verb than the nominative, as in (1a), where *-u-* is ergative, and *-at-* is nominative.

Transitive and intransitive verbs are further distinguished by their suffixal inflections, represented here by the endings *-j* and *-n* respectively (with corresponding pausal forms *-Vj* and *-nik*).

Like many other ergative languages, K'ichee' possesses an antipassive construction:

- (2) X-Ø-kuna-n lee achi ch-aaaw-ee
 ASP-3SG-cure-AP² the man TO-2SG RN
 'The man cured you.'

Here, the verb carries the antipassive *-n(ik)* (glossed AP). In addition it has lost its ability to assign ergative Case to its subject. This is ultimately a consequence of the antipassive morphology which forces the *object* to appear in an oblique case, rather than in the nominative characteristic of the basic ergative construction (see, e.g., Bittner, 1994). The object, when overtly expressed, must now appear in an oblique Case construction, represented in (2) by the preposition *ch(i)-* 'to' (not always present in usage) and its complement, the "genitive" relational noun *-ee* (sometimes *-eech*, glossed RN), whose complement in turn corresponds to the logical object of the verb (appearing here as the possessive agreement prefix *-aw-* 2SG, identical in form to the ergative).

Crucially, for our purposes, the verbal agreement morphology is regularly altered in the antipassive, in the following manner: (i) the logical object is no longer represented there, being an oblique expression; (ii) the ergative agreement morphology is suppressed, (iii) and the nominative agreement is now construed with the subject. In (2) above, the zero element *-Ø-* is the normal realization of 3SG nominative agreement (in contrast to *-u-* ~ *-r-* in the ergative).

The K'ichee' antipassive represented by (2) is a true antipassive in every sense of the word. It involves the total "detransitivization" of the transitive clause—the subject is nominative, not ergative; the object is in an oblique form; and the consequences (i-iii) for agreement follow straightforwardly.

There is, however, another K'ichee' construction to which the term "antipassive" has been applied (cf., Mondloch, 1981; Davies and Sam-Colop, 1990; Larsen, 1987, 1988; Pye, 1988; Trechsel, 1993):

- (3) (a) Laa aree lee achi x-at-kuna-n (at)
 Q FOC the man ASP-2SG-cure-AF (you SG)
 'Was it the man who cured you?'
 (b) Laa at x-at-kuna-n lee achi
 Q you SG ASP-2SG-cure-AF the man
 'Was it you who cured the man?'

It is not surprising that this construction has been called an antipassive. It employs the antipassive morphology (with verbs of this type at least, so-called derived verbs), and it suppresses ergative agreement. But this is where the similarity ends. First, as has been

pointed out by a number of scholars (e.g., those cited above) that the two kinds of "antipassive" differ in relation to transitivity. The "true" antipassive of (2) is clearly a derived intransitive. All are in agreement on that score. But the "focus antipassive" of (3) quite evidently does not "demote" the direct object. Moreover, the construction implicates a particular grammatical process—its use is possible only when the agent (transitive subject) is extracted (fronted) in the derivation of one or another of the following constructions: (i) the relative clause; (ii) the content question; (iii) the focus construction (hence the name). It is not properly speaking a "voice", despite its morphology. For these reasons we will refer to it henceforth as the Agent Focus Construction (AFC), the corresponding suffixal morphology will accordingly be glossed AF (despite its prevailing homophony with the antipassive).³

There is a further distinguishing characteristic of the K'ichee' Agent Focus Construction, and it is this which is of primary interest to us here. In contrast to the single association possible in the true antipassive, where agreement morphology must necessarily be construed with the subject (the only argument left bearing a direct structural case), in the Agent Focus Construction, the nominative agreement can (under appropriate conditions) be construed either with the subject or with the object. This is, in a sense, not altogether surprising, since these two arguments share the property of bearing a direct structural Case (ergative and nominative respectively). In a sense, however, it *is* surprising, since the two arguments are not equidistant from the structural locus of agreement, certainly not at d-structure and arguably not at s-structure. And, given accepted assumptions, the two arguments are associated with different Case categories—while Case is not *overt* in the nominal system of K'ichee', we must assume that, abstractly, the transitive subject is in the ergative, while the object is in the nominative (cf. Bittner and Hale, 1996a,b). Thus, for one of the two arguments, at least, agreement is "eccentric" in the Agent Focus Construction of K'ichee'.

The sentences of (3) are sufficient to show this. In (3a), the extracted agent (i.e., the extracted transitive subject) is the third person expression *lee achi* 'the man', and the argument left behind, i.e., the object, is the second person expression *at* 'you (singular)'. It is the latter which shows overt agreement, being represented in the verb word by *-at-*, the 2SG nominative agreement morphology.

³ The "true" antipassive construction is sometimes called the Absolutive Antipassive (cf., Larsen, 1987), in honor of the fact that its sole direct argument is in the absolutive (i.e., nominative in our terminology).

Ceteris paribus, this is what is expected, since it is normal for an object to be construed with the nominative (also called "absolutive") agreement morphology. But now consider (3b). Again, it is the subject which is extracted (as usual in the AFC). But in this case, the extracted argument is the second person *at*. And it is this latter which agrees, being represented again by the nominative agreement morphology *-af-*. Thus, in (3a), agreement is with the object, while in (3b), it is with the subject.

In general, the second person "wins" over the third person—in showing agreement, that is—regardless of the grammatical function involved. The first person also wins over the third person in this respect.

- (4) (a) Aree lee achi x-in-kuna-n (in)
 FOC the man ASP-1SG-cure-AF (me)
 'It was the man who cured me.'
- (b) In x-in-kuna-n lee achi
 I ASP-1SG-cure-AF the man
 'It was I who cured the man.'

Of course, to say that the first and second persons "win" over the third, is to say simply that an argument which necessarily shows *overt* nominative agreement wins over an argument that permits *non-overt* nominative agreement (whether this latter involves a zero morpheme or no morpheme at all). This seems to be a correct generalization, making certain predictions.

The formal (or polite) second person (both singular and plural), like the third person singular, shows *non-overt* (or zero) agreement. Consequently, when formal second person appears in the AFC with a first person subject or object as co-argument, it is the latter which will show *overt* agreement in the AFC. However, if both the subject and the object require *overt* agreement (e.g., if both are non-third person and non-second formal), then the Agent Focus Construction is not possible, since it suppresses the ergative agreement morphology, leaving one of the arguments unassociated. Thus, with first singular subject and object, while extraction for focus is indeed possible, it must employ the ordinary transitive (active) form, with both nominative (object) and ergative (subject) agreement, as in (5):

- (5) In x-at-in-kunaa
 I ASP-2SG-1SG-cure
 'It is I who cured you.'

But neither of the following forms, using the AFC and hence only one overt agreement, is permitted:

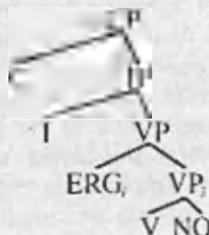
- (6) (a) *In x-in-kuna-n at
 (b) *In x-at-kuna-n at

There is more to be said about these matters, to be sure, but this is sufficient for our purposes. Further relevant details of these aspects of K'ichee' grammar are to be found in the recent, and quite excellent, literature on the language (a portion of which is cited above). We will attempt now to provide a partially formal account of the observations which have been made, using the theory of Case and agreement initiated by Bittner (1994) and extended in Bittner and Hale (1996).

The representation of Case and agreement in K'ichee'

The pre-verbal string in the surface verb word of K'ichee' is clearly divided into two parts, the division being between the nominative (absolutive) and the ergative agreement. Although the division is not obvious in the forms cited here, apart from the generally quite "visible" morpheme boundary, we know that it is structurally real because non-agreement morphology can intervene there (namely, the historically verbal "incorporated movement" markers, cf. Kaufman, 1990). We will assume that this substratum corresponds to the projections of two functional heads, C ("complementizer") and I ("Infl", i.e., "inflection"), the first selecting the second, and that the syntactic projection headed by V (the verb) is selected by the latter, as depicted in (7), the d-structure of a transitive clause.

(7)



To some extent, this underrepresents K'ichee' clause structure. Among other things, the implied linear order of the ergative subject in relation to the nominative object is not the preferred one,

though it is both possible and frequent; and the full system of suprabal functional categories is highly abbreviated in (7). Nevertheless, that diagram embodies the elements which are essential to an account of Case and agreement in accordance with the framework assumed.

The upper functional head, C, is the locus of nominative agreement (as well as the elements glossed ASP, e.g., the perfective *x-* seen in the examples cited). The identification of this upper head with the category C is possibly controversial, especially given the fact that there is an even higher head, the preposition *chi* (not shown in (7)), which sometimes fulfills the traditional "complementizer" function. The issue is essentially terminological, however, and we will follow Bittner (1994), in assigning the label C to the higher of the two functional heads at issue here. What is important for our purposes is that it is a genuine part of the extended projection of V (in the sense of Grimshaw, 1991) and that it plays a particular role in the grammar of Case and agreement. Its role in the latter, as already mentioned, is to function as the locus of nominative agreement morphology. Its role in Case theory derives from the fact that it belongs to a category which is "Case-like" and therefore capable of licensing a nominative argument, in the manner to be described below. The Case-like character of complementizers is well known and amply reflected in case-complementizer syncretism in many languages of the world.

The lower functional head, I(nfl), is the site of ergative agreement, reflected in part by the fact, quite general for ergative languages, that subject (ergative) agreement is closer to the verb than is object (nominative) agreement (cf., Bittner and Hale, 1996b). In an ordinary ergative clause, I(nfl) is also responsible for "assigning Case" to the subject. The latter is an adjunct to VP, a "distinguished adjunct", as indicated by coindexation, the notation employed to represent the predication relation holding between the subject and the verb phrase (cf., Williams, 1980; Bittner and Hale, 1996a). Case assignment, in the framework assumed here, is a binding relation, to be defined presently. And it is the Case-Binding relation between I(nfl) and the subject that is responsible for the fact that the latter bears ergative Case (non-overt in K'ichee' nominals, but ergative nonetheless, by hypothesis).

The basic ingredients of the Case theory assumed here are given in (8), and the theory of Agreement is given informally in (9):

- (8) (a) Case Filter: A DP must be governed by a Case-like head.
 (b) Case-Binding: Structural K (Case, and the phrasal projection KP which it heads) must be antecedent governed by an appropriate head.
- (9) Agreement is a relation between an argument *A* and a head which governs *A*.

Case (overt or tacit) is a functional head, *K*, projecting the phrasal type *KP* in the usual manner. The "structural *K*" of (8b) corresponds in part to the traditional notion "structural Case", as opposed to "inherent" and "semantic" Case. The argument represented as *ERG* in (7) is in reality a *KP* realized at *s*-structure by the ergative Case. As a structural Case, i.e., structural *K(P)*, it must be Case-bound by an appropriate head—in this case, *I(nfl)*.⁴

KP is the maximal extended projection of a nominal expression, just as *CP* is the extended projection of a verb. A *DP* appearing within *KP* is, of course, governed by *K* and therefore satisfies the Case Filter (8a) trivially. By contrast, *NOM* in (7), like nominatives in general, is a bare *DP*, not a *KP*. It is therefore not Case-bound and must be licensed in another way—namely, through government from *C*, a Case-like head. This is how a nominative satisfies the Case Filter.

We can make use of (1a) and its structural description (7) to illustrate more precisely the manner in which these arguments are Case-licensed. The Case-binding relation must first be defined. Case-binding holds between a head *H* (the binder) and an argument *A* (the bindee) only if the following conditions are met:

- (10) (a) *H* either projects or governs a "small-clause" containing *A*.
 (b) *H* locally *c*-commands *A*.
 (c) *H* governs a Case Competitor of *A*.

Looking at (7), we ask whether there are any heads which either project or govern a small clause. A small clause is a phrase to which a distinguished adjunct is attached—thus, *VP* is a small clause in (7). There are two heads which stand in the relevant relation to this small clause, namely, *V* (which projects the small clause) and *I(nfl)* which governs it. This takes care of (10a). Now let us consider (10b).

⁴ Strictly speaking (b) is an instance of the Empty Category Principle (ECP), which structural Case must satisfy, being "empty" at *d*-structure (see Bittner, 1994, and Bittner and Hale, 1996a,b for details).

Does V locally c-command an argument A? The answer is yes, clearly V c-commands its object (NOM), and the relation is *local*, inasmuch as no other argument or head X "intervenes" (structurally) between V and NOM in such a way that X c-commands NOM but not V (see Bittner and Hale, 1996a, for a more precise characterization of local c-command). So V satisfies both (10a) and (10b). What about I(nfl)? Here again, local c-command evidently holds; in this instance between I(nfl) and ERG_j. The higher head, C, fails in this regard, because I(nfl) intervenes between C and ERG_j.

In summary, we have two candidates for the office of Case-binder. But we know that in (1a), only one of the two arguments is Case-bound. This follows from the third requirement, that there be an appropriately situated Case Competitor. A Case Competitor is first of all a Case-less nominal element—i.e., a NP, a N, a DP, or a D, bereft of K. The nominative fits perfectly within this characterization, of course, given the "bare DP" hypothesis of that Case category. But there are two additional requirements, the Case Competitor must be distinct from A, the Case-bindee, and it must be governed (m-commanded) by the Case-binder (H of (10)).

It cannot be, therefore, that both V and I(nfl) function as Case-binders. The verb, to be sure, stands in the proper structural relation to the object, but it cannot Case-bind that argument because it does not also govern a Case Competitor—the subject is the closest argument, but as an adjunct of VP, it is beyond the reach of the V, which is of course included in VP, being its head.

This leaves I(nfl) as the remaining candidate for Case-binder. And that head does in fact Case-bind an argument—namely, the subject, identified by the label ERG in (7), in recognition of the general fact that the Case realized on I(nfl)-bound subjects is that which has been termed "ergative" in the traditional terminology of Case nomenclature.⁵ We have not shown yet how the Case-binding relation comes about, however.

Morphological ergativity, transparency and V-to-I-to-C movement

The linguistic literature on ergativity recognizes two major classes within the ergative type, traditionally termed the syntactic and the morphological. Our account of this distinction (cf., Bittner, 1994;

⁵This Case is also called "relative", particularly in the rich tradition of Eskimo-Aleut linguistics.

Bittner and Hale, 1996b) maintains that syntactically ergative languages involve raising of the nominative argument, the object, to Spec of IP. This syntactic process accounts, of course, for the renowned property of "syntactic ergativity" that the nominative is "high" in the syntactic structure and therefore has the characteristic of subject-like prominence in the clause. For our purposes, raising the nominative achieves two aims: (i) it situates the nominative (a bare DP) in the governing domain of C, thereby satisfying the Case Filter; and (ii) it also places the nominative in the governing domain of I(nfl), since, its raised position, the latter *m*-commands the nominative. This second circumstance supplies the needed Case Competitor, permitting, in fact requiring, that I(nfl) Case-bind the subject.

But this is not the only way in which the subject can be Case-bound by I(nfl). The relation is achieved in another way in so-called morphologically ergative languages. In these, the nominative is licensed *in situ*, through "transparency", i.e., elimination of the barrier status of intervening phrasal categories. This can be achieved in at least two ways (see Bittner and Hale, 1996b). One of these is rather well-known in the linguistic literature. If V raises to I(nfl) in the syntax, then the VP dominating V and its object ceases to be a barrier to government. Under transparency effected by V-to-I movement, the object is, in the relevant sense, "visible" to I(nfl). And if, as is true in canonically ergative languages, the object is a nominative (i.e. bare DP), it will function as a Case Competitor permitting I(nfl) to Case-bind the subject.

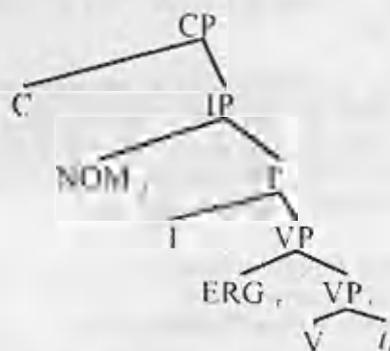
Is K'ichee' syntactically ergative or morphologically ergative? As a V-initial language, it is clearly transparent to an extent, assuming its verb raising is a syntactic (as opposed to phonological) process—and it gives all appearances of being syntactic. At least, it is transparent with respect to VP. But a fully transparent language must also remove the barrierhood of IP, permitting the bare DP object to satisfy the Case Filter (through government from C, a Case-like head).

Although I(nfl), with raised V attached, combines with C to form a single word, it is in this instance not so obvious that I(nfl) actually raises to C in syntax. As noted, grammaticalized auxiliaries of motion (Kaufman's "incorporated movement markers") can appear between those two heads. While this does not preclude syntactic raising or raising of I to C, more evidence one way or another would be desirable.

There is a slight preference for the linear order VOS, in K'ichee', and this is the order normally attributed to the language and to the proto-language. However, England (1989) points out that VSO is preferred in K'ichee' when both the subject and object are definite. While the relevance of surface word order is not altogether clear, it is worth considering the implications of the VOS theory of K'ichee', and of its ancestor.

There are at least two possibilities. If the basic structure of the K'ichee' clause is the relatively standard one given in (7), then some displacement is involved in defining the surface ordering of elements. We have already suggested that the verb moves to I(nfl), and the surface position of V indicates that. One possibility is that the object also moves—leftward, to some position preceding the subject. And this might be expected if IP is "opaque"—object movement to Spec of IP would place it within the government domain of C, assuming, as is usually done, that a head governs Spec of XP if it governs XP itself. This first possibility is represented diagrammatically in (11), abstracting away from V-movement (V-to-I):

(11)

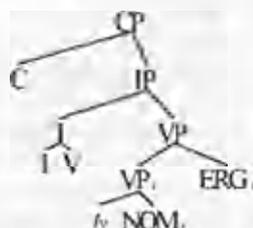


The second possibility takes seriously the idea that VOS is the *d-structure* order, or an alternative *d-structure* order. Departing minimally from (7), this would position the subject (ERG_j) after rather than before the VP (conforming, essentially, with Aissen's ordering principle for Tzotzil; see Aissen, 1996).⁶ This is an attractive

⁶ Aissen's principle (Aissen, 1996:451) has to do with the position of Spec (to the left if Spec of a functional category, to the right of a lexical category). If this can be understood to include the distinguished adjunct (subject) of a small clause, as well as specifiers, then Aissen's principle applies rather well.

possibility, as it would permit an account of the variation noted by England (1989) as a somewhat trivial linearization alternative, positioning the subject (ERG) before VP, as in (7), or after, as in (12), with V-raising indicated as well:

(12)



This effects VOS ordering through V-raising alone, without object raising. The structure depicted in (12), and that in (7) as well, is possible only if IP, like VP, is transparent, permitting C to govern NOM, a bare DP which must satisfy the Case Filter (i.e., be governed by a Case-like head).

Although I-to-C movement is suggested by the morphophonological inclusion of C in the verb word, we have as yet no direct evidence that this fusion takes place in syntax, i.e., that it is not an entire superficial matter of phonological form. The surface facts do, however, cast some doubt on the object raising hypothesis. If the object raises in order to satisfy the Case Filter, the IP must be opaque. And the expectation would be, then, that the object would appear between I(nf) and C. Instead, it appears beneath (to the right of) the C-I-V complex, suggesting that *both* head raising operations have taken place in syntax (assuming adjacency to be necessary for the *phonological* merger of heads). If I-to-C indeed takes place in syntax, then object raising is not motivated by the need to satisfy the Case Filter, and, within the framework we are assuming, it is not otherwise motivated either. While this favors the I-to-C raising

to K'ichee' and possibly other VOS languages of the family. This implies, however, that the subject follows the VP in its entirety, not just the object but all VP-internal constituents. This is a matter which has not been thoroughly investigated, so far as I know, though the literature includes examples of the implied ordering in transitive clauses, as in (1), for example (from Nik'te' and Saq'ijix, 1993:131):

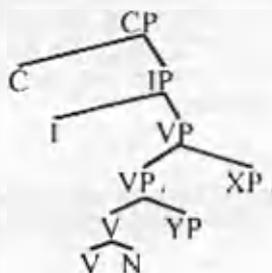
- (1) X-u-jux ri tzmáa ch'u-wach n ab'aj ri achi.
 ASP-3SG-scrape the gourd to 3SG-surface the stone the man
 The man scraped the gourd bowl against the stone.

alternative, further evidence for IP-transparency would strengthen the case. We think that eccentric agreement of the Agent Focus Construction (AFC), as in (3b), provides further evidence.

An account of "spurious" antipassives

We believe that the AFC is the result of grammaticalization of the "true antipassive," which, we assume, can be understood (following Baker, 1988; cf. also Bittner, 1994) as involving the presence of a nominal element (N) incorporated in the verb. The presence of this element has consequences for Case-binding and Agreement. The d-structure of the antipassive, under these assumptions, is approximately as follows:

(13)



The incorporated N is realized as the antipassive morphology $-(V)n$. Theoretically, however, it is an incorporated noun. Being a "bare nominal", it can qualify as a case competitor, under appropriate conditions. And it is this that determines the Case-binding properties of the structure. XP and YP are nominal projections—their status as KP or DP depends on Case-binding, of course. Since V projects a small clause, locally c-commands YP, and governs a Case Competitor (i.e., the incorporated N), it necessarily Case-binds YP, which is therefore a KP. The principles of Case Realization determine quite generally (across languages) that an argument Case-bound by a head of the form $[\sqrt{V}^N]$, i.e. with lexical as opposed to functional-level adjunct, surface in an "oblique" Case, as in (2) above.

Since the object is in an oblique Case, it cannot itself serve as a Case Competitor in relation to $I(nfl)$. The subject, XP, must therefore be a bare DP, since it has no Case-binder. It is nominative and is construed with nominative agreement. In the antipassive, $I(nfl)$

is not "active" in relation to Case-binding; it also fails to function as a governor for agreement, losing its (ergative) agreement morphology.⁷ Thus, the antipassive is an intransitive construction, as has been noted generally.

The true antipassive of K'ichee' is heavily restricted in its occurrence, many transitive verbs cannot appear in the antipassive, and for those that can, it is quite generally limited to clauses with a "volitional" agentive subject (cf. discussion in Mondloch, 1981). By contrast, the Agent Focus Construction involves no such constraint. It is associated with a productive syntactic process (extraction) and is, accordingly, not itself sensitive to semantic types. Constraints on the AFC are purely morphosyntactic, any transitive verb at all may appear in the AFC. While it involves a certain morphology in the verb word, it is used only in association with the syntactic process of extraction, in particular, extraction of the subject of a transitive clause (to Spec of CP, an A-bar position). There are, thus, two components, extraction and the morphology. Let us refer to the morphological component as AFC-formation; for our purposes, the use of the latter can be formulated informally as follows:

- (14) The Agent Focus Construction:
 If the subject (ergative) argument of a transitive clause is moved to an A-bar position (Spec of CP, we assume here), then
 AFC-formation
 applies (optionally)⁸

The morphology implicated by the AFC, in the examples cited, is cognate with that of the antipassive, inviting the suspicion

⁷There may be a problem here for the way in which we think of agreement, i.e., as primarily a relation between an argument and a head which governs it. While "detransitivization" quite generally eliminates one set of agreement (subject or object), why is it generally the lower agreement (i.e., that closest to the verb, object in nominative-accusative languages, subject in ergative-nominative languages)? There is a clear connection with Case-binding. If a head "loses" its ability to Case-bind an argument in a particular construction, it also fails to agree with an argument. The problem makes some sense if Case is *linked* with agreement, as has often been suggested, but as we shall see in eccentric agreement, the issue is not straightforward.

⁸If the process can apply, it generally *does* apply, giving the impression that the rule is obligatory, not optional. Our notes have a number of instances of non-application in root clauses and somewhat more instances of non-application in association with extraction from embedded clauses (cf. Mondloch, 1981, for discussion of this matter).

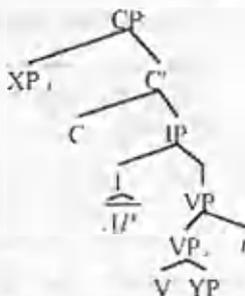
that the two are the same in origin. There is some reason to question this, however, because the two large verb classes of K'ichee' do not agree entirely in the distribution of this morphology. The class termed "derived transitive" show $-(V)n$ for both uses, while the class called "root transitive" show this ending for the antipassive and another, i.e., $-(V)w$, for the AFC (see, e.g., Larsen, 1987, fn. 8, as well as Mondloch, 1981, and many other sources). This observation reinforces the notion that the two constructions are to be distinguished, of course, but while the morphology is synchronically distinct, we need more information to rule out the possibility that the historical source of the two is utterly distinct, particularly given the fact that there is both partial overlap in form and partial overlap in the morphosyntactic effect of suppressing ergative agreement. We will assume here that there is some *historical* connection between the morphologies of the two constructions and that the AFC results, in part, at least, from reanalysis of the morphology.

Grammaticalization, in the original sense of Meillet (1912), is the process according to which a lexical element loses its lexical character and assumes that of a grammatical element—an auxiliary, article, tense marker, case marker, i.e., a functional category. And assuming that the antipassive and the AFC are indeed historically related, the evolution of the latter must have involved at least the grammaticalization of the incorporated N, say to D (an undifferentiated pronominal, appropriate since it is an element from the class of functional categories associated with the nominal extended projection). This is not enough, however, since grammaticalization to this point alone results, by hypothesis and demonstrably, in a nominative-accusative language (as in the case of the Wellesley Island languages of North Queensland; cf., McConvell, 1981). This follows, since grammaticalization resulting in $[VV^{\wedge}D]$ does not affect the *Case-binding* capability of V, only the *realization* of the Case it "assigns"—this is accusative (a direct Case) in this instance, the V-adjoined D being the defining property of nominative-accusative languages (in the framework assumed here).

Something additional must have happened in the history of K'ichee'. We suspect that the primary change was structural. The surface form of the verb in K'ichee' leaves utterly ambiguous the basic structural association of the morphology Agent Focus morphology. It could be in the verb, as it must be in the antipassive, by hypothesis. Or it could be in I(nfl); and this is what we propose—the original antipassive morphology, no longer lexical, is located in

I(nfl) at d-structure, not in V as before.⁹ And, moreover, the Agent Focus morphology *replaces* the agreement morphology, so that while I(nfl) continues to be a Case-binder, it is not a locus of agreement. The syntactic structure of an AF construction is as follows (abstracting away from head-movement, which does not change the basic configuration, only the barrierhood of IP, and VP):

(15)



Since focus extraction is A-bar movement, it has no effect on Case. That is to say, the Case-binding relations in (15) are the same as in (7), the canonical transitive clause. As in (7), the verb cannot Case-bind its object (YP), because it fails to govern a Case Competitor. I(nfl) does Case-bind the trace of XP_i , however. The chain headed by XP_i is therefore assigned ergative Case, by the standard Case realization principles. The object, YP, must be a bare DP, i.e., nominative. Assuming that K'ichee' is transparent (i.e., that IP and VP are not barriers, as a result of V-to-I-to-C movement, not shown in (15)), the object is Case-licensed *in situ*, through government from C.

The essential grammar of the Agent Focus Construction is identical to that of an ordinary transitive, in so far as Case and government relations are concerned. However, only one Agreement-bearing functional head is present, namely C. A transitive

⁹Another outcome would be that in which the antipassive morphology stays in place, giving an AFC in which focus extraction is simply identical to the antipassive in terms of agreement and Case. This seems to be true of the focus construction exemplified in Nik'te' and Saqijix (1993: 136-138), in which the object is regularly in the oblique Case.

clause has two direct arguments, and some arguments *must* agree—as mentioned earlier, these are the arguments whose corresponding agreement is phonologically overt (i.e., first person, second person informal, and third person plural).¹⁰ Consequently, the actual use of the Agent Focus structure portrayed in (15) is limited, for essentially morphological reasons of no relevance to basic grammatical processes.¹¹

If XP_j is first person singular, and YP is, say, second person plural informal, the "option" of using the AFC is unavailable. This is because both arguments must agree—i.e., must be construed with overt agreement morphology. Subject-extraction can occur, but the AFC cannot, because only one overt agreement morpheme is available, that associated with the highest functional head, C, the other being replaced by AF morphology. But if one or the other (or both) of the two direct arguments is, say, third person singular, and therefore capable of occurring in the absence of overt agreement, then the AFC is not only possible but preferred, to an extent which has led many to say it is obligatory.

Consider first the situation in which XP_j of (15) is third person singular and YP is first person singular, as in (4a). In this situation, YP_i must agree and evidently does agree with C, in the normal manner. Of course, we do not know definitively that YP is *in situ* or raised. That is what we are attempting to determine. If YP is raised,

¹⁰The details of third person plural agreement require some adjustment of the simple statement just given (cf. Davies and Sam-Colop, 1990; Trechsel, 1993; Mondloch, 1981). Third plural agreement may be suppressed in combination with first or second, a hierarchical arrangement which may be related to well-known person hierarchies elsewhere. Alternatively, this apparent hierarchy may simply reflect the fact that third person plural nominative agreement is sometimes optional in transitives, depending on the nature of the object.

¹¹In addition to its effect of preempting ergative agreement, there is an additional "property" associated with the AF morphology which is probably also traceable to its putative antipassive ancestry. AF shares with the "impersonal *se*" of Spanish, for example, the property that it cannot function as the antecedent of a pronominal. Pascal de Campo and Philippe Schlenker (p.c.) point out that its behavior is comparable to that of the resumptive *ce* of French, which can antecede *ce* but not *il*, as in *les taureaux, c'est fort quand c'est grand* ('*quand il est grand*). The relevant K'ichee' facts are discussed in Larsen (1987) and Fye (1988), and analyses are offered there into two distinct approaches within the Principles and Parameters framework.

then it is "close" to C and governed in that way; if YP is not raised, then the structure must be transparent.

Now consider the situation in which the person categories are reversed, as in (4b), so that the extracted subject, XP, is first singular and the object, YP, is third singular. In this case, the subject must agree, which it does—this is "eccentric" agreement, inasmuch as the subject is construed with agreement morphology which is normally associated with the object in a fully transitive clause, which the AFC construction surely is. And since agreement is in C, IP must be transparent. The subject must "skip" the closer head, I(nfl), since it lacks agreement morphology and is therefore irrelevant. It cannot skip that head in the ordinary transitive, of course, since that would violate (relativized) minimality (cf., Rizzi, 1990), I(nfl) being the closest relevant head in relation to the subject.

We conclude that K'ichee' is a language in which Case and agreement relations are satisfied through transparency. It is not a "raising ergative language" in the typology of Case systems (cf., Bittner and Hale, 1996b) and it belongs therefore to the observationally predominant morphologically ergative type. Its "eccentric" agreement follows straightforwardly from general principles and just two "local" (i.e., K'ichee'-specific) assumptions, (i) that AF morphology replaces agreement in I(nfl) and (ii) an argument associated with overt agreement cannot occur without actually being construed with overt morphology.

The "false antipassive" in Karitiana (Arikém family, Tupi stock)

Karitiana is a verb raising language which displays verb-final word order in embedded clauses and verb-initial or verb-second word order in main clauses. Evidence for verb raising, apart from the order of constituents itself, can be found in the ergative pattern of agreement. Whenever the verb raises, which occurs obligatorily in main clauses, nominative (object and intransitive subject) agreement appears on the verb, while in embedded clauses the verb stays *in situ* and no agreement is present (see Storto, in this volume, for more evidence of verb raising):

- | | | | | |
|------|-----|---------------------------------------|----------------|--------|
| (16) | (a) | Taso | i-oky-t | boroja |
| | | man | 3AGR-kill-NFUT | snake |
| | | 'The man killed the snake' (irrealis) | | |
| | (b) | Yn | i-oky-t | boroja |
| | | I | 3AGR-kill-NFUT | snake |
| | | 'I killed the snake' (irrealis) | | |

- (c) [Boroja taso oky] y-laka-kārā-t yn
 snake man kill 1-REALIS-think-NFUT I
 'I thought the man had killed the snake'

The irrealis sentences (16a-b) show agreement with the object through the use of the prefix *i-*, and indeed all transitive verbs show object agreement in main clauses. In the embedded sentence in (16c), however, no agreement occurs on the transitive verb *oky*. The realis main sentence (17a) shows nominative agreement with the intransitive subject, realized on the verb, while in the embedded clause of (17b) no agreement is present.

- (17) (a) Y-ta-opisol yn
 1AGR-real-is-listen I
 'I listened'
- (b) [Yn opisol] a-taka-kārā-t an
 I listen 2AGR-real-is-think-NFUT you
 'You thought that I listened'

We can explain the facts above by hypothesizing that Karitiana is a verb second language in which the verb is generated in final position (SOV) and raises obligatorily in main clauses to the second highest structural position. Storto (1996) argued that this second position is not C(omp), because in questions and topicalization a still higher phrase is projected.

Ergative subjects in Karitiana often occupy the Spec position of the projection to which the verb raises, yielding the unmarked SVO order. We know that the subject and verb are in Spec and head position of the same maximal projection in SVO sentences because adverbs, which adjoin to maximal projections in Karitiana, are never allowed to occur between a subject and a verb, while they may occur before the subject, between the verb and the object and after the object:

- (18) (a) Mynda taso na-m-potpora-j esse
 Slowly man REALIS-CAUS-boil-FUT water
 'The man boiled the water slowly'
- (b) *Taso mynda nampotporaj esse
 (c) Taso nampotporaj mynda esse
 (d) Taso nampotporaj ese mynda

Subjects in Karitiana SVO sentences do not seem to be in their underlying position given the fact that intransitive sentences

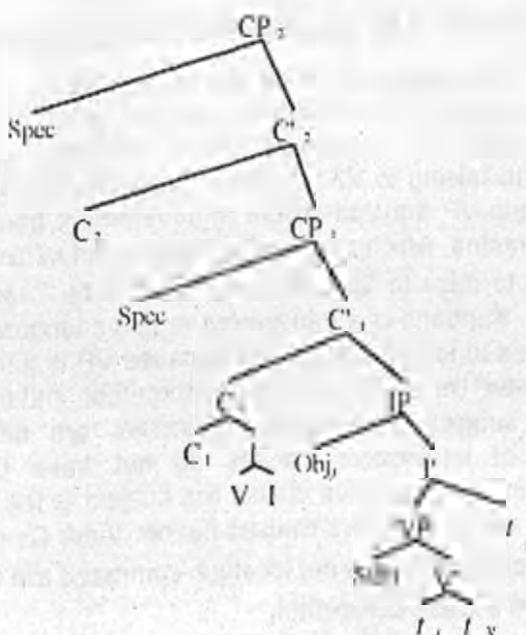
occur in VS word order and VOS is a very common order whenever the subject is a discourse topic (old information).

Storto (1996) has accounted for the post-verbal word order of intransitive subjects and objects by positing a Case-driven movement for nominative arguments to Spec of IP. Under this account, ergative subjects would be *in situ* in VOS sentences, and intransitive subjects and objects would always move to the Spec position immediately below the landing site of the verb in main clauses. The head position to which the verb moves, cannot be argued to be C(omp) if we assume that wh-movement of constituents and adjuncts is movement to Spec of CP, because it is possible for an ergative subject to intervene between a wh-phrase and the verb:

- (19) Morasong João i-amang tyja gok?
 wh-for João 3AGR-plant PROGR manioc
 'Why is João planting manioc?'

We will refer to the C(omp) position and its projection as C₂ and CP₂, while the projection to which the verb moves in main clauses will be referred to as CP₁. The structure hypothesized for Karitiana based on the facts discussed above is given in (20):

- (20)



The structure depicted in (20) is that of a VOS sentence, the most common word-order in narratives where the subject is old information. Verb raising to the head position of CP₁ (possibly a focus phrase) first involves verb raising to I(nf), because whenever the verb raises it takes aspect, tense and evidential morphology with it. We assume the subject is generated as an adjunct to VP and is licensed *in situ*. Storto (1996) hypothesized that objects and intransitive subjects raise to Spec of IP to check nominative Case in I(nf), and that subjects optionally raise to Spec of CP₁ whenever there is the need to escape a topic interpretation. Those hypotheses, however, are very tentative at the present stage in the description of Karitiana, and more evidence needs to be discovered before a convincing argument can be made in their support. Storto (1996) assumes that wh-phrases occupy the Spec of CP₂ position. Karitiana does not have overt complementizers. However, there is a morpheme which occurs cliticized to the wh-word *morā* whenever a nominative wh-phrase occupies Spec of CP₂:

- | | | | | |
|------|------------------------------|-----------------------------|----------------|---------------------------|
| (21) | Mora-mon
wh-NOM | a-ti-amang
2AGR-OT-plant | tyka?
PROGR | |
| | 'What are you planting?' | | | |
| (22) | Mora-mon
wh-NOM | i-hyryp
3AGR-cry | tyka?
PROGR | |
| | 'Who is crying?' | | | |
| (23) | Morā
wh | i-oky
3AGR-kill | tyja
PROGR | y opok ako?
my.chicken |
| | 'Who is killing my chicken?' | | | |
| (24) | Morā-ty
wh-OBL | aj-pytagng
2AGR-steal | tyja?
PROGR | |
| | 'What are you stealing?' | | | |

Examples (21) to (24) show wh-movement of arguments. In (21) and (22) the nominative argument is moved to Spec of CP₂, and the agreement morpheme *-mon* suffixes (or cliticizes to) the wh-word *morā*. In (23), the ergative argument is moved, and the wh-word *morā* occurs by itself in Spec of CP₂. (24) is an example of an intransitive verb whose oblique argument undergoes wh-movement; in such cases, the oblique suffix *-ty* moves along with the wh-word. Since *-mon* distinguishes nominative wh-phrases from all other wh-

phrases, it seems reasonable to describe that morpheme as nominative *wh*-agreement generated in C₂.

One may object to our analysis of the *wh*-agreement morpheme *-mon* by pointing out that object *wh*-movement triggers the appearance of the morpheme *ti-* (glossed as OT=OBJECT TOPICALIZER) on the verb, which, if described as an intransitivizer, would obliterate the difference between examples (21) and (22) above. If *ti-* were a marker of the antipassive, we would expect the object to be in an oblique Case. However, we have evidence that that the verb in '*ti*-constructions' remains fully transitive: in such constructions not only is the object unmarked by the oblique suffix *-ly*, but it is ungrammatical to drop the object, as exemplified in (26):

- (25) Boel i-ti-m-'a-t - j̄onso
necklace 3AGR-OT-CAUS-do-NF woman
'It was the necklace that the woman made'

- (26) *l̄im'al j̄onso

The function of the '*ti*-construction' seems to be similar to that of the K'ichee' AFC construction. In the case of K'ichee', the AFC was described as an optional construction that may occur when an ergative subject is raised to Spec of CP₂. In Karitiana, the '*ti*-construction' is obligatory whenever an object is moved to Spec of CP₂ - that includes topicalization (see (27)), *wh*-movement (as in (28)), and relativization (as in (29)):

- (27) Sepa y-ti-m-'a tyja
basket 1AGR-OT-CAUS-do PROGR
'It is a basket I am weaving'
- (28) Mora-mon y-'it ti-oky-t
wh-NOM my-father OT-kill-NF
'What did my father kill?'
- (29) Yn na-sombak [ōwā [taso ti-mi]]
I REALIS-see [child [man OT-hit]]
'I saw [the child who the man hurt/the child be hurt by the man]'

In K'ichee' the AFC has the function of marking the ergative subject as focus. In Karitiana, however, the '*ti*-construction' does not involve focus. Since the answer to an object *wh*-question must not be given in the '*ti*-construction', we assume that it is not focus (that is, new information) that defines the semantics of that construction. Focus of

arguments is attained in Karitiana by movement of an argument to Spec of IP. As we have mentioned, an ergative subject moves to Spec of IP when it needs to escape being interpreted as old information. Furthermore, the optimal answer to an object wh-question is given in the passive construction (30b):

- (30) (a) Mora-man tašo ti-'y-t
 wh-NOM man OT-eat-NF
 'What did the man eat?'
- (b) Ohy a-taka-'y-t (tašo)
 potato PASS-REALIS-eat-NF man
 'The potato was eaten by the man'
- (c) ??Ohy i-ti-'y-t tašo
 potato 3AGR-OT-eat-NF man
 'It was the potato that the man ate'

Based on the analysis given above, we will refer to the "t_i-construction" as the Object Topicalization Construction (OTC):

- (31) The Object Topicalization Construction:
 If the object argument of a transitive clause is moved to Spec of CP₂ then OTC-formation applies (obligatory).

Karitiana under The Case-Binding Theory (Bittner, 1994)

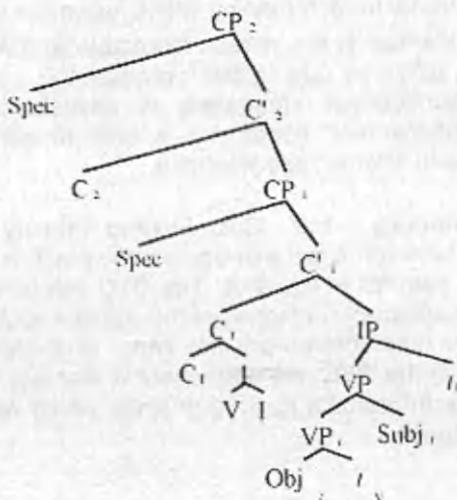
In this paper we would like to propose an alternative account of Case assignment in Karitiana, assuming the theory proposed by Bittner (1994) and developed further in Bittner and Hale (1996a). Since verb raising to V2 position is obligatory in declarative clauses, both IP and VP are transparent to government from the higher head C₁ in Karitiana, which means that objects and intransitive subjects do not have to raise to Spec of IP in order to be Case licensed. Under this view, Karitiana is a transparent ergative language. Ergative case is assigned to transitive subjects because VP is transparent, allowing I(nfl) to "see" the object as a case competitor, and thus Case-bind the ergative subject. Nominative arguments are never Case-bound; subjects of intransitive clauses do not have Case competitors because in an intransitive clause the subject is the only argument of the verb, and in transitive clauses neither V nor C₁ can Case-bind the object because C₁ does not locally c-command the object and V does not govern a Case-competitor.

The word order patterns of Karitiana may be explained in the Case-Binding theory by positing that subjects are right-adjoined to VP

at d-structure. This base position of the subject has to be described as a discourse topic position, which accounts straightforwardly for the fact that subjects occur post-verbally whenever they are old information. Subjects which occur pre-verbally at s-structure, have moved to the Spec of CP₁ position to avoid being interpreted as topics. Under this view, objects never move out of their base position for Case-licensing reasons, since by virtue of transparency all arguments are licensed in-situ. The structure posited for a Karitiana VOS sentence in the Case-Binding theory is exemplified in (32):

We have seen that syntactic movement of the verb to I(nfl) and C₁ can be offered as evidence that Karitiana is a transparent ergative language. Within the Case-Binding Theory, independent evidence for this analysis can be given by the occurrence of "eccentric" agreement in the OTC. In such constructions, the nominative prefix occurring on the verb exceptionally agrees with the agent of the transitive clause, which is unexpected in a language in which agreement is nominative:

(32)



- (33) Sojxa yj-ti-m-pi'orot yjxa
 pig 1pAGR-OT-CAUS-run we
 'We caused the pig to run'

The puzzle we have to solve has to do with a mismatch between Case and agreement in the OTC. Although Case

relationships are the same in declarative sentences and the OTC, the former display nominative agreement (that is, agreement with the intransitive subject or the object) on the verb, while in the latter the verb agrees with the ergative subject. One immediate explanation can be offered for this fact in the Case Theory assumed here. If the morpheme *ti-* is an old antipassive morpheme which was reinterpreted by the present speakers of Karitiana as a head located in I(nfl) which assimilates the agreement features of that position, then it is possible to explain "eccentric" agreement in such constructions. Agreement is a s-structure binding relation between the functional head which hosts agreement features and an argument chain. In transitive declarative clauses nominative agreement occurs on the verb because the head position to which the verb raises (C₁) hosts nominative agreement features and it binds the object by virtue of being the head of a transparency chain. Declarative clauses do not display ergative agreement because I(nfl), the functional head which locally binds the ergative argument, does not have overt agreement morphology to display. However, when the OTC morpheme *ti-* replaces the agreement features of I(nfl), the ergative argument is no longer in an agreement relationship with I(nfl), and the nominative agreement features of the higher head C₁ are able to pick up the ergative argument chain.

If *ti-* were described as a head with nominal features, the theory of Case we are using would predict that the object would be assigned an oblique case in Karitiana, because a V-adjoined N or D serves as a Case competitor for the object, allowing the verb to Case-bind the latter and assign it structural Case. In this case, the OTC would be an antipassive if the head adjoined to the verb were N and an accusative structure in case that head were D. However, the object in the OTC is clearly nominative, as the presence of the *-mon* morpheme in Comp attests in object wh-questions. Thus, the theory correctly predicts that the OTC is not an antipassive or a nominative-accusative construction, but an ergative-nominative construction in which "eccentric" agreement occurs by virtue of the presence of the verbal head *ti-*.

Another possibility which must be discarded is the analysis of *ti-* as a head located originally in C₁. Since V raises to I and C₁ in all main clauses, it is plausible to hypothesize that the OTC morphology attached to V is actually inserted in C₁. This hypothesis, however, can be refuted on empirical grounds: Embedded clauses may appear in the OTC construction (as in (29), repeated here as (34)), and when they do, no agreement is present on the embedded verb:

relationship with the head of the ergative argument chain, leading to what we have been calling "eccentric" agreement.

There are two main reasons why we must reject the "movement" view of "eccentric" agreement. The first reason is theory-internal, and has to do with the definition of argument chain. Although the s-structure object of an OTC construction is not governed by the functional head C_1 , it is clear that the chain linking the base object position to Spec of CP_2 is not an argument chain, but an A-bar chain. This fact indicates that the head of the object A-chain at s-structure is not in Spec of CP_2 , but in base position. This account makes the empirically correct prediction that no A-bar chains should ever alter agreement relationships¹². The second reason for rejecting the "movement" view of "eccentric" agreement is empirical in nature, and has to do with how to better capture the agreement patterns of the AFC in K'ichee'. Unlike Karitiana, K'ichee' usually has two positions for agreement, one of which is blocked by the AFC construction. That single position may agree with the subject or object, as seen in (4a) and (4b), although in both cases the subject has moved to Spec of CP_2 . That is, the factor determining which argument is construed with agreement in K'ichee' is the person hierarchy, and A-bar movement of the subject plays no role in this process. We conclude that the "movement" account of agreement is unsustainable, while the "agreement replacement" hypothesis is able to explain "eccentric" agreement in both K'ichee' and Karitiana.

In summary, the Case-Binding theory predicts an independence between Case and agreement which is able to capture the agreement patterns of the OTC. The OTC can be described in this theory as the Karitiana counterpart of the Agent Focus construction in K'ichee'. Case relationships are the same in declarative transitive sentences and in the OTC, but agreement is crucially changed by the presence of the inflectional head *ti-* in *l(nfi)*, which replaces ergative agreement features.

¹² Note that in raising ergative languages the object raises to Spec of IP for Case licensing reasons. Although the Case-Binding theory describes Spec of IP as an A-bar position, the fact that it sometimes licenses arguments forces us to conclude that that position also has properties of an A-position. We are forced to conclude that a chain which involves movement of an argument to Spec of IP for Case licensing reasons is a mixed chain (it has both A and A-bar properties).

References:

- Aissen, Judith. 1996. Pied-Piping, Abstract Agreement, and Functional Projections in Tzotzil. *Natural Language & Linguistic Theory* 14, pp. 447-491.
- Bittner, Maria. 1994. *Case, Scope, and Binding*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Bittner, Maria, and Ken Hale. 1996a. The Structural Determination of Case and Agreement. *Linguistic Inquiry* 27, pp. 1-68.
- Bittner, Maria, and Ken Hale. 1996b. Ergativity: Toward a Theory of a Heterogeneous Class. To appear in *Linguistic Inquiry* 27.
- Davies, William D., and Luis Enrique Sam-Colep. 1990. K'iche' and the Structure of Antipassive. *Language* 66, pp. 522-549.
- England, Nora. 1989. Changes in Basic Word Order in Mayan Languages. Ms. La Antigua Guatemala, Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamerica.
- Grimshaw, Jane. 1990. Extended Projection. Ms. Brandeis University, Waltham, Mass.
- Kaufman, Terrence. 1990. Algunos Rasgos Estructurales de los Idiomas Mayances con Referencia Especial al K'iche'. In Nora England and Stephen Elliott (eds.), *Lecturas Sobre la Lingüística Maya*. La Antigua Guatemala, Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamerica, pp. 69-114.
- Larsen, Thomas W. 1987. The Syntactic Status of Ergativity in Quiché. *Lingua* 71, pp. 33-59.
- McConvell, Patrick. 1981. How Lardil Became Accusative. *Lingua* 55, pp. 141-179.
- Meillet, Antoine. 1912. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris, Champion.
- Mondloch, James L. 1981. *Voice in Quiché-Maya*. Albany, N.Y., SUNY-Albany Doctoral Dissertation.
- Nik'te' and Saqijix. 1993. *Gramática Pedagógica K'ichee'*. Guatemala: Oxiajuuj Keej Maya' Ajtz'ilib'. Programa para el Desarrollo Integral de la Población Maya, Universidad Rafael Landívar.
- Pye, Clifton. 1988. The Focus Antipassive in K'iche' Maya. University of Kansas Manuscript.
- Rizzi, Luigi. 1990. *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- Storto, Luciana. 1996. Verb Raising and Word Order Variation in Karitiana. General's paper. Massachusetts Institute of Technology Ms.
- Trechsel, Frank R. 1993. Quiché focus constructions. *Lingua*, pp. 33-78.
- Williams, Edwin. 1980. Predication. *Linguistic Inquiry*, 11 pp.203-238.

ESTRUTURA DE CLÁUSULAS EM GAVIÃO DE RONDÔNIA*

Denny Moore**

1. INTRODUÇÃO

Segundo o maior especialista em línguas Tupí (Rodrigues 1984/85), o tronco Tupí é composto de dez famílias linguísticas. Cinco destas famílias (Tupari, Mondé, Ramarama, Arikém e Puruborá) se acham em Rondônia. Mais de vinte anos atrás, Rodrigues (1974: 53) apontou a importância do estudo das línguas destas cinco famílias, que eram, naquele tempo, pouco conhecidas. Os estudos das línguas da família Mondé começaram somente na década de 70 e ainda há pouca descrição da sua gramática publicada: Bontkes 1985, Moore 1985 e 1989, Stute 1985, van der Meer 1983 e 1985. Este artigo visa suprir, em parte, esta falta, providenciando, em linguagem simples, uma descrição básica da estrutura das cláusulas. A análise apresentada aqui é um sumário geral, um pouco simplificado, de algumas seções de Moore 1984, que é uma descrição formalizada, mais completa, detalhada e argumentada. A base do estudo original é vinte-três textos, de vários tipos, coletados nas aldeias Gavião, principalmente no período de julho de 1976 a janeiro de 1978. Visitas subseqüentes ajudaram a esclarecer alguns pontos na gramática.

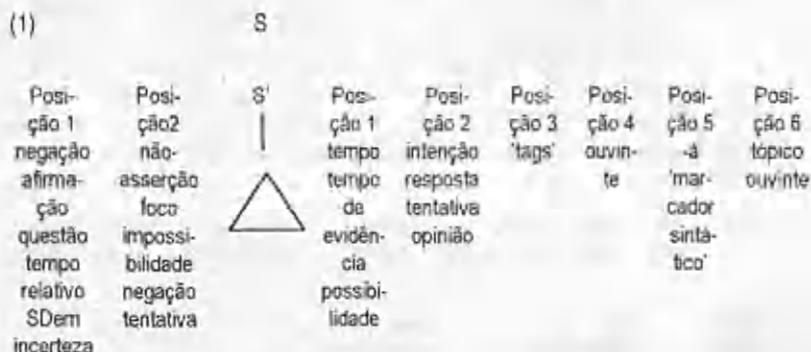
* A nossa pesquisa da língua Gavião tinha o apoio financeiro de um auxílio (no.5578) da Fundação Wenner-Gren e um convênio (no.63.92.0468.00) com a FINEP. A cooperação da FUNAI e do CNPq/Museu Goeldi foram essenciais para a realização do estudo. Agradecemos aos Gavião pela sua ajuda na pesquisa da sua língua, especialmente a Alberto e João Sebirop da Silva. Todo o planejamento original da pesquisa tinha como base o trabalho pioneiro do Prof. Aryon Rodrigues sobre a classificação do tronco Tupí.

** Museu Paraense Emílio Goeldi

A população dos Gavião é presentemente entre 200 e 250, em Rondônia oriental. (Os Gavião do Pará são um grupo Gê que, por coincidência, têm o mesmo nome.). Os dialetos dos Gavião, Zoró, Cinta Larga e Aruá constituem uma língua só, sendo mutuamente inteligíveis. Destes dialetos, o dos Aruá é mais afastado dos outros. A nossa impressão é que a língua irmã, Suruí de Rondônia, compartilha muitos aspectos da gramática Gavião.

2. SENTENÇAS MATRICIAIS

A sentença matricial (S) em Gavião contém uma cláusula principal (S'). Antes da cláusula principal há duas posições que podem opcionalmente ser preenchidas com certas particulas (de um conjunto de 15), com outros pequenos elementos sentenciais ou com constituintes sintáticos extraídos da cláusula principal. Há seis posições após a cláusula principal onde opcionalmente ocorrem outras particulas (de um conjunto de 30) ou certos pequenos elementos sentenciais. O diagrama abaixo representa a estrutura da sentença matricial e as dimensões semânticas (aproximadas) do material que ocorrem em cada uma das posições mencionadas acima.



Ideofones e sons de eventos numa narrativa ocorrem antes da sentença. Não são incluídos aqui por que não afetam a sintaxe das cláusulas. Dois exemplos de textos¹ seguem abaixo, para ilustrar as posições da cláusula principal, a qual é marcada com colchetes rotulados s[]:²

¹ Todos os exemplos são de textos, exceto (21) e (22).

² A segmentação das palavras em Gavião é somente aproximada, por causa da fusão vocálica e da deleção de consoantes. Glossários de

(2) aá bô s[papá sérilit máa a-ill] ále
 aqui foco pai nome Aux 3c-cair futuro
 'Aqui papai Sérilit está pronto a cair.' (Olhando foto.)

(3) s[pá 3t kali taga va] -á je-ere
 1pi-(Aux)-permissiva osso pasta comer front sin ouvinte-sg
 'Vamos comer miolo, Rapaz!'

3. TIPOS ESTRUTURAIS DE CLÁUSULAS

A estrutura de cláusulas principais é a mesma que a de cláusulas encaixadas: os mesmos constituintes ocorrem na mesma ordem básica, como também ocorrem os mesmos movimentos de deslocamento até o início da cláusula. Há dois tipos estruturais de cláusula, não-copular e copular, que diferem na sua composição. Existem onze tipos funcionais de cláusula (imperativos, proibitivos, desiderativos, etc.), mas todos estes seguem os dois padrões estruturais básicos.

morfemas zero estão em parênteses. Tempo não-passado, tipo de cláusula estrutural não copular e tipo de cláusula funcional assertativo são considerados não-marcados e não aparecem nos glossários. Verbos de sentido adverbial são glossados como se fossem advérbios, por exemplo, 'hoje' ao invés de 'estar em hoje'. Também radicais de verbos transitivos posposicionais são glossados como posposições, por exemplo, 'em' ao invés de 'estar em'.

A ortografia é basicamente fonêmica exceto a transcrição de tom, que é morfofonêmica. Vogais adjacentes a segmentos nasais são nasalizadas, sem serem marcadas na transcrição. Para evitar conflitos com os diacríticos de tom, nasalização não-previsível se marca por meio de sublinhamento da vogal ou continuante. Juntura aberta está marcada por dois traços, com uma oclusiva glotal no meio quando esta é o reflexo fonético da juntura entre vogais.

O valor fonético da maioria dos símbolos é óbvio. Os valores dos outros são os seguintes: o e j = africadas palatais, s e z = africadas dentais, ' = oclusiva glotal, v = fricativa bilabial sonora, ŋ = nasal velar, * = tom alto, ^ = tom subindo, ' = variação tonal alto/baixo condicionada. Tons baixos não estão marcados. Tons prolongados estão transcritos como sequências.

As seguintes abreviações são usadas: 1pi = primeira pessoa inclusiva, 2s = segunda pessoa singular, 3p = terceira pessoa plural, 3c = terceira pessoa co-referencial/cross-referencing, sg = singular, pl = plural, n.asr = não-assertativo, sjv = modo subjetivo, cop = tipo copular, prog = progressivo, dim = diminutivo, front sin = fronteira sintática direita, evid = evidência, tem.indéf = tempo indefinido

3.1 Cláusulas Não-Copulares

O tipo de cláusula mais comum é a não-copular. Esta consiste, obrigatoriamente, de um sujeito imediatamente seguido por um auxiliar. Opcionalmente, podem ocorrer também qualquer número de sintagmas verbais (SV) e cláusulas encaixadas (S' ou S'-á), em qualquer ordem. No máximo um sintagma verbal ou cláusula encaixada pode ocorrer antes do sujeito, sob certas condições. As cláusulas mínimas, contendo somente o sujeito e auxiliar, afirmam a existência do sujeito ou indicam que o sujeito está fazendo alguma coisa. Exemplos:

- (4) té e-zá
 (Questão) n.asr 2s.Aux+n.asr

'Você está?'

- (5) lá sep pèrè-kólo tètèè mága
 aquela folha (=foto) natureza-sem só Aux

'Há somente aquelas fotos sem pessoas.'

Nas cláusulas que têm mais de um sintagma verbal, a ordem dos SVs não implica numa sequência de ações. A ordem dos SVs podem ser permutada sem mudar o sentido da cláusula, exceto que um SN no início de uma cláusula tem mais proeminência. Exemplos com os SVs marcados com colchetes simples [], as cláusulas encaixadas com colchetes rotulados _S[]:

- (6) eè bó pa-zé-ena [pa-vân-ga] [ma'é-ena] [sa-ge-èna] ki-nap
 aí foco 1pi.Aux+sjv- 1pi-correndo- (3s)-buscar- 3s-matar- evid-
 prog causar prog prog tem.indef

'Aí corremos atrás, matando'
 (Três SVs, separados por colchetes.)

- (7) [peya teé] pa-á [mé-e ná] [aza aka]
 abanar continuando 1pi.Aux+sjv outro-pi verbalizador paca matar

[ma vâ ká] ki-nap
 algum buraco em evid.tem.indef

'Um outro jeito para matar paca no buraco é abanar.' (Literalmente: 'Abanando nós fazemos, como outra maneira, matando paca, no buraco.')

(Quatro SVs.)

(8) [picaŋ-i] eé pát sé ena [a-vère-tê-ena] [dará] ki-nap
 noite-usar aquela tipo Aux+sjv- 3c-andando- facilmente evid.tem indef
 prog estar-prog

'De noite aquele tipo anda muito.'

(Três SVs.)

(9) eé bó tá-mága s[[aa-ya-i] a-yá-boy | [ê-abi] [a-voló]-á
 aí foco 3p-Aux 3c-rostó-entrar 3c-Aux- isto-de 3c-vir-
 (=crescer) posfactiva front.sin

'Aí eles vão chegar de lá quando já cresceram.' (Os garotos caçando a Lagarta Grande voltarão já adultos.)

(A cláusula encaixada é posfactiva. Dos três SVs, um (aa-ya-i) se acha dentro da cláusula encaixada. O prefixo do auxiliar da cláusula encaixada (a-) indica co-referência com o sujeito da cláusula principal.)

Nos exemplos acima, notar que o sujeito é um prefixo pessoal nas frases (6), (7) e (9) e um sintagma nominal explícito em (8). Estas duas opções são mutuamente exclusivas, se o sujeito não for extraído. O sintagma nominal sujeito pode ser lexical ou pode ser um pronome livre. Neste caso, há ênfase contrastiva na pessoa. Através da permutabilidade de sintagmas verbais e cláusulas encaixadas, a ordem da frase (7) pode ser, sem mudar o sentido, a seguinte:

(7') [aza aka] pa-t [mé-e ná] [má vá ká]
 paca matar 1pi-Aux+sjv outro-pl verbalizador algum buraco em

[peya teé] ki-nap
 abanar continuando evid.tem.indef

'Um outro jeito para matar paca no buraco é abanar.'

Em (7) e (7') notar que é o objeto ('paca') que está no buraco, não o sujeito, e que este fato não está indicado pela contiguidade dos sintagmas. Cada sintagma verbal é um aspecto do evento ou fato descrito pela cláusula. Não é possível, por exemplo, ir ao mato e voltar na mesma cláusula simples, uma vez que isto seria dois eventos. Vários sintagmas verbais traduzem como sintagmas adverbiais ou sintagmas posposicionais, mas o comportamento formal destes é igual ao de qualquer SV, como será explicado

abaixo. A morfologia do verbo é reduzida em Gavião, uma vez que é o auxiliar que indica aspecto, tempo, direção de moção, tipo estrutural de cláusula, tipo funcional de cláusula, e modo subjetivo. (Certas partículas exigem modo subjetivo (sjv), por exemplo, **kinap** em (7) acima.)

A possibilidade de movimento ajuda, como teste prático, na identificação das fronteiras de SVs, cláusulas encaixadas e nominais predicativos. Somente um constituinte, imediatamente dominado por S', pode ocorrer antes do sujeito. Critérios para a identificação de um constituinte como sintagma verbal incluem:

- (i) liberdade de movimento dentro da cláusula,
- (ii) possível negação individual de cada SV com a partícula negativa **óóp**,
- (iii) intensificação com a partícula **kii**,
- (iv) conjunção com outros SVs, em construções usando a conjunção, **kij**,
- (v) e nominalização pelas partículas **mât** 'nominalização concreta' e **méne** 'nominalização abstrata'.

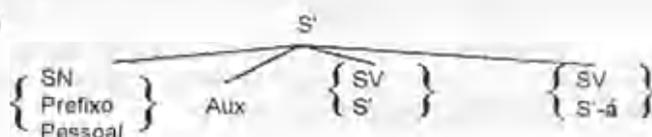
Cláusulas encaixadas podem ser distinguidas de SVs pelo fato de não compartilharem propriedades (ii)-(v) e pela inclusão obrigatória de um auxiliar na composição de qualquer cláusula. As sequências de SVs não indicam sequências de ações e também não podem ser consideradas como conjunção, uma vez que conjunção, com a partícula **kij**, já existe e é diferente. Estas sequências também não são verbos serials uma vez que a sequência é de sintagmas e não palavras e não há ordem fixa ou evidência de que a sequência é uma unidade sintática.

Uma razão para designar as unidades entre colchetes simples em (6)-(9) acima de *sintagmas* é que certas partículas que podem ocorrer depois dos SNs também podem ocorrer em construção com esta unidades, por exemplo as partículas **téteé** 'somente', **tere** 'verdadeiro/verdadeiramente' e **teét** 'exato/exatamente'. Podemos oferecer uma generalização que estas partículas ocorrem ao final dos sintagmas. Uma outra generalização é que conjunção em Gavião envolve somente sintagmas, SN ou SV. Para manter estas generalizações, que capturam o paralelismo no comportamento dos sintagmas, é necessário reconhecer que estas unidades verbais têm o nível de sintagma.

Não existe indicação de que o auxiliar forme uma construção com um ou mais sintagmas verbais neste tipo de cláusula. Seria possível argumentar que o sujeito e o auxiliar formam uma

construção, uma vez que são obrigatórios e nada pode separá-los. Porém estes argumentos não são conclusivos e optamos por considerar sujeito, auxiliar, SV e cláusula encaixada como constituintes independentes da cláusula, imediatamente dominados por S'.

(10)



Existem três tipos de sintagma verbal em Gavião. O primeiro tipo é transitivo e consiste num objeto (SN ou prefixo pessoal) seguido por um radical de verbo transitivo. Três exemplos de sintagmas verbais transitivos das frases acima (o número à esquerda de cada SV refere ao número da frase que o contém) são:

- (6) me'é-ena (3s)-buscar-prog (7) aza aka (7) má va ká
paca matar algum buracô em

No último exemplo, a palavra glossada 'em' é um subtipo de radical de verbo transitivo, não há classe de posições formalmente distinta. Designamos os núcleos dos SVs transitivos *radicais* de verbos (sem grande convicção) porque é necessário distinguir entre verbos (por exemplo, **basaná** 'roubar', verbo que não aceita objeto ou prefixo pessoal) e formas verbais que têm que ser precedidas por um SN ou prefixo pessoal (por exemplo, **pásaná** 'roubar do objeto'). O termo 'radical de verbo' já é necessário na morfologia e a forma fonológica básica é a mesma que a do radical livre. A distinção entre palavra e radical de palavra existe também nos nomes: **zap** 'casa', **sáp** 'casa' (possuída ou modificada, por exemplo, **ci-sap** 'casa dele', **vaavãã sáp** 'casa do pajé').

O segundo tipo de SV é 'cross-referencing': consiste somente em um radical de verbo intransitivo com prefixo que concorda em pessoa e número com o sujeito da cláusula que imediatamente domina o SV (a cláusula local). Se ocorrer numa cláusula encaixada, o prefixo concorda com o sujeito da encaixada, não com o sujeito da cláusula principal. Como todo SV, pode também incluir certas partículas (e.g. **téét** 'exatamente') depois do núcleo. Exemplos das frases acima:

- (8) a-vêre-tê-ena (9) aa-yá-í (9) a-voló
3c-andando-estar-prog 3c-rasto-entrar (=crescer) 3c-vir

Nos SVs do tipo 'cross-referencing' o prefixo glossado '3c-' indica concordância com o sujeito da cláusula *local*. Porém, o mesmo prefixo, também glossado '3c-', ocorre em SNs, SVs transitivos e nos auxiliares de cláusulas encaixadas (por exemplo, em (9) acima), indicando, em todos estes casos, co-referencialidade com o sujeito da cláusula *principal*.³

O terceiro tipo de SV consiste em somente um verbo, como núcleo, sem argumentos, opcionalmente seguido por certas partículas. Exemplos das frases acima:

(7)	má-e	ná	(7)	puya	lee	(8)	bicai-i	(8)	dará
	outro-pl	verbali-		abajar	conti-		noite-usar		facilmente
		zador			nuando				

A primeira destas expressões é um verbo complexo (barra-um) derivado de um SN pela partícula *ná*. (O sistema de palavras complexas e radicais de palavras complexas em Gavião é explicado em Moore 1984, seção 12.) A segunda contém uma das partículas que ocorre no fim de sintagmas. As outras duas têm sentido adverbial, mas são SVs pelos critérios (i)-(v) acima e podem ocorrer sem outro SV na cláusula.

3.2. Cláusulas Copulares

Este tipo de cláusula é bem menos frequente do que a não-copular, e os julgamentos gramaticais dos Gavião são menos definidos em relação à sua composição e à ordem dos seus constituintes. Uma cláusula copular contém, obrigatoriamente, um sujeito, um auxiliar do tipo copular e um SN predicativo. Exemplos, com o SN predicativo entre colchetes []:

(11)	[vazet	má-pé-e	máki-i	léteè]	taáy	eè-na	ki-nap
	mulher	posse-	fazer -nom-	só	3s-(Aux	aquele-	evid-
		coisa-pl	nalização		+cop+sv)	maneira	tem, indef

'É só trabalho de mulher.'

³ Segundo Dixon (1994: 46-48), em Gavião (1) cada verbo é acompanhado por um auxiliar, (2) o prefixo do auxiliar indica A ou S, e (3) há um sistema de 'cross-reference' que pode se aplicar duas vezes por cláusula, uma vez indicando S ou A, e a segunda vez S ou O. Porém, segundo a presente análise, e a de Moore 1984, (1) cada cláusula tem um só auxiliar mas pode ter vários SVs, (2) o prefixo do auxiliar pode indicar A e S ao mesmo tempo (sujeito de verbos diferentes), e (3) o sistema de 'cross-reference' marca somente S e potencialmente se aplica qualquer número de vezes por cláusula, uma vez por cada radical de verbo intransitivo. (Os prefixos dos auxiliares e verbos transitivos são argumentos, não marcadores de concordância.)

- (12) eé (bapi) maã
lá convidado (3s)-Aux+cop

'Ele era convidado lá.'

- (13) [pa-gó pétaay tóot] te aa
1pi-boca torta agarrado n.asr este (Aux+cop+n.asr)

'Este tem boca torta.' (O prefixo **pa-** aqui indica seres humanos genéricos, 'gente').

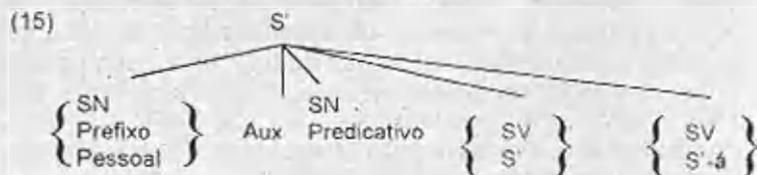
- (14) á-na ma-áy té yã (aa) a-bolaa
qual-normalização n.asr (3s)-Aux este 3c-abraçando
maneira +concreta-pl +cop+n.asr

ajóót-tá-á

em+pé+dim-estar front.sin

'Quem eram estes em pé se abraçando?'

Notar que há um SV em exemplo (11), **eé-na** '(n)aquela maneira' e também um em (14), **a-bolaa ajóót-tá** 'se abraçando'. Tais sintagmas verbais são infrequentes nas cláusulas copulares, provavelmente por razões semânticas. Em todos os exemplos que temos, o SN predicativo ocorre ou imediatamente na frente do sujeito (como nos exemplos (11), (12) e (13) acima) ou imediatamente depois do auxiliar. Uma interpretação deste padrão de ocorrência seria que o sujeito, auxiliar e SN predicativo formam um constituinte e que qualquer SV ocorre antes ou depois deste constituinte. Porém, não há outra evidência de tal constituinte, e adotaremos, como análise da estrutura destas cláusulas, a hipótese de que os seus constituintes são, em ordem, sujeito, auxiliar, SN predicativo e quaisquer SVs ou cláusulas encaixadas, todas imediatamente dominados por S'. As construções seguindo o auxiliar (SN predicativo, SV ou cláusula encaixada) podem ser deslocados até o início da cláusula sob certas condições.



As cláusulas copulares não têm tempo, aspecto ou direção de moção marcado no auxiliar. Estas cláusulas também não podem ser dos tipos funcionais imperativo, proibitivo, hortativo ou simulfactivo.

4. TIPOS FUNCIONAIS DE CLÁUSULAS

Todas as cláusulas em Gavião seguem um dos dois padrões estruturais explicados acima: não copular ou copular. Porém, existem várias diferenças semânticas e pragmáticas entre cláusulas, como também diferenças sintáticas e morfológicas. Onze tipos funcionais de cláusulas são distinguidos com base nestas diferenças. Os fatos gramaticais relacionados aos onze tipos funcionais de cláusula são discutidos abaixo.

Morfologia do auxiliar. Quatro tipos funcionais (desiderativo, simulfactivo, posfactivo e nominal) são marcadas por sufixos no auxiliar.

Tempo e aspecto. Cláusulas dos tipos assertativo, não assertativo, imperativo e nominal têm três contrastes de tempo/aspecto. O tipo desiderativo tem um contraste de tempo/aspecto e os outros tipos têm somente um tempo/aspecto, sem contrastes.

Distribuição da cláusula. Cinco tipos (assertativo, não assertativo, imperativo, proibitivo e hortativo) somente ocorrem como cláusulas principais. Três tipos (permissivo, preventivo e desiderativo) podem ocorrer como cláusulas principais ou, quando marcadas com o marcador sintático -ã, como encaixadas. Os outros três tipos (simulfactivo, posfactivo e nominal) ocorrem somente como encaixadas. Como encaixadas, cláusulas dos tipos preventivo e nominal são sempre nominalizadas.

Ocorrência de partículas sentenciais. Várias partículas ocorrem somente com certos tipos funcionais. Por exemplo, há um conjunto de partículas de tempo de evidência que ocorre em cláusulas assertativas e um outro conjunto que ocorre em cláusulas não assertativas.

Posição do prefixo do auxiliar em relação ao início da sentença. Os prefixos pessoais dos auxiliares das cláusulas proibitivas e hortativas são, obrigatoriamente, os primeiros elementos da sentença. O prefixo do auxiliar de cláusulas permissivas opcionalmente ocupa a posição inicial. Nos outros oito tipos, o prefixo do auxiliar nunca ocupa a posição inicial. Estes fatos são fundamentais no controle de movimento dos constituintes da cláusula à esquerda.

Alguns exemplos de tipos funcionais são apresentados abaixo.

- (16) s1[ñá sep còloy àkini pa-à-r+ava]
 aquela folha (=foto) comprida+dím ver 1pi-Aux-desiderativa

'Seria bom olhar as fotos compridas.'

(S'1 é cláusula principal, do tipo desiderativo.)

- (17) s1[alóp aka bó pá-àr-à]
 ele matar loco 1pi-Aux+permissiva-front.sin

'Vamos matar ele.'

(S'1 é cláusula principal, do tipo permissivo.)

- (18) s1[s2[pa-já-át diá aá mákii-á] pa-máa-ka
 1pi-Aux-permissiva logo borracha fazer-front.sin 1pi-Aux-ir

eé koy teé veérèp teé] k| ále
 aquele a continuando junto continuando de+novo futuro

'Para fazer borracha logo vamos ir lá junto de novo.'

(S'1 é a cláusula principal, do tipo assertativo. S'2 é uma cláusula do tipo permissivo, encaixada com o marcador de fronteira sintática -á.)

- (19) á-na te-s1aká a-vanéé eé-na s2[aa-ka
 qual-maneira n.asr-3s+Aux+n.asr 3c-sair aquela-maneira 3c-
 matar

pa-zá-át eé ká eé-na]]
 1pi-Aux-simulfactiva aquilo em aquela-maneira

'Como ele sai quando o estamos matando lá?' (Tatu no buraco)

(S'1 é cláusula principal do tipo não assertativo. S'2 é cláusula encaixada do tipo simulfactivo, na qual o objeto é co-referencial com o sujeito da cláusula principal.)

- (20) s1[pa-bábe àkini s2[mága óóp saká-neé]
 1pi-mãos ver (3s)-fazer negativo 3s+Aux-nominal

mát sé-ena a-ma-kóbáá] kinap
 nominalizador+concreto Aux+svj-prog 3c-transitivizador-aprender evid.tem indef

'Quem não sabe fazer (cerâmica) se ensina olhando nossas mãos.'

(S'1 é a cláusula principal, do tipo assertativo, no modo subjetivo por causa da partícula final. S'2 é uma cláusula encaixada do tipo nominal, nominalizada pela partícula mát.)

Cláusulas do tipo nominal são explicadas em detalhe em Moore 1989. Não é possível neste sumário entrar nos detalhes dos tipos funcionais ou dos auxiliares (ver Moore 1984, seção 6).

5. DESLOCAMENTO DE CONSTITUINTES DA CLÁUSULA À ESQUERDA

Como vimos, a estrutura das cláusulas em Gavião é relativamente simples, com vários constituintes independentes imediatamente dominados por S'. O movimento destes constituintes também é relativamente simples: há somente duas regras de movimento que movem constituintes ao início da cláusula e uma terceira regra que extrai um constituinte e o traz até o início da sentença. Estes movimentos são controlados pela presença de certos elementos sintáticos que ou sempre ocorrem no início da sentença [+S-Inicial], ou nunca ocorrem no início [-S-Inicial], ou opcionalmente ocorrem lá [+S-Inicial].

Cada sentença pode conter no máximo um elemento [+S-Inicial]. Os seguintes itens são deste tipo: os pronomes de discurso (*mát* 'concreto', *mêne* 'abstrato') as palavras interrogativas (*á* 'qual', *mé* 'o que'), prefixos pessoais dos auxiliares dos tipos hortativo e proibitivo, o sintagma demonstrativo (SDem) inicial (que localiza a sentença em tempo/espço), e as partículas de posição inicial (por exemplo, *óo* 'negativo', *até* 'afirmativo' *bó* 'já', *déet...yá* 'incerteza').

Os prefixos pessoais de auxiliares dos tipos funcionais assertativo, não assertativo, imperativo, preventivo, desiderativo, simulfactivo, posfactivo e nominal são [-S-Inicial], como também estão as partículas de segunda posição (*bó* 'foco', *té* 'não assertativo' e *kiri...kí* 'impossível'). O prefixo de auxiliar do tipo permissivo e a partícula *de...kí* 'negativo tentativo' são [+S-Inicial]. Outras palavras na língua que podem iniciar um sintagma (nomes, pronomes, etc.) opcionalmente ocorrem na posição inicial.

5.1 Deslocamento de SVs e Cláusulas Encaixadas até o Início da Cláusula

Dentro de uma cláusula, um SV ou uma cláusula encaixada pode ser movido até o início da cláusula, antes do sujeito. Este movimento é obrigatório se o constituinte a ser movido contém um elemento [+S-Inicial] ou se o movimento é necessário para ocupar a

posição antes de um elemento [-S-Inicial]. Por exemplo, em frase (19) acima, o SV *â-na* 'qual maneira' obrigatoriamente ocupa a posição inicial por ser uma palavra interrogativa [+S-Inicial]. Em frase (16) o SV tinha que ser deslocado para frente para evitar que o prefixo do auxiliar *pa-â-r+ava* '1^{pi}-Aux-desiderativa' esteja no início da sentença. Se existe um elemento [+S-Inicial] na cláusula, fora do constituinte passível de movimento, o constituinte não pode ser movido.

As condições que controlam movimento na cláusula principal são iguais às que determinam movimento nas encaixadas, exceto que a presença de partículas [+S-Inicial] no início da sentença bloqueia o deslocamento até o início da cláusula principal.

5.2 Deslocamento de Sintagmas Nominais Predicativos até o Início da Cláusula

Há dois argumentos de que a regra que desloca SNs predicativos à esquerda é diferente da que desloca SVs e cláusulas encaixadas. (1) Parece ser possível deslocar ambos um SV e um SN predicativo à esquerda do sujeito, dentro da mesma cláusula. Não há exemplos de texto disto, mas informantes em geral aprovam sentenças como (21) abaixo, enquanto imediatamente rejeitam dois SVs na frente do sujeito.

(21)	<i>ñã</i>	<i>koy</i>	<i>zav-ijaáy</i>	<i>Evii</i>	<i>mãã</i>
	aquilo	a	casa-dono	nome	Aux+cop

'Evii é chefe lá.'

(2) Partículas [+S-Inicial] bloqueiam o deslocamento dos SVs na cláusula principal, mas não o deslocamento do SN predicativo. Exemplo aprovado por informantes:

(22)	<i>òò</i>	<i>zav-ijaáy</i>	<i>Evii</i>	<i>mãã</i>
	negativo	casa-dono	nome	Aux+cop

'Evii não é chefe.'

Se o deslocamento do SN predicativo ao início acontece antes do deslocamento do SV, o resultado será a ordem observada: o SV no início seguido pelo SN predicativo.

5.3 Extração de um Constituinte até o Início da Sentença

Após os possíveis movimentos até o início das cláusulas encaixadas e da cláusula principal, a última regra de movimento

levanta o constituinte (SV, cláusula encaixada, SN predicativo ou SN sujeito) que está no início da cláusula principal até a posição inicial da sentença, se esta estiver desocupada. Este movimento é obrigatório se o constituinte contém um elemento [+S-Inicial] (por exemplo, frases (14) e (19) acima) ou se há uma partícula [-S-Inicial] na segunda posição (por exemplo, frase (17) acima). Senão, é opcional.

6. CONCLUSÃO

A análise da estrutura das cláusulas de Gavião apresentada aqui é descritiva, sem pretensões teóricas. Por exemplo, fala-se em termos de movimento, para descrever os fatos, mas estes fatos podem ser entendidos por linguistas que não reconheçam movimento como um fenômeno teórico.

A sintaxe das cláusulas em Gavião é relativamente simples, regular e elegante. Muita complexidade sintática se acha no sistema de partículas sentençais e nas construções barra-um. Com mais progresso no estudo das dez famílias Tupi poderemos ver o quadro comparativo da sua sintaxe. Algumas propriedades sintáticas destacadas aqui (por exemplo, sintagmas verbais múltiplos, auxiliares, verbos sem flexão que não formam construções com SNs e movimentos sintáticos sensíveis à capacidade de unidades sintáticas de ocupar a posição inicial da sentença) ocorrem em outras famílias Tupi (Moore 1994). Esperamos que a presente descrição facilite o trabalho comparativo.

Referências:

- Bontkes, Carolyn. 1985. Verification Particles in Suruí. *Porto Velho Work Papers*. D.L. Fortune (ed.). Brasília, SIL.
- Dixon, Robert M. W. 1994. *Ergativity*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Moore, Denny. 1984. *Syntax of the Language of the Gavião Indians of Rondônia*. Brazil, Tese doutoral, City University of New York.
- Moore, Denny. 1985. Nominal Stem and Adjective Stem Incorporation in Gavião. *IJAL* 51 (4), pp. 513-515.
- Moore, Denny. 1989. Gavião Nominalizations as Relative Clause and Sentential Complement Equivalents. *IJAL* 55 (3), pp. 309-25.
- Moore, Denny. 1994. A Few Aspects of Comparative Tupi Syntax. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, Volumen VIII: Lingüística.

- Tupí-Guaraní e Caribe - Ponencias Presentadas en el 47o Congreso Internacional de Americanistas, Mary Ruth Wise (ed.). Lima, Peru.
- Stute, Horst. 1985. Os Auxiliares Dinâmicos da Língua Gavião. *Porto Velho Work Papers*, D.L. Fortune (ed.) Brasília: SIL
- Rodrigues, Aryon. 1984/85. Relações Internas na Família Lingüística Tupí-Guaraní. *Revista Antropológica* 27/28. Pp. 33-53 São Paulo
- Rodrigues, Aryon. 1974. Linguistic Groups of Amazonia. *Native South Americans: Ethnology of the Least-Known Continent*, Patricia Lyon (ed.), pp. 51-58 Boston e Toronto, Little, Brown, and Co., Inc.
- van der Meer, Tine. 1983. Ideofones e Palavras Onomatopaicas em Suruí. *Estudos Linguísticos* 7 (Anais do Seminário do GEL), pp. 10-15
- van der Meer, Tine. 1985. Case Marking in Suruí. *Porto Velho Work Papers*, D.L. Fortune (ed.), pp. 208-230. Brasília, SIL

VERB RAISING AND WORD ORDER VARIATION IN KARITIANA

Luciana Storto*

Introduction

Karitiana is the sole surviving language of the Arikém family, Tupi stock, spoken by 185 people in the state of Rondonia, Brazil. The language has been previously studied by David and Rachel Landin, missionaries of the Summer Institute of Linguistics who lived among the Karitiana from 1972 to 1977. The Landins produced a small dictionary and a few working papers on the segmental phonology, and elementary syntax of the language, as well as an MA paper on the syntactic structure of Karitiana in which the language is described as morphologically ergative. In the latter (Landin 1984), which is David Landin's most recent published analysis of Karitiana syntax, surprisingly, there is no discussion of word order. Landin considers SVO to be the basic word order of the language based on the fact that this is the most common order in declarative main clauses with nominal arguments. However, there are six possible word orders in Karitiana (SVO, VSO, VOS, OVS, SOV, OSV), of which SVO is the unmarked configuration.

The aim of this paper is to offer an alternative account of word order variation in Karitiana. I depart from a basic fact of Karitiana syntax that was overlooked by Landin's analysis: a complementary distribution between embedded and main clauses with respect to the position of the verb and its arguments. The analysis I propose establishes that Karitiana is a verb-final language in which verb raising to a second structural position is obligatory in main clauses only.

The motivation suggested for verb raising is the checking of person and number features located in the head of a functional category here described as Focus. The Spec of FocP usually hosts

* Massachusetts Institute of Technology - MIT.

the ergative subject, which is licensed *in situ* but moves to that position whenever it needs to escape a topic interpretation. The fact that adverbs may also occupy Spec,FocP when the ergative subject is a topic indicates that Karitiana has a phonological requirement that the Spec of its leftmost phonological phrase be lexically filled (the Align-L constraint). However, the existence of verb-initial transitive sentences in which ergative subjects are topics suggests that the Align-L constraint may be overruled by a higher ranking constraint that focuses arguments in Spec,IP (Sentential Stress). Objects and intransitive subjects, which in our analysis of syntactic ergativity move obligatorily to Spec,IP to check nominative Case, are naturally focused by the Sentential Stress rule and thus never need to raise to Spec,FocP.

Section 1 establishes that verb raising to a structural second position is obligatory in Karitiana root clauses, and shows that whenever the verb raises arguments are free to move. Section 2 examines evidence of syntactic ergativity - raising of objects and intransitive subjects to Spec,IP for Case reasons - which supports the hypothesis that in root clauses the verb raises to an intermediary head position between C and I. Section 3 analyzes word order variation in root clauses as in part dependent on topic and focus information, hypothesizing that Karitiana has a focus phrase between CP and IP to whose Spec ergative arguments optionally move in order to escape a topic interpretation. Section 4 examines the *ti*-construction, which has been used as evidence of syntactic ergativity, in order to establish its status as a topicalization construction and its relevance as a diagnostic of object extraction to Spec,CP. Section 5 discusses some consequences of the analysis of verb raising in Karitiana to the theoretical treatment of phenomena such as verb second and scrambling.

1. COMPLEMENTARY DISTRIBUTION BETWEEN EMBEDDED AND ROOT CLAUSES

1.1. Verb-raising in root clauses

A very interesting feature in the syntax of Karitiana is the fact that it is a head-final language which displays a complementary distribution in word order between main clauses and embedded clauses (Storto 1994). In main clauses, a verb never occurs in final position with respect to its arguments, while in the latter the verb must always be final. Furthermore, in root clauses the verb occurs in a

position in which person agreement morphology is prefixed to the verb¹, while no agreement occurs in embedded clauses². These facts together indicate that verbs are generated in final position but must raise in main clauses.

Kartiana has a single slot for agreement, which contains person and number features. Agreement is obligatory in root clauses, and thus it co-occurs with the relevant argument whenever the argument is overt. Person and number agreement on the verb expresses the features of objects in transitive sentences or subjects in intransitive sentences. Therefore, although NPs are not Case marked, the fact that agreement shows person and number features of nominative (and not ergative) arguments suggests that the language is morphologically ergative.

Whatever is the functional category to which the verb raises in Kartiana (against which it checks agreement features), it clearly is not available as a landing site in embedded clauses. Examples (1)-(2) and (11)-(12) show that agreement must be present in main clauses, while (3)-(10) and (13)-(16) show that it is crucially absent in embedded clauses. The fact that a pronoun can be cliticized to the verb as in (14) creates the erroneous impression that embedded clauses allow agreement. A comparison between (14) and (13), and the ungrammaticality of (15) indicate that although a cliticized argument has the same phonetic form of an agreement prefix on the verb, it crucially is not agreement. As we have seen, agreement can always cooccur with the argument (as in (1) and (11)), which is never possible in embedded clauses ((5)-(10) and (15)-(16)).

Transitive main clauses:

1a.	Taso	i-oky-t	boroja	<i>'The man killed the snake' (irrealis)</i>
	man	3-kill-nfut	snake	

¹The person agreement prefixes in Kartiana are: y- '1s', a- '2s', '3realis', i- '3irrealis, yta- '1p.excl', yj- '1p.incl' aj- '2p'. Agreement forms are clearly derived from pronominals, which are: yn '1s', an '2s', i '3', yta '1p.excl', yja '1p.incl.', ajxa '2p'.

²The realis mood prefixes have two allomorphs; **ta-** occurs when preceded by other prefixes, and **na-** occurs elsewhere. In third person realis clauses, however, **ta-** is able to occur with a not yet understood special semantics, where **na-** normally occurs. The augment form **-ka-** is added to the realis marker whenever the verb stem is monosyllabic. Irrealis clauses are not marked by mood morphology.

- 1b. Taso na-oky-t boroja 'The man killed the snake' (realis)
 man realis-kill-nfut snake
2. *Taso oky(t) boroja

Transitive embedded clauses:

3. [Boroja taso oky tykin] naka-hyryp- \emptyset òwā
 snake man kill perfective realis-cry-nfut. child
 'When the man killed the snake, the child cried' (colloquial)
4. [Taso boroja oky tykin] nakahyryp òwā
 'When man killed the snake, the child cried' (archaic)
5. *[Boroja taso i-oky tykin] naka-hyryp- \emptyset òwā
 snake man 3-kill perfective realis-cry-nfut. child
6. *[Taso boroja i-oky tykiri] nakahyryp òwā
7. *[Taso i-oky boroja tykiri] nakahyryp òwā
8. *[Boroja i-oky taso tykin] nakahyryp òwā
9. *[I-oky taso boroja tykiri] nakahyryp òwā
10. *[I-oky boroja taso tykin] nakahyryp òwā

Intransitive Root Clauses

11. Y-ta-opiso-t (yn) 'I listened'
 1s-realis-listen-nfut 1s
12. *Yn ta-opisot (yn)

Intransitive Embedded Clauses

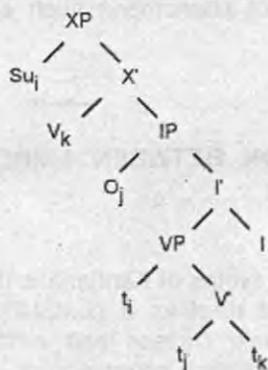
13. [Yn opiso] a-taka-kārā-t an 'You thought that I listened'
 1s listen 2s-realis-think-nfut 2s
14. [Y-opiso] atakakārāt an 'You thought that I listened'
15. *[Y-opiso yn] atakakārāt an
16. *[Yn opiso yn] atakakārāt an

1.2. Argument movement in root clauses

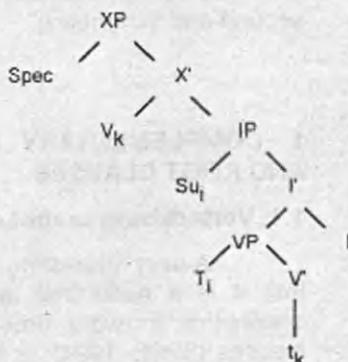
Verb raising in main clauses creates a configuration in which arguments are free to move. The transitive subject (which is the ergative argument) in SVO sentences moves to the Spec of the phrase to which the verb has raised. Evidence for this analysis, based on the placement of adverbs, will be provided in section 1.3. Movement of the ergative argument to this position is not obligatory: it does not trigger agreement and is not associated to Case checking. As will be discussed in section 3.2.2, the occurrence of verb-initial transitive clauses whenever subjects are topics (old information) suggests that ergative subjects are licensed *in situ* and only raise to escape a topic interpretation.

The object and intransitive subject always move to the lowest available Spec position. Word order and agreement patterns (discussed in section 2) indicate that this movement is obligatory. Since agreement in Karitiana distinguishes nominative from ergative arguments, the most obvious explanation for the obligatory raising of such arguments is Case checking. Indeed, we will see in section 2.2 that extraction of a nominative argument (object or intransitive subject) triggers agreement in Comp, which suggests that Karitiana is a raising ergative language.

Transitive clauses:



Intransitive clauses:



1.3. Adverbs

In embedded clauses the word order is fixed: arguments seem to be licensed *in situ*, no verb movement occurs, and adverbs are only allowed to occur as the leftmost elements in the clause. Examples (17)-(24) illustrate a key fact of Karitiana syntax: that there is just one position for adverbs in embedded clauses. Taking into consideration the fact that the order of constituents in such clauses is fixed, I hypothesize that both subject and object are *in situ* within the VP and adverbs are adjoined to VP:

Intransitive clauses

17. [mynda y-opiso] '... that I listened slowly'
slowly 1s-listen
18. [mynda yn/taso opiso] '... that /the man listened slowly'
slowly 1s/man listen
19. *[yn/taso mynda opiso]
20. *[yn/taso opiso mynda]

Transitive clauses

21. [mynda ysypy'et him okej] '... that my uncle cut the meat slowly'
slowly my-uncle meat cut
22. *[ysypy'et mynda him okej]
23. *[ysypy'et him mynda okej]
24. *[ysypy'et him okej mynda]

The distribution of adverbs³ provides strong evidence that Karitiana is indeed a language which exhibits verb raising in root clauses. As we have seen, adverbs in embedded clauses must occur to the left of the clause, and are not allowed between constituents. However, in SVO sentences, in which all constituents have moved

³It is not clear whether all adverbs in Karitiana have the distribution exhibited by the adverb *mynda*, 'slowly'. I have tested *mynda* as a VP adverb and *omenda* 'at noon' as a sentential adverb, and at least these two adverbs pattern in the same way.

from their in situ positions, adverbs may occur to the right or left of the clause, or between a raised verb and an object:

25. Mynda taso na-m-polpora-j ese
 slowly man realis-caus-boil-fut water
 'The man boiled the water slowly'
26. *Taso mynda nampolporaj ese
27. Taso nampolporaj mynda ese
28. Taso nampolporaj ese mynda

The fact that the subject and verb form a unit that cannot be interrupted by an adverb as in (26) indicates that they are in a Spec-head configuration. We know that the head position occupied by the verb in sentences (25)-(28) is not the same position the verb occupies in sentences (21)-(24) because the former allows more possibilities for adverb placement than the latter. A natural explanation for these facts can be given if we assume that the verb and subject both raise in SVO sentences, and adverbs adjoin to phrases. In section 2 it will be argued that objects also raise in root clauses for Case reasons. If this analysis is correct, the placement of adverbs can be explained as adjunction to IP in (27) and to VP in (28).

The limited positioning of adverbs in embedded clauses, when compared to the one in root clauses, supports our hypothesis that in embedded clauses arguments are licensed in situ. If arguments in embedded clauses were outside of VP (as they are in root clauses) one would predict adverbs to be able to adjoin to the other phrases above VP, resulting in configurations such as (22)-(24), which are unattested.

I hypothesize the analysis of adverb placement in Karitiana to be as follows: In embedded clauses the arguments are in situ and adverbs are left adjoined to VP. In root clauses, adverbs can be left adjoined to the highest phrase, or left adjoined to IP or VP. Left adjunction to the higher phrase occurs in examples such as (25), in which the adverb is clearly not in Spec position but outside the clause. Further evidence for this analysis is given by the ungrammaticality of (26), which suggests that the surface verb is in the second highest position in the clause, since the head to which it adjoins has its Spec filled by a lexical item and an adverb cannot intervene between Spec and head position. The remaining SAdvO and SVOAdv orders of (27)-(28) can be explained by left adjunction to IP and left adjunction to VP, respectively.

1.4. Word order variation in embedded clauses

The OSV and SOV word orders attested in embedded clauses seem, at first inspection, to pose a problem to our analysis. If arguments are licensed in situ in embedded clauses, why do we get word order variation? The answer to this question lies in an understanding of the role of word order in stylistic variation. It is very clear that the difference between SOV and OSV word orders in embedded clauses is not syntactically motivated: as seen in (3) and (4), repeated here as (29) and (30), OSV is used colloquially and SOV is archaic. No syntactic displacement is involved in the generation of such constituent orders because, when taken outside of its discourse context (traditional stories), an SOV sentence will be interpreted as OSV. I use this fact as evidence that the word order alternation between SOV and OSV occurs at PF and plays no role in the syntax. All other orders, which involve syntactic movement (we know that because verb-initial or verb-second word orders always trigger agreement in the language), are ungrammatical as embedded clauses:

29. [Boroja taso oky tykir] naka-hyryp- \emptyset \bar{o} w \bar{a}
 snake man kill perfective realis-cry-*nlut* child
'When the man killed the snake, the child cried' (colloquial)
30. [Taso boroja oky tykir] nakahyryp \bar{o} w \bar{a}
'When man killed the snake, the child cried' (archaic)
31. *[Taso oky boroja tykir] nakahyryp \bar{o} w \bar{a}
32. *[Boroja oky taso tykir] nakahyryp \bar{o} w \bar{a}
33. *[Oky taso boroja tykir] nakahyryp \bar{o} w \bar{a}
34. *[Oky boroja taso tykir] nakahyryp \bar{o} w \bar{a}

Another way of analyzing the same facts would be to discard SOV as a possible surface structure order in contemporary Karitiana and thus suggest that OSV is the only possible order in embedded clauses. SOV sentences in this view would be data from "Old Karitiana" and irrelevant for the purposes of a synchronic description of the language. One possible drawback of this approach is the fact that, in order to capture the usual hierarchical superiority of the subject over the object, one would have to posit an underlying SOV word order and an obligatory object-shift across the subject in embedded clauses. One advantage of the object-shift analysis is that it would make embedded clauses more alike main clauses, since the object would be licensed higher than the transitive subject in both clause types. However, given the fact that, as far as I know, there is

no evidence for this hypothetical obligatory object-shift in embedded clauses, I believe we have no basis on which to argue for such an approach. Furthermore, if the generalization that adverbs may adjoin to any maximal projection is correct, the impossibility that an object be followed by an adverb in embedded clauses constitute evidence against the object-shift analysis.

2. SYNTACTIC ERGATIVITY: NOMINATIVE CASE CHECKING IN SPEC,IP

We have seen that the verb in root clauses raises to a head that is the second structural position in the clause. In this section we will argue that the head position to which the verb raises is higher than I and lower than C.

Whatever that position is, it is clear that raising there first involves raising overtly to I, where aspect and evidential particles are generated (selected by tense). In sentences (3) and (4), repeated above as (29) and (30), aspect morphology in embedded clauses occurs to the right of the verb, which can be explained straightforwardly if IP is right-headed. Under this scenario, verb raising cannot constitute movement of the verb to I, because that would incorrectly predict that main clauses would be verb-final. The evidence suggests that the raised verb's final landing site is higher than I, and that raising there involves first adjoining to I. In (36), for instance, the main verb, which raises past the subject, is immediately followed by aspect and evidential particles:

- | | | | | |
|----|--------------------------------|-------------|--------------------|-----|
| 35 | Y-taka-'a-j | yn | | |
| | 1s-realis-do-fut | 1s | | |
| | 'I will do it' | | | |
| | | | | |
| 36 | Y-taka-'a | andyk-i | saryt-i | yn |
| | 1ps-realis-do | perfect-fut | evid (hearsay)-fut | 1ps |
| | 'I will do it next (they say)' | | | |

One could propose an alternative analysis of (36) according to which the verb may have adjoined to I, in a left-headed IP. Section 2.2 examines syntactic ergativity in Karitiana, which offers evidence against that alternative analysis by establishing obligatory raising of the nominative argument (object or intransitive subject) to Spec,IP in all root clauses. If we are correct in claiming that the subject in (36) is not in situ but in Spec, IP, then it is clear that the verb has raised to a higher head, different from I. Also, even if we are mistaken in

identifying the position to which nominative arguments move as Spec,IP (another possibility would be Spec,AgrOP), the alternative analysis outlined in this paragraph would have the disadvantage of carrying the burden of accounting for the post-verbal position of aspectual morphology in embedded clauses.

From the discussion in which the distribution of adverbs was accounted for, it was hypothesized that both the verb and its arguments leave VP at s-structure. I also suggested that in a sentence with surface order SVO, the subject and object occupy the Spec positions of phrases, since adverbs - which left-adjoin to phrases in Karitiana - may occur either before the subject or between the verb and the object, but not between the subject and the verb. Our next task is to explain the motivation for argument raising, which may help us understand the nature of the maximal projections above VP.

2.1. Evidence from word order

It is a fact that certain ergative languages show evidence of syntactic ergativity, that is, higher prominence of the nominative argument (subjects of intransitive verbs and objects) with respect to the ergative argument (subjects of transitive verbs). For instance, in Dyirbal, topic-chaining and relativization have nominative pivots (Bittner and Hale, 1996a). In Karitiana, two types of evidence can be invoked in support of syntactic ergativity. One of them is the ergative pattern of word order: VO in transitive clauses and VS in intransitive ones.

It can be observed in (38) and (41) that the person agreement which appears on the raised verb is agreement with the intransitive subject or with the transitive object - that is, nominative agreement. In sentences (37) and (40) nominative agreement is morphologically null, but the irrealis clauses (39) and (42) show overt nominative agreement:

37.	SVO:	Taso man	ha-oky-j realis-kill-fut	'irip tapir	<i>'The man will kill a tapir'</i>
38.	SVO:	Yn 1s	a-ta-oky-j 2s-realis-kill-fut	an 2s	<i>'I will hurt you'</i>
39.	SVO:	Taso man	i-oky-j 3-kill-fut	'irip	<i>'The man will kill a tapir'</i>
40.	VS:	Naka-tat-∅ realis-go-nfut	taso man		<i>'The man left'</i>

41. VS: Y-taka-tat-i yn 'I will leave'
 1s-realis-go-fut 1s
42. SV: I-tat taso 'The man left'

The fact that nominative agreement occurs on the raised verb but not on the embedded verb suggests that there is a configuration in which the verb and the nominative argument raise in which nominative person agreement is checked. The unmarked word order in root clauses gives us a clue to what that position might be:

43. SVO
 VS

The position which objects and intransitive subjects occupy in the unmarked surface position in root clauses is the postverbal position, that is the Spec of the functional category immediately above VP or Spec,IP. I claim that this is position in which nominative arguments are Case licensed. If Karitiana is a raising ergative language, one would expect the Case licensing nominative position to be structurally higher than the Case licensing ergative position. This would predict that ergative subjects do not have to raise to the Spec of the highest phrase for Case reasons. Indeed, this prediction is corroborated by the fact that subjects which are topics (old information) occur in sentences which are verb initial: VOS and VSO. As we will see in more detail in section 3, ergative subjects raise to the Spec of the highest phrase to escape being interpreted as topics (old information).

2.2. Evidence from wh-agreement:

The second type of evidence we would like to consider involves syntactic ergativity more directly. If ergativity in Karitiana is not limited to person agreement morphology, we should expect that a syntactic process would distinguish the position where nominative Case is checked as more prominent than the position where ergative Case is checked. Syntactic ergativity is confirmed by the fact that, in wh-questions, the nominative agreement *mon*-occurs in Comp when the object or intransitive subject is extracted, but never when other arguments (ergative or oblique, or even adjuncts) are extracted⁴:

Extraction of nominative arguments:

⁴The verb *pytagng* 'steal' takes an oblique object in Karitiana.

- 44a. Mora-mon a-ti-amang ty-ka?
wh-nom. 2s-topical.-plant progressive-motion
'What are you planting?'
- 44b. Mora-mon taso bi-amang ty-ka?
wh-nom. man topical.-plant progressive-motion
'What is the man planting?'
45. Mora-mon i-hyryp ty-ka?
wh-nom. 3s-cry progressive-motion
'Who is crying?'

Extraction of non-nominative arguments:

46. Morã i-oky tyj-a y-opok ako?
wh 3s-kill progressive-seated 1s-chicken
'Who is killing our chicken?'
- 47a. Morã-tyt aj-pytagng tyj-a?
wh-obl. 2p-steal progressive-seated
'What are you stealing?'
- 47b. Mora-tyt taso pytagng ty-ja?
'What is the man stealing?'
48. Mora-song João i-amang ty-ja gok?
wh-for João 3-plant progressive-seated manioc
'Why is João planting manioc?'

The attentive reader will notice that object extraction involves special topicalization morphology on the verb (the *ti-* prefix), as well as unusual agreement with the ergative subject. Indeed, whenever objects are extracted outside of the clause in Karitiana (relative clauses, *wh*-sentences and topicalization) such a construction is obligatory. Until we discuss the *ti*-construction, in section 4, it will suffice to say that it is a fact of the language that demotion of the underlying object does not occur in such construction, ruling out the possibility that this is an anti-passive. Having established this fact, one can be certain that what is causing the morpheme *-mon* to occur in *Comp* is the nominative Case of the *wh*-word occupying *Spec,CP*, and not a hypothetical nominative agent (of a ditransitized verb).

It is important to establish that the presence or absence of the morpheme *-mon* is not related to special verbal semantics, but has to do with the Case properties of the arguments in *Spec,CP*. This can be seen in examples (49) and (50), in which *wh*-extraction of the subjects

of a transitive and an intransitive verb 'to eat' only trigger the presence of the morpheme *-mon* in the latter case:

- | | | | |
|-----|---------------------|--------------------------------|------------|
| 49. | Mora
wh | i-'y-t?
3-eat(tr)-nfut | 'Who ate?' |
| 50. | Mora-mon
wh-nom. | i-py'ty-t?
3-eat(intr)-nfut | 'Who ate?' |

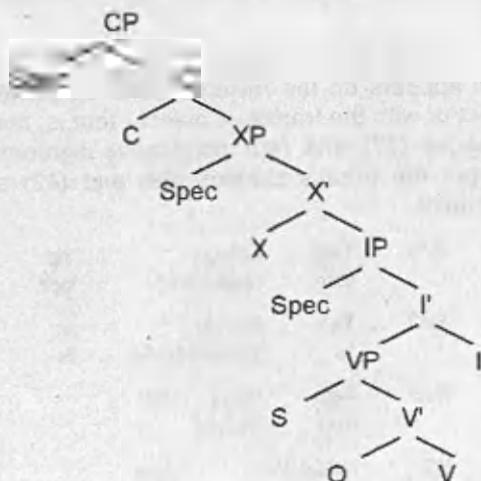
I believe that the data discussed above constitute solid enough evidence to motivate the following hypothesis of phrase structure: the position in which the verb occurs inflected for agreement in *wh*-questions is not *Comp* because when the nominative argument is extracted *Comp* is filled by the complementizer *-mon*, which checks [+nominative] features against the fronted *wh*-phrase in *Spec,CP*. The evidence suggests that the inflected verb is occupying a position between *Spec IP* and *Comp*, which motivates an intermediary phrase between *CP* and *IP*. If the verb were in *Comp*, or adjoined to *Comp*, we would predict sentence (48) to be ungrammatical.

3. WORD ORDER VARIATION

3.1. Phrase structure

The structure I posit for Karitiana is the following:

51.



We have seen that the unmarked constituent order in root clauses is SVO if the verb is transitive and VS if it is intransitive, which led us to hypothesize that a Spec position immediately below the position of the raised verb is the position where nominative Case is checked. Also, the existence of agreement in Comp whenever the nominative agreement is extracted indicates that the language marks extraction of nominative arguments differently from that of any other argument (ergative or oblique), which is evidence of syntactic ergativity. In syntactic ergative languages, the nominative argument is more prominent than the ergative argument. This fact seems to be true of Karitiana as well: objects and intransitive subjects always follow the verb in root clauses. As we will discuss in section 3.2.2, ergative subjects may occur in-situ in root clauses if they are topics (old information), and raise to the Spec position of the phrase whose head the verb occupies in order to escape the topic interpretation. In (51) the position which the verb occupies in root clauses is X, and Spec,IP is the nominative checking position.

Contrary to the claims made in most of the literature on Germanic verb-second languages, we believe there is no clear support in Karitiana for the hypothesis that Comp is the landing site of verb movement in root clauses. First, it is not clear that it is correct to analyze main clauses as clauses in which CP is projected based solely on the fact that there is a complementary distribution between root and embedded clauses with respect to verb raising. Most importantly, it has been shown above that Comp is not the position which the inflected verb occupies in *wh*-extraction, since adjunct *wh*-questions (as in (48)) appear in *wh*SVO order, suggesting the existence of a functional phrase between CP and IP.

3.2. On the nature of the phrase between CP and IP

The nature of XP is not completely clear at the moment, but I would like to suggest that it is a focus phrase for two reasons: (1) answers to argument *wh*-questions and content questions always have the new information placed in pre-verbal position and (2) verb-initial word order in transitive clauses occurs only when the subject is a topic (old information).

3.2.1. Topic and focus positions: answers to content questions

Wh-sentences in Karitiana are formed by fronting the wh-phrase to Spec, CP. The expected answer for a wh-phrase necessarily places new information in the beginning of the clause, and old information at the end. The examples below illustrate questions followed by possible and impossible answers⁵:

- 52a. Q: Mora i-y-j ohy?
 wh 3-eat-fut potato
 'Who will eat potatoes?'
 52b. A: Taso naka-'y-j ohy
 man realis-eat-fut potato
 'The man will eat potatoes'
 52c. A: *Naka'yj ohy taso
 52d. A: *Naka'yj taso ohy
 52e. A: ??Ohy a-taka-'y-j taso
 potatoes passiv-eat-fut man
 'Potatoes will be eaten by the man'
 53a. Q: Mora-mon taso ti-y-t?
 wh-nom man topical-eat-nfut
 'What did the man eat?'
 53b. A: Ohy a-taka-'y-t taso
 potato passiv-realis-eat-nfut man
 'Potatoes were eaten by the man'
 53c. A: ?Taso naka-'y-t ohy
 man realis-eat-nfut potatoes
 'The man ate potatoes'
 53d. A: *Naka'yt taso ohy
 53e. A: *Naka'yt ohy taso
 53f. A: ??Ohy i-ti-'y-t taso
 potatoes 3-topical-eat-nfut man
 'It was potatoes that the man ate'

Other types of content questions which do not use the wh-question morpheme *morā* also pattern with wh-questions in which

⁵It is important to point out that the grammaticality judgements in the examples below are not absolute - the reader should interpret these sentences as ungrammatical (*) or marginal (??) relative to their context as answers.

their optimal answers must place a focussed element at the beginning of the sentence and a topic at the end:

- 54a. Q: Tikat a-amy-j leite-ty?
when 2s-buy-fut milk-obl
'When will you buy milk?'
- 54b. A: Dibm y-ta-amy-j leite-ty
tomorrow 1s-realis-buy-fut milk-obl
'I will buy milk tomorrow'
- 54c. A: *Leite-ty dibm ytaamaj
- 54d. A: *Yta-ama-j leite-ty dibm
- 54e. A: *Ytaamaj dibm leite-ty
- 54f. A: *Dibm leite-ty ytaamaj
- 55a. Q: Tihoop a-ama-j leite-ty?
where 2s-buy-fut milk-obl
'Where will you buy milk?'
- 55b. A: Lider-pip y-ta-ama-j leite-ty
Lider -at 1s-realis-buy-fut milk-obl
'I will buy milk at the Lider'
- 55c. A: *Leitety ytaamaj Liderpip
- 55d. A: *Ytaamaj leitety Liderpip
- 55e. A: *Ytaamaj Liderpip leitety
- 55f. A: *Liderpip leitety ytaamaj

The evidence suggests that the focus position in Karitiana is at the beginning of the clause, and the discourse topic position is at the end of the clause. The hypothesis that Spec,FocP is the position in which new information occurs is corroborated by the fact that the optimal answer to an object *wh*-question is a passive sentence. Passives are the only constructions in Karitiana in which an underlying object is able to occur in Spec,FocP.

3.2.2. Verb-initial word orders and topics

Verb-initial word orders are very common in Karitiana. VOS is by far the most common of the two orders, used when the subject is a discourse topic. According to our analysis, this word order is the surface order in which arguments are Case licensed: the nominative argument is in Spec,IP and the ergative argument is in situ, in

- 56c. *Nampotporaj jonso ese mynda
 56d. *Nampotporaj ese jonso mynda
 56e. *Nampotporaj ese mynda jonso
 56f. *Nampotporaj jonso mynda ese

Verb-initial sentences (as in (56) and (57)) have something in common which they do not share with SVO sentences: adverbs in these clauses are basically limited to a clause-initial position. Sentences (57e)-(57f) are only grammatical as echo comments to the sentence **Mynda nakatari taso** 'the man will go slowly'.

- | | | | |
|------|--|-----------------------------|-------------|
| 57a. | \$Mynda
slowly
<i>'The man will go slowly'</i> | naka-tat-i
realis-go-fut | taso
man |
| 57b. | *Taso nakatari mynda | | |
| 57c. | *Taso mynda nakatari | | |
| 57d. | *Mynda taso nakatari | | |
| 57e. | ?Nakatari taso mynda | | |
| 57f. | ?Nakatari mynda taso | | |

This suggests that there is a tendency in the language that forces Spec,FocP to be filled when the verb has raised to the head position of the focus phrase. In SVO sentences, the ergative subject has substituted into Spec,FocP, and adverbs, when present, have to adjoin to maximal projections. However, in VSO and VOS sentences, adverbs, when present, have to substitute into Spec,FocP. This analysis is corroborated by the fact that adverbs in such clauses may only occur post-verbally ((57e) and (57f)) as echo comments, that is, in a context in which they are not focused. The distribution of adverbs in verb-initial sentences suggests that Karitiana root clauses have a verb-second effect similar to the one described in the Germanic languages. Only in Karitiana topic and focus semantics interacts with verb-second in an interesting way.

The important question one is compelled to ask with respect to this issue is why are verb-initial sentences allowed at all, that is, why do arguments ever fail to raise to Spec,FocP. The answer, however tentative, seems to lie in the relationship between verb raising to the head of FocP and the topic-focus semantic properties of arguments in the language.

3.3. The interaction between sentential stress and structural focus

As we have seen, Karitiana has a focus phrase between CP and IP and a sentence-final position associated with topic. However, these two facts alone do not suffice to explain why nominative arguments don't usually raise to Spec,FocP. If our analysis is correct, nominative arguments check Case in Spec,IP and should be free to raise even further to the Spec of a focus phrase in order to be focused. The answer probably is related to the fact that sentential focus in Karitiana root clauses is assigned to the post-verbal position, which is the Case checking position for nominative arguments. It follows that such arguments are naturally interpreted as focused, and need not raise to the Spec of a focus phrase in order to get that interpretation. Ergative subjects, however, need to raise to Spec,FocP to escape a topic interpretation.

Because the Case licensing position for nominative arguments places the object in a higher position than the ergative subject, which is licensed in Spec,VP, the latter is interpreted as a topic if it stays in-situ, since the clause final position is associated with topic. Objects and intransitive subjects, which are licensed post-verbally in Spec,IP, receive sentential stress, and because of this prosodic focus marking do not normally need to raise to Spec,FocP except in special constructions (such as answers to wh-questions or passives, which require that the focused element be in Spec,FocP).

3.4. Verb-second and sentential focus

Finally, it is worth mentioning that both the tendency that compels Spec,FocP to be lexically filled and the sentential focus associated to post-verbal nominative arguments in Karitiana root clauses seem to be processes that are phonological in nature. That is, there are no syntactic reasons why Spec,FocP must be filled by an adverb in (56) and (57) nor why the post-verbal position is focused in root clauses.

It is a key fact of Karitiana that the rule that accounts for the fact that Spec,FocP must be filled, whatever it is, can be over-ruled by the sentential stress rule, because verb-initial sentences occur in the language. Given the fact that the lexical filling of Spec,FocP seems to be violated in exactly those cases in which sentential stress plays a role, I suggest that the solution to the puzzle must lie in an

optimality theoretical approach which ranks sentential stress assignment (sentential stress) above an alignment constraint that forces the leftmost phonological phrase to contain a lexical item in its Spec (Align-L):

- (58) Wrap-XP: each XP is contained in a phonological phrase
 (59) Sentential stress (main clauses): assign maximum prominence to Spec,IP
 (60) Align L: Align the leftmost phonological phrase with a lexical item

The constraint in (58) maps syntactic units into prosodic units, guaranteeing that FocP will be recognized as a prosodic unit by the phonology. It must be a high ranking constraint, and, as far as I know, it is never violated.

The constraint in (59) assigns sentential stress to phonological phrases located in Spec,IP. As it is phrased, (59) seems inadequate because it makes reference to a specific syntactic position which may very well be expressed in prosodic terms. I believe it should be possible, in the future, when the nature of prosodic constituents in Karttiana is better understood, to rephrase such a constraint in purely phonological terms. A desirable consequence of this constraint is that in VOS sentences the ergative subject is interpreted as a topic.

Constraint (60) will force Spec,CP to be filled in embedded clauses and Spec,FocP to be filled in root clauses. In the configurations in which these positions are not filled for syntactic reasons (such as (56a), (56b) and (57a)) constraint (60) will force them to be filled. What is crucial for the moment is that constraint (60) be ranked lower than (59) to guarantee that VOS sentences are allowed in the language.

4. THE TI-CONSTRUCTION: EXTRACTION OF THE OBJECT OUT OF IP

4.1. Topicalization and wh-questions

Our goal in this section is to establish the fact that the ti-construction occurs whenever a syntactic operation extracts objects out of a clause. It occurs obligatorily in wh-movement, relativization, and topicalization of objects, and it seems to require that the extracted argument be referential and specific. Topicalization

normally involves a predication between a topicalized element and an open sentence with the structure of a relative clause (an open sentence with a phonologically null operator). Cross-linguistically, universal quantifiers and indefinites are often not allowed as topicalized elements (Marantz 1993). In Karitiana, indefinites are allowed (as in (64)), but universal quantifiers are marginal (as in (66)) as the fronted elements in *ti*-constructions:

- | | | | |
|-----|---|----------------------------------|------------------------------------|
| 61. | Sepa
basket | y-ti-m'a
1ps-topical-caus -do | ty-ja-t
progressive-seated-nfut |
| | <i>'It is a basket I am weaving'</i> | | |
| 62. | Mora-mon
wh-nom | y-it
1ps-father | ti-oky-t?
topical-kill-nfut |
| | <i>'What did my father kill?'</i> | | |
| 63. | Ohy
potato | i-ti-y-t
3-topical-eat-nfut | taso
man |
| | <i>'It was the potato that the man ate'</i> | | |
| 64. | Sypöp ohy
two potatoes | i-ti-y-t
3-topical-eat-nfut | taso
man |
| | <i>'It was two potatoes that the man ate'</i> | | |
| 65. | Ka ohy aka
this potato | i-ti-y-t
3-topical-eat-nfut | taso
man |
| | <i>'It was this potato that the man ate'</i> | | |
| 66. | ?lakatyym
all/every | ohy potato
3-topical-eat-nfut | taso
man |
| | <i>'The man ate every/all potatoe/s'</i> | | |

4.2. Relative clauses

Transitive relative clauses normally occur in [S(OV)] word order. In such a configuration, S is the external head of the relative clause, coreferential with the operator and the gap left inside the CP. However, when the object of a relative clause is the external head, the clause must mark, though the use of the *ti*-construction, that its object has been extracted:

- | | | | | |
|-----|--|-----------------------------|---------------------------------|--|
| 67. | Yn
1p | na-aka-t
realis-aux-nfut | i-so'oot-Ø
3p-see-nfut | [taso [ðwã mi]-ty
[man [child hit]-obl.] |
| | <i>'I saw [the man who hurt the child/ the man hurt the child]'</i> | | | |
| 68. | Yn
1p | na-aka-t
realis-aux-nfut | i-so'oot-Ø
3ps-see(mtr)-nfut | [ðwã [taso ti-m]]-ty
[child [man topical-hit]]-obl. |
| | <i>'I saw [the child who the man hurt/the child be hurt by the man]'</i> | | | |

69. Yn na-sombak-Ø [ōwā [taso li-mi]]
 1s realis-see(tr)-nful [child [man] topical-hit]]
'I saw [the child who the man hurt/the child be hurt by the man]'

4.3. Lack of voice alternation in the ti-construction

Although it is not clear at the present stage in the description of Karitiana what exactly the semantics of ti-constructions in root clauses is, it crucially seems to involve topicalization of the object to a position outside of the clause, and not the special type of relationship between grammatical relations and theta roles which voice constructions usually mark. A comparison between the passive and the topicalization ti-construction uncontroversially shows that the former involves detransitivization of the verb and an association of the internal argument with the surface structural position which focused subjects normally occupy, while object topicalization depends on the preservation of transitivity:

70. Boet a-taka-m-'a-t (jonso)
 necklace passiv-realis-caus-do-nful woman
'The necklace was made (by the woman)'
71. Boet i-ti-m-'a-t jonso
 necklace 3-topical-caus-do-nful woman
'It was the necklace that the woman made'
72. *itim'at jonso
73. lakatyym boet a-taka-m-'a-t (jonso)
 all/every necklace passiv-realis-caus-do-nful woman
'All the necklaces were made by the woman'
74. ??lakatyym boet itim'at jonso
'Every/all necklace/s was/were made by the woman'

I do not understand the reasons for the occurrence of a topicalization construction in Karitiana whenever there is extraction of the object, but not when the subject is extracted. Perhaps it has to do with the general markedness of object initial main clauses, which requires that special morphology be prefixed to the verb whenever an underlying object occurs in sentence-initial position. In such cases, the construction is either a passive, or a topicalized construction. In the case of passives, the external argument is demoted and can be optionally omitted due to the assimilation of its theta-role by the verb, while the internal argument checks nominative case and becomes the sole argument of the verb. In topicalization constructions, as we have

seen, no argument demotion is involved, and the prefix *ti-* is attached to the verb in order perhaps to mark that a surface structure adjacency requirement between verb and object has been violated.

4.4. Special agreement patterns of the *ti*-construction

The most puzzling aspect of the topicalization construction, however, is the fact that person agreement is the opposite of what is expected in a transitive clause. The only explanation I can give to these facts is to say that, in Karitiana, and possibly cross-linguistically, agreement is a surface structure phenomenon which expresses the unspecified ϕ -features of a head - in this case, Focus - when that head c-commands the head (or foot, depending on the parameter setting of the language) of an argument chain (Bittner and Hale 1996b). Agreement seems to be nominative in Karitiana declarative clauses because in the configuration in which Case checking occurs the head of the nominative argument chain is always higher than the head of the ergative chain. In topicalization structures, the head of the nominative chain has raised beyond the position which hosts ϕ -features, which results in the loss of a c-command configuration between the focus head and the head of the nominative argument chain. The result is that the next available argument chain whose head the raised verb is able to c-command is the ergative argument chain.

It may be worth mentioning that the Mayan language K'ichee' has a construction which occurs in some of the same environments that the *ti*-construction in Karitiana, relativization, and content questions. Only, in K'ichee', this construction is also used for focus. Ken Hale (personal communication) points out that the literature has been treating such a construction as an antipassive, which is inaccurate, given the fact that no change in grammatical relations is involved. It is possible that in K'ichee' not only topicalization is involved, but focus as well, resulting in a construction which has the semantic of contrastive focus, that is, the focussing of a topicalized element (following Marantz 1993). In Karitiana, focus is clearly not part of the *ti*-construction, since, as we have seen in (66) and (74), the introduction of new information as an answer to a content question does not involve the *ti*-construction.

5. ON THE CONTRIBUTION OF KARITIANA TO LINGUISTIC THEORY

5.1. Verb-second need not involve Comp

A comparison between Germanic languages and Karitiana might shed some light on the nature of verb-second phenomena. Structurally, the similarities between both types of languages are that they are (at least historically) head final and have head initial complementizer phrases. With respect to feature checking, both types of languages have obligatory verb raising past IP in root clauses. In Germanic languages, the verb raises to C, since there is a complementary distribution between complementizers and verbs occupying that position. In that respect, Germanic languages require complementizer phrases to be active in root clauses, probably due to the fact that C has a feature that needs to be checked by the verb. Karitiana root clauses have a focus phrase whose head contains phi-features that must be discharged on the verb when it is in a binding configuration with the head of an argument chain. Contrasting with Germanic, CP is only functional in Karitiana when it hosts a lexical item (covert complementizers in embedded clauses, and operators in wh-questions, relativization or topicalization), and it is crucially absent otherwise.

One conclusion that seems to be clear from this comparison is the fact that not all languages that exhibit verb second phenomenon necessarily have verb raising to C. The fact that Germanic verb-second languages are well known and other verb-second languages are poorly known has probably created a mistaken impression that those two facts are related.

5.2. Verb-second is phonological because it interacts with sentential focus and can be violated

A final process that both languages share is an apparently phonological alignment requirement that the Spec of the phrase whose head hosts the verb - that is, the leftmost phonological phrase - be lexically filled. In Germanic that requirement is never violated, while in Karitiana sentential stress - which focusses the nominative argument, rendering the ergative argument to be interpreted as a topic - has precedence over alignment.

Also, the fact that verb second languages might vary on the degree to which they require the Spec of the phrase that hosts the verb to be filled by a lexical item corroborates the hypothesis that

verb-second is a phonological phenomenon, which may interact with other prosodic processes such as sentential stress.

5.3. Syntactic ergativity presupposes the lack of object scrambling

Finally, the results of our preliminary analysis of verb raising in Karitiana suggests that poorly understood phenomena such as topic and focus, which seem to have syntactic/semantic as well as prosodic correlates, might be crucial to the understanding of argument displacement. I would like to suggest a line of reasoning (following Costa (1996))⁷, that may help explain why object scrambling occurs in Germanic while it does not occur in Karitiana. Crucially, it relates to the fact that in Karitiana, a syntactic ergative language, objects are licensed in Spec,IP, a position which is higher than the landing site of scrambled objects in languages which do have scrambling. In this light, the absence of scrambling constitutes independent evidence that Karitiana is a raising ergative language. Scrambling in Germanic seems to constitute movement of the object to a phrase (described, possibly mistakenly, as Spec, AgrOP in the literature) which is lower than TP, and provides an extra landing site for the object, which is licensed in situ. The fact that scrambling in Germanic relates to definiteness might suggest that the relevant phrase whose Spec is the landing site of scrambled objects is actually a topic phrase, given that the semantics of topics as old information relate directly to definiteness.

References:

- Bittner, Maria and Kenneth Hale. 1996a. Ergativity: Towards a Theory of a Heterogeneous Class. To appear in *Linguistic Inquiry* 27.
- Bittner, Maria and Kenneth Hale. 1996b. The Structural Determination of Case. To appear in *Linguistic Inquiry*.
- Costa, João. 1996. Scrambling in European Portuguese. Ms.

⁷ Costa hypothesizes that object scrambling is possible in SVO languages, and tries to distinguish European Portuguese from English in that respect on the basis of Case licensing, which in the latter, but not in the former, forces the argument to raise to Spec, AgrOP.

- Landin, David. 1984. An Outline of the Syntactic Structure of Karitiana Sentences. In *Estudos Sobre Línguas Tupi do Brasil. Série Linguística* 11. SIL.
- Marantz, A. 1993. The Meaning of Fronting. Ms.
- Storto, L. 1994. Basic Word Order in Karitiana (Arikém family, Tupi stock). In *Proceedings of the 1993 July SSILA Conference*. Berkeley: Berkeley Press.

O DIALETO PAULISTA DA LÍNGUA KAINGÁNG

Marita Pôrto Cavalcante

Neste trabalho apresentarei a conclusão do meu estudo comparativo¹ entre o dialeto de São Paulo da língua Kaingáng, (Posto Indígena Vanuíre), e o do Paraná, (Posto Indígena Interventor Manuel Ribas).

Os resultados da análise me levaram a destacar duas ordens de fatos: (a) a relação que se podia estabelecer entre alguns dos fenômenos que diferenciavam o dialeto de São Paulo do dialeto do Paraná e o estado de obsolescência em que se encontrava o primeiro; (b) os fatos fonológicos que me levaram a desenvolver naquele estudo um tratamento não ortodoxo dos segmentos complexos da língua Kaingáng.

O dialeto Kaingáng de São Paulo diferia do dialeto do Paraná, na ocasião, em vários aspectos. Correspondências fonêmicas segmentais foram indicadas por Wiesemann (1978) em seu estudo comparativo preliminar "Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklêng" (apud Cavalcante 1987). O que pretendi pôr em relevo no meu estudo não foram as diferenças de substâncias fonológicas, mas as de forma, tanto fonológica como morfológica, que resultaram do confronto entre os Capítulos I e II da minha tese, respectivamente, "Descrição fonológica do Kaingáng de São Paulo" e "Descrição fonológica do Kaingáng do Paraná":

1. O Kaingáng de São Paulo apresentava numerosos casos de flutuação ou variação livre de condicionamento fonológico em situações em que o Kaingáng do Paraná não apresentava nenhuma flutuação perceptível. A realização fonética dos fonemas no Kaingáng de São Paulo revelava, assim, um desempenho muito mais difuso que o que se dava no Paraná, o qual se caracterizava como

¹ Universidade Federal de Goiânia - UFG.

¹ Tese de doutorado *Fonologia e Morfologia da língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo com parado com o do Paraná*, Unicamp, 1987..

mais puntual. No caso das vogais a oscilação entre as realizações fonéticas de alguns fonemas articulatoriamente vizinhos (p. ex., /i/ e /e/) chegava a produzir a sobreposição (*overlapping*) desses fonemas no dialeto paulista. Uma hipótese que pudemos levantar com base na observação dessa diferença de comportamento articulatório entre os dois dialetos comparados foi a de que no Kaingáng do Paraná manifestava-se um bom (provavelmente normal) monitoramento da realização fonética, ao passo que o Kaingáng de São Paulo apresentava um monitoramento menos preciso. A causa dessa diferença no monitoramento da produção fonética pôde ser associada à situação de franca obsolescência em que se encontrava o dialeto paulista: os poucos falantes que subsistiam numa comunidade cujos membros em sua grande maioria então só falavam o Português, língua que eles mesmos tinham de usar para falar com a maioria, tinham consideravelmente reduzidas suas oportunidades de ouvir a língua nativa e, conseqüentemente, dispunham de pouca retroalimentação (*feedback*) para controlar eventuais desvios articulatórios, os quais nessas circunstâncias tendem a avolumar-se e a ampliar-se.

Para conveniência do leitor, resumo aqui os casos de flutuação fonética descritos para o Kaingáng de São Paulo:

- a) consoantes nasais entre vogais orais: [kajɣa] ~ [kajja] ~ [kajɣa] ~ [kajja] 'dor' (Kaingáng do Paraná só [kajɣa]);
- b) consoantes nasais entre pausa e vogal oral: [ndo] ~ [nno] ~ [no] 'flecha' (Kaingáng do Paraná só [ndo]);
- c) consoantes nasais entre vogal oral e pausa: [hadn] ~ [had] 'fazer' (Kaingáng do Paraná só [hadn]);
- d) vogais orais átonas em qualquer ambiente: i ~ ɪ, ɨ ~ ĩ, u ~ ʊ, e ~ ɛ, o ~ ʊ, ɔ ~ ʌ, æ ~ ɛ, a ~ ʌ (no Kaingáng do Paraná só e ~ ɛ e o ~ ʊ, só em sílabas átonas finais).

2. Em confronto com o dialeto do Paraná, o Kaingáng de São Paulo se caracterizava também pela redução ou pela ausência de processos morfológicos (cf. Capítulo III da minha tese, "Aspectos morfológicos do Kaingáng"):

- a) para poucos verbos o Kaingáng de São Paulo apresentava a derivação de uma forma ativa; para outros, que no Paraná tinham a forma ativa, este dialeto empregava uma construção analítica com o auxílio do verbo *han* 'fazer':

Paraná *nūr* 'dormir', *nūr* 'fazer dormir' x São Paulo *nōr* 'dormir', *nōr han* 'fazer dormir';

- b) também eram muito poucos os casos de derivação de formas plurais no Kaingâng de São Paulo; para muitos verbos que no dialeto do Paraná tinham formas plurais, o dialeto paulista apresentava uma só forma: Paraná *nā* 'deitar (singular)', *nānā* 'deitar (plural)' x São Paulo *nā* 'deitar' (singular e plural);
- c) todos os muitos verbos que no dialeto do Paraná apresentavam diversas formas temáticas mostravam-se invariáveis no Kaingâng de São Paulo: Paraná *wə*, *wɛ*, *wɛŋ* 'ver' x São Paulo *wə* 'ver';
- d) semelhantemente, os nomes que no Kaingâng do Paraná tinham duas formas temáticas apresentavam uma só no dialeto de São Paulo: Paraná *pɔ*, *pā* 'pedra' x São Paulo *pɔ* 'pedra'.

No caso a) acima mencionado vê-se que o dialeto de São Paulo apresentava apenas resíduos de um processo que provavelmente teve maior extensão nele, como ainda tinha no dialeto do Paraná. Para os casos b), c) e d) é possível que o dialeto de São Paulo tenha tido anteriormente os três processos morfológicos ainda presentes no dialeto do Paraná, mas que os tenha eliminado, tendo generalizado completamente o emprego de uma só forma. Essa generalização do uso de uma única forma nos vários contextos apropriados às diversas formas pré-existentes corresponde a uma simplificação morfológica que poderia ter-se originado na baixa frequência de uso da língua, com a conseqüente redução de *feedback*, que caracterizava então o dialeto de São Paulo.

Outro ponto que eu quis destacar ao concluir meu trabalho foi o tratamento proposto e desenvolvido (cf. Capítulo IV da tese, intitulado "Ensaio de formalização dos processos fonológicos intrassegmentais do Kaingâng"), para os segmentos complexos do Kaingâng. A fonologia gerativa *standard*, modelo teórico em que me apoiéi para a análise, não dispunha de recursos adequados para tratar esses segmentos, como já em 1974, no seu livro *The Organization of Phonology* (apud Cavalcante 1987), havia reconhecido Anderson. Este autor, em artigo posterior (1976), intitulado "Nasal Consonants and the Internal Structure of Segments" (apud Cavalcante 1987), após discutir e rejeitar as propostas

anteriores para tratamento dos segmentos pré-nasalizados, concluiu que é necessário decidir-se ou pela renúncia a um princípio central da teoria fonética – o de que, num sistema de propriedades fonéticas, propriedades independentes devem corresponder a mecanismos articulatórios e/ou acústicos independentes –, ou então pela renúncia à abstração do segmento homogêneo, reconhecendo-se algum meio de codificar diretamente os fatos referentes à sequência temporal e à estrutura intrassegmental (Anderson 1976:333, apud Cavalcante 1987). Anderson declara: "If we are to recognize a single parameter [nasal]" (em contraste com a proposta de dois parâmetros, [nasal] e [pós-nasal], como em Ladefoged 1971:35, apud Cavalcante 1987), "with the articulatory and acoustic correlates of nasality, it is clearly necessary for us to allow this parameter to shift in value with the scope of a single segment. ...In this case, we would be recognizing a violation of the segmental abstraction: a single segment would be characterized, at least in some cases, by a sequence of specifications for the same feature, rather than by a single homogeneous feature."

A seguir o mesmo autor, Anderson, mostra a analogia que existe entre os segmentos nasais complexos e os tons de contorno, os quais podem ser analisados como constituindo uma sequência de níveis numa só sílaba ou num só segmento vocálico. Essa analogia leva Anderson a concluir que a nasalidade tem um status peculiar no inventário de propriedades fonéticas:

Though generally considered on a par with other features of manner of articulation, it is in some ways a suprasegmental, on a par with features of pitch. As a result, the nasal consonants most generally found in the languages of the world are most naturally treated as oral stops on which a nasal pattern is realized: If the stop is nasal throughout, we get the common primary nasals, while 'contour' nasality patterns give raise to pre- and postnasalized stops. The result is a theory of phonological and phonetic representation in which the segmental idealization is no longer quite so pervasive, since segments have internal structure which may be manipulated by rules. But the full scope of this phenomenon cannot be assessed until similar possibilities have been investigated in other domains. (Anderson 1976:343, apud Cavalcante 1987)

Nesse Capítulo IV de minha tese procurei desenvolver um meio de representar a estrutura dos segmentos nasais e formular regras que permitissem manipular essa estrutura. Não o fiz com base

na analogia com os fenômenos suprasegmentais de tons de contorno, lembrada por Anderson, mas em analogia com os próprios fenômenos segmentais. Tratei a estrutura interna de um segmento nasal como consistente de subsegmentos, a que dei o nome de fases. Regras análogas às que operam sobre os segmentos simples manipulam as fases, alterando o valor da propriedade [nasal] ou de outras propriedades, como [vozeado], [silábico] e [contínuo]. Não só as consoantes nasais puderam ser tratadas como segmentos trifásicos, mas também as aproximantes as vogais e as consoantes palatais. Estas últimas, entretanto, poderiam ter sido encaradas como difásicas, mas optei por dar-lhes o mesmo tratamento apropriado aos segmentos mais complexos. A organização interna dos fonemas do Kaingang em três fases é um fato específico desta língua, pois outras línguas apresentam apenas duas fases e muitas outras só têm fonemas monofásicos, isto é, fonemas simples, homogêneos, cujas propriedades fonéticas são de valores constantes. Por ser a organização trifásica específica de certa(s) língua(s), as regras que a manipulam são verdadeiras regras fonológicas e não meras expressões de fenômenos coarticulatórios automáticos.

Após ter apresentado a conclusão do meu trabalho com os Kaingang do Posto Indígena Vanuïre, no Estado de São Paulo, quero concluir este breve artigo ressaltando mais uma vez a contribuição inestimável de Aryon Dall'igna Rodrigues na ampliação do conhecimento das línguas indígenas brasileiras. Cito, para tanto, um trecho da página 27 do seu livro *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*:

... cada língua tem determinadas finezas de expressão, que podem coincidir parcialmente com o que se dá em outras línguas, mas que, no conjunto, caracterizam uma língua dada como um sistema único de expressão humana, no qual se cristalizaram os efeitos de uma experiência de vida e de análise inteligente do mundo acumulada através das inúmeras gerações de um povo. Cada língua indígena brasileira não só reflete, assim, aspectos importantes da visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, mas constitui, além disso, a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa.

Referências:

- CAVALCANTE, Marita Pôrto. *Fonologia e Morfologia da Língua Kaingáng: o Dialeto de São Paulo Comparado com o do Paraná*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1987 (mimeo).
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras. Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

AQUISIÇÃO E USO DE DUAS LÍNGUAS: VARIEDADES, MUDANÇA DE CÓDIGO E EMPRÉSTIMO*

Silvia Lucia Bigonjal -Braggio **

*Onto eu brinca com amiga.
Aí eu caiu na árvore.
Minha amiga também subiu no árvore.
Aí eu chorei no casa de minha mãe.
Juara, criança Karajá, 1992*

Introdução

Muito pouco se sabe sobre a natureza da fala e da escrita (multi)bilíngüe dos indígenas brasileiros (Braggio 1995 a e b) e sobre outros dos diferentes locais fora do Brasil (Romaine 1995; Paulston 1994). Alguns estudos sociolingüísticos sobre as línguas indígenas brasileiras estão começando a ser feitos no Brasil por pesquisadores locais (Braggio 1986, 1989, 1992b; Seki 1983 e 1993; Monte 1993, entre outros) e não locais (Aikenvald 1995). Contudo, nem todos têm-se detido nas características específicas do falar / escrever bilíngüe no que diz respeito aos processos de "codeswitching" e empréstimo e as diferentes variedades oriundas de uma língua indígena específica em contato com a língua portuguesa. Inseridos no quadro sociolingüístico de cada comunidade-que apontam os diferentes estados diglôssicos gerados pela situação sociocultural, econômica e política e pelas atitudes subjetivas dos indígenas com relação à própria língua (Albó, Escobar, Hamel e Meliá em Orlandi, Eni P. 1988; Fishman 1967 em diante; Grosjean 1982, 1994, 1995; Hamel 1984; Meliá 1989; Munõz et al. 1980; Spolky, Englebrecht e Ortiz 1983; McLaughlin 1992)—os estudos / pesquisas sobre os processos acima mencionados são de invulgar importância para:

* Agradecemos a Lydia Polek e Marita Porto Cavalcante pelas discussões sobre as línguas Krahô e Karajá, respectivamente. Agradecemos também ao pesquisador auxiliar Edevaldo Srekmorôté Xerante.

** Universidade Federal de Goiânia - UFG.

a) as ciências da linguagem, no que diz respeito ao tema línguas em contato, mais especificamente de línguas minoritárias em relação às línguas majoritárias (conceituadas assim, de um ponto de vista sociohistórico) e à reflexão maior a ele concernente, o da aquisição de segunda língua oral e escrita e outras que se lhe aderem, tais como: o léxico bilingüe, biligüismo "verdadeiro" ou grau de bilingüismo, dominância, fluência, bilingüismo funcional e outros, e

b) a educação escolar indígena, dando-lhe subsídios que jamais podem ser deixados de lado quando esta se fundamenta numa abordagem interétnica pluricultural / multilíngüe a qual torna como pressuposto básico a língua como fator referencial, em vista do seu papel na constituição do indivíduo enquanto tal; do seu pensamento, do seu (in)consciente, do seu estar no mundo e da possibilidade de refletir, agir nesse mundo através de sua(s) língua(s).

Como afirmei anteriormente a área de conhecimento da natureza do bilingüismo, com todas suas características, ainda é terra incognita, tanto no Brasil (Braggio 1995 a e b) quanto no exterior (Grosjean 1995), principalmente no que se refere a bilingüismo oriundo do contato de língua(s) indígena(s) com uma língua oficial (Romaine 1995; Paulston 1994; Scolton 1993; Pütz (org.) 1994 etc.). A necessidade de estudos nessa área é evidente, não só para a sua explicação teórica, como para servir de subsídio, de apoio à solução de problemas advindos do contato entre povos minoritários e majoritários, como os da especificidade e particularidade da educação escolar indígena.

Meu objetivo geral neste artigo é:

--analisar e descrever alguns processos de codeswitching e empréstimo, dentro da situação sociolinguística, e discutir uma variedade linguística originada do contato de uma língua indígena-português de grupos indígenas com os quais tenho trabalhado a partir de 1984, através da coleta de materiais sonoros e / ou gráficos de falantes em geral desses grupos e de crianças em fase de aquisição da língua escrita (os materiais escritos referem-se às produções dos indígenas do Projeto de Educação para os Índios do Estado do Tocantins, implementado a partir de 1991, do qual sou responsável pedagógica. Maiores detalhes sobre esse projeto encontram-se em Teixeira, R.F.A; Braggio, S.L.B; Poleck, L e Taveira, E.L.M 1991).

Meu objetivo específico é:

—contribuir para com os estudos sobre (multi)bilíngüismo tanto em nível regional e nacional e do próprio desenvolvimento dessa área de estudo e,

—fornecer subsídios para a educação escolar indígena .

A seguir apresentamos os resultados do nosso estudo até o momento com as necessárias explicitações teóricas.

A aquisição e uso de duas línguas: interlíngua ?

Ao adquirir sua língua, a criança monolíngüe está inserida num contexto situacional que a capacitará a adquirir uma das inúmeras formas lingüísticas—com características fonéticas, fonológicas, semânticas, morfossintáticas e discursivas próprias—que compõem o tecido sociolingüístico de seu país. Ao longo de sua vida, ao participar dos atos e eventos da fala (Searle 1965) e de lecto-escrita (Brice-Heath 1983) em contextos situacionais diversos, ela estará ampliando seu repertório lingüístico para aí incluir outras formas de falar e escrever que a capacitarão a se situar e atuar em sua sociedade.

Em contextos situacionais bilíngües, a criança não só adquire uma ou mais formas de falar sua língua como também ampliará seu repertório lingüístico com uma segunda língua, no nosso caso o português, em uma ou mais de suas formas de falar e escrever. Também, como a criança monolíngüe, terá ampliado seu repertório lingüístico ao participar de atos e eventos de fala e de lecto-escrita, em várias situações naturais ou as chamadas não naturais (na escola, por exemplo).

No caso bilingüe, essa aquisição poderá ser sucessiva ou simultânea, havendo, como temos observado, a interação da língua materna com o português, dando origem a uma variedade lingüística única (chamada interlíngua por autores que tratam do assunto), que nos autoriza assumir que em muitas situações os indígenas não falam ou escrevem exatamente o falar regional *x*, mas uma variedade com características próprias, já que ela possui não só as características do falar / escrever regional, mas outras que são específicas das línguas Krahô, Karajá, Xerente etc., do próprio processo de aquisição e desenvolvimento de uma língua, dos aspectos afetivo-afetivos, sociais etc.

O que é importante apontar é que esse tipo de variedade não ocorre somente com as línguas indígenas, mas com qualquer língua que esteja em contato com outra (Bourhis 1977; Corder 1971; Gumperz 1972; Yavas 1994; Gorbet 1979; Selinker 1972 etc.) sendo, pois, sua atualização natural, permitindo aos estudiosos o desvelamento de processos ocultos pela noção de falante (escritor) "ideal", que devem ser compreendidos na educação escolar indígena.

Todavia, nem sempre o que chamamos de "interação" ou inter-influências de duas línguas foi tratada de forma natural e mesmo o próprio fato de serem essas línguas tomadas ora como dois sistemas totalmente distintos ora como um sistema a que se adicionaram os dados da outra língua etc (veja Yavas 1994 e Grosjean 1995). O que importa é que esses tratamentos tiveram influência decisiva no que se entende por indivíduo bilíngüe e no que se entende por aquisição de uma segunda língua no processo de escolarização.

A princípio, o que se afirmava sobre a interação entre duas línguas, era a de que havia, segundo os behavioristas, uma **transferência negativa** da língua materna para a segunda língua sendo adquirida. Logo, qualquer "transferência" era vista como erro e assim avaliada no ambiente escolar o que implicou e, ainda implica, em rotulação (bilíngües como deficientes), reprovação e repetição.

Portanto, não só às crianças monolíngües têm-se aplicado esses rótulos (veja em Soares 1986; Braggio 1986-92) como às bilíngües, o que mostra que "a grande divisão teórica entre . . . [os próprios] . . . lingüistas - os empiristas e os racionalistas - também divide as metodologias de ensino de língua (Diller 1971)" com suas várias conseqüências para a criança (esta divisão se acentua com o sociointeracionismo como colocamos na conclusão).

O fato de a aquisição de uma língua para os racionalistas não ser tomada meramente como imitativa, mas como processo ativo e criativo (Chomsky 1965 em diante) aglutinou autores-- como Corder 1973; Menyuk 1969; Richards 1971; Berk-Gleason 1958; Selinker 1972 (em Gorbet 1979) e vários outros --que se ocuparam com a aquisição de segunda língua e o que era chamado erro, passa a ser visto como tentativas que a criança faz para se apropriar da segunda língua as quais devem ser analisadas e avaliadas como tal. Ou seja, vistas não como erros, mas como estratégias cognitivas no processo de aquisição de uma língua, primeira ou segunda. É dentro dessa postura que surge o termo **interlíngua**, o que de acordo com Gorbet (1979) "é um sistema que conterá não só as regras da língua

materna, mas também as regras que são únicas para o aprendiz no que este percebe dos dados linguísticos aos quais está exposto". Para Gorbet (*idem*) "essas regras não são explícitas... mas são os princípios subjacentes organizacionais que permitem ao falante produzir a forma de língua que ele está usando. Suas estratégias de aprendizagem estão refletidas na lógica desses princípios" (veja Melo 1995, que trata da aquisição inglês-português).

Segundo o autor essas estratégias são inúmeras agrupando-se em: linguísticas e comunicativas, grosso modo, gramaticais e semântico-pragmáticas. Seus tipos, entre outros, são os de **interferências**, tomadas nessa concepção como **positivas**, referindo-se às influências mútuas entre as línguas, cuja estratégia subjacente seria a **analogia**: por exemplo, dizer em inglês "I have 23 years old", ao invés de "I am 23 years old", em analogia com o português "Eu tenho 23 anos de idade"; os de **generalização** caracterizados pela aplicação incompleta das regras, como a **redução de redundância** que resulta em simplificação, como em "Yesterday I go downtown" (Ontem eu fui (vou) para o centro da cidade) onde o primeiro elemento da frase já tem a marca de ação no passado, portanto, tomando redundante colocar o verbo "to go" no passado (Yesterday I went downtown); os de **abandono da mensagem**, ou seja, o silêncio, e os de **ajustamento da mensagem**, tais como a **criação de palavras**, por exemplo, "bola de ar" / "air ball" para "balloon"; o **circunlóquio**, por exemplo, "that special toy for children" / "aquele brinquedo especial para crianças" para "balloon" (bexiga) etc.

Para Romaine (1995) qualquer tentativa de se rotular como erro as ocorrências linguísticas diversas dos bilingües em relação aos monolíngües seria desastrosa, pois para a autora "em situações de intenso contato linguístico é possível que um terceiro sistema emergja com propriedades não encontradas em nenhuma das (duas) línguas...(onde)... um novo sistema pode ser criado através da mistura ou convergência de dois sistemas". Nesse sentido, o erro deve ser visto a partir deste sistema e não de cada língua tomada isoladamente.

Conseqüentemente, postula-se uma autonomia desse possível terceiro sistema, o que em última instância, é uma decisão de política linguística, ou mais amplamente considerado, um fato sociopolítico e ideológico.

Portanto, o que se percebe é uma ruptura da segunda posição com relação à primeira, tanto na forma de conceber o erro, quanto na de avaliá-lo. Contudo, na prática pedagógica, continua-se

colado à posição behaviorista, deixada clara pela concepção de linguagem (fragmentária, controlada, artificial), pela de aquisição de segunda língua (através de uma linguagem controlada, de estímulos-respostas, imitativa, repetitiva, mecanicista) e pela de erro severamente corrigido (sem nenhuma fundamentação sociopsicolinguística), a do "erro pelo erro". Como sempre ocorre, posturas alternativas de ensino de segunda língua, na prática (embora teoricamente existam) ainda são poucas, o que nos leva a crer que "conscientemente" prefere-se a postura behaviorista, dado o seu poder de ubiqüidade nos aspectos sócio-histórico-político e ideológicos de uma nação.

Nyikos e Oxford (1993) também chamam a atenção não somente para os aspectos lingüísticos (*strictu sensu*) da aquisição de segunda língua, mas apontam a importância dos aspectos cognitivos, atitudinais, afetivos e sociais para seu sucesso ou falha. Os aspectos situacionais ou do contexto de produção na perspectiva dos autores estão intrinsecamente ligados aos do indivíduo, único, que aprende: idade, sexo, etnia, motivação, atitude afetiva etc., o que implica numa postura que acredita na importância desses aspectos e no papel da qualidade da educação escolar, principalmente no que diz respeito à metodologia e materiais utilizados.

Major (1994), que trata dos estudos da fonologia de interlínguas, mostra que estas cobrem vários temas e abordagens comuns que têm sido desenvolvidos e descreve como estes têm sido modificados. De acordo com o autor, tais temas recorrentes "incluem idade; personalidade; análise contrastiva e transferencial; semelhança fonológica; fenômenos + ou - marcados; fatores desenvolvimentais considerados universais, estilo; percepção, produção, e representações subjacentes; atrito (entre as duas línguas)..."

Dentro dessa visão panorâmica o autor conclui que as pesquisas fonológicas com interlíngua ampliaram seu escopo indo da "abordagem da análise contrastiva, que assumia que todos os erros eram devidos à transferência (negativa) da língua nativa, para uma abordagem mais amplamente fundamentada incorporando teoria lingüística em geral".

Portanto, de erros de transferência passa-se a levar em conta os erros desenvolvimentais devidos a fatores universais que ocorreriam tanto na aquisição de primeira como na de segunda língua. Além disso, vários estudos têm levado em consideração variáveis sociolingüísticas. Na teoria da marcação proposta por Eckman (1991), a "SCH" ou HCE ou a "hipótese da conformidade

estrutural de interlíngua" o autor assume que, "as interlínguas são de fato línguas pois não há nada intrinsecamente diferente sobre interlínguas, e princípios que caracterizam línguas em geral também são verdadeiros para interlínguas" (grifo nosso). Por outro lado, a abordagem do atrito, da influência mútua entre as duas línguas sugere, segundo Major, que a noção de transferência é o fator dominante na consideração dos erros. Todavia, nem todos os erros podem ser atribuídos a essa transferência e a "emergência da sistematicidade fonológica está enraizada num processo mais geral de desenvolvimento cognitivo" (Yavas 1994) (para um estudo sobre o erro veja Figueiredo 1995).

Preocupado com a questão pedagógica, Spolsky ao fazer um resumo do assunto em questão, ainda em 1979, deixa claro como ele é complexo, através de afirmação de 1969 de Kelly:

"Ninguém realmente sabe o que é novo e o que é velho nos procedimentos de ensino de língua no momento... muito do que está sendo chamado de revolução neste século é um repensar e um renomear de antigas ideias e procedimentos".

Spolsky, na tentativa de superar essa dificuldade propõe, através da interação entre educação e linguagem—a qual chama de *lingüística educacional*—no campo da pedagogia de segunda língua, um modelo cuja base teórica esteja fundamentada em três áreas inter-relacionadas: a *lingüística geral*, a *psicolingüística* e a *sociolingüística*. Tem em mente, com esses termos específicos, uma "gramática pedagógica", prática, útil em termos de *uso*; com explicações sólidas sobre a *forma de aquisição* de primeira ou segunda língua, e "as condições sob as quais o *uso da língua* é desenvolvido, as *atitudes e motivações de quem aprende* e as do desenvolvimento da competência comunicativa, respectivamente" (grifos nossos). Ou *pragmática* na visão de Romaine (1995).

De acordo, então, com o que discutimos anteriormente, a variedade decorrente do contato da língua indígena-português é uma realização da língua portuguesa (já que o português é a segunda língua da maioria dos povos indígenas brasileiros) que ocorre entre bilíngües, específica de cada grupo indígena. Já que depende das características de uma língua indígena (Krahô, Kaingang, Karajá etc.) e da língua portuguesa, em uma ou mais de suas formas, portanto com características próprias do falar de uma dada região e também da usada no processo de escolarização a que o grupo tem acesso.

Dentro dessa perspectiva a variedade é a culminância de um processo de interação, calcada numa matriz pessoal, linguística-sócio-histórica, cultural etc., portanto, o resultado do encontro de duas línguas, variável e em permanente transformação, baseada, ancorada, num contexto de produção próprio.

Dessa forma, a sua atualização na fala ou na escrita deve ser vista de acordo com **um indivíduo único, num contexto de produção único**. Assim sendo, no processo de alfabetização serão consideradas como erros aquelas ocorrências que não permitem a construção de uma significação pelo leitor / escritor, i. é., ocorrências em que ele fugiria totalmente das possibilidades permitidas pelas línguas de forma que quem o ouve, ou lê, não pudesse com ele estabelecer uma relação significativa, rompendo-a. À guisa de exemplo tomemos a frase (retirada de uma carta a mim enviada):

"Como vai você professora Sílvia. Você já ameorou, que nós sabemos que você estava doente, que não deu di vir. Escreve logo em volta. Abraço ..."

Observando-se a frase "escreve logo em volta" vemos que a preposição "em" é utilizada no lugar de "de", o que não ocorreria na fala/escrita de um monolíngüe cuja L1 é o português. Trata-se, portanto, não de um erro, mas de uma ocorrência possível para um bilíngüe. O mesmo ocorre quando destacamos o segmento frasal, "que não deu di vir". Podemos observar que a preposição "di" (de) é usada no lugar que caberia a "para" ou "pra". Todavia, observe-se que o que ele faz é **substituir uma preposição por outra preposição**, ou seja, por uma palavra que **tem na frase a mesma função**, o que me levou a construir a significação por ele pretendida. Além do mais, "deu di vir" é comumente usada na fala, como "deu de cantar", "deu de beber" em frases como: João deu "de cantar / de beber". Quanto ao "i" de "di" é este o som utilizado e não o "e" da forma escrita. Seria erro, acreditamos, se ele tivesse utilizado em lugar de "di" outra palavra que não se encaixasse na mesma função de "de", como "... que não deu 'qual' vir". Observe-se também que a utilização dos "que" neutralizando outras possíveis ocorrências como "pois", "porisso", não rompe a significação. Isto também está ocorrendo no resto do Brasil, mesmo em jornais de longa tradição. Note-se ainda que em Karajá, sua língua, há posposições e não preposições como na frase: "taki rakre oworumã" : Ele vai roça para (Ele vai para a roça), com sentidos diversos das nossas preposições. Aliás, essas palavras de função (Halliday 1989) adquirem seu sentido na relação intra e inter-frasal como no exemplo em português: "la

para casa e parei para comprar um vestido". Além do mais o contexto lingüístico discursivo permite a construção da significação.

É com a intenção de mostrar como as variedades se atualizam, que apresentamos os exemplos a seguir. As interações entre as línguas, a forma de se adquirir uma primeira ou segunda língua, as características da língua ou variedade sendo adquirida, entre outras variáveis, é que vão constituir a variedade da língua portuguesa oriunda da língua indígena X língua portuguesa.

Essas características podem ocorrer no âmbito da fonética, fonologia, da semântica, da morfossintaxe, do discurso e se revelam, como afirmamos anteriormente, não só na fala como na escrita.

Os exemplos aqui tratados mostram, pois, uma possível variedade do grupo Xerente com os quais vimos trabalhando com alfabetização e nossas hipóteses com relação às suas características.

Xerente - português

-Olhe eu gostei muito -- (do) curso com você.

1. Em Xerente, nestes casos, há posposições e não preposições ou ausência delas. Veja os exemplos abaixo:

Wat Goiânia ku Krimôri
eu Goiânia para ir (visitar)
"Eu vou para Goiania".

Wat pisu Mariamã tâmãkamô
eu bunti Maria para dei
"Eu dei buniti para Maria"

- Nós aprendemos mais coisa - (s) para nós ensinar - (mos)
... as coisa - (s) que a gente não entendam bem

1. O número em Xerente é marcado através de pluralizadores como em:

Ine hukurê wakû
meu gato preto
"Meu gato é preto"

Hukuré	nôre	wakdù.
Gato	(+ de um)	pretos
"Os gatos são pretos"		

2. Semelhança de pluralização no português com a da fala local, tanto na não marcação do plural em "coisa" e "ensinar", pois já estaria marcado em "mais", "nós" e "as" como no uso de "a gente".

3. Flexões distintas no uso das formas verbais. Não existe uma correspondência unívoca entre as formas verbais do português e Xerente, portanto "entendam" ao invés de "entende". Geralmente ao radical, ou morfema lexical dos verbos, são agregados formas pronominais e pluralizadores com ou sem mudança morfofonêmica do radical, como em:

Krê - plantar			
Wa	wa	za	Krê
eu	eu	marca de futuro	plantar
"Eu vou plantar"			
Tanôri			
eles (+ de um)		za	Krê
		marca de futuro	plantar
"Eles vão plantar"			

ou

Pikô	za	dasa	Kahiri
mulher	marca de futuro	comida	cozinhar
"A mulher vai fazer comida (cozinhar)".			

- A gente estamos fazendo o trabalho para semear - (para) as crianças de nossa aldeia.

1. Uso distinto da preposição. O uso metafórico do verbo semear também pode ter levado à construção acima, i.é., torná-lo transitivo direto: "... semear as crianças de nossa aldeia". Observe-se o verbo plantar no exemplo anterior, "Krê", equivalente a "semear", que em Xerente é transitivo.

Além do mais a posposição "para" em Xerente assume as mais variadas formas dependendo do verbo com o qual é utilizada.

Wat piza - Smikimã tãmãkamõ
 eu panela Smiki para dei
 "Eu dei a panela para Smiki"

Wat burutme intknekreda imõri
 eu roça para plantar vou
 "Eu vou para a roça plantar"

Tákãná waza Miracemaku Krimõn
 Hoje eu marca de futuro Miracema para vou
 "Hoje eu vou para Miracema"

Tákãná wat imõri zoológicoku roinkmãdãkã pibumã
 Hoje eu fui zoológico para animais ver para
 "Hoje eu fui ao zoológico para ver os animais"

- Obrigado pela(o) sua(seu) presente.

1. Uso distinto do gênero. Em Xerente o gênero é muitas vezes não marcado sendo definido pelo contexto ou por marcadores de gênero específicos conforme os exemplos:

Isiwaiké natowara
 "Meu amigo fugiu"
 "Minha amiga fugiu".

ou

huku krêre = onça macho sika krêre = galo
 huku simpikô = onça fêmea sika krape = galinha

ou ainda

Kai tê ou kai sim = "seu sua"
 psê, pêsê, pê, psêdi = "bom boa" etc.

Silvia

Muito obrigado pela sua
 presente Você gostou a nossa
 dança de noite?

--Você gostou a (da) nossa dança de noite?

1. Mais uma questão do uso distinto das preposições. Na verdade, tudo que se relaciona às preposições diz respeito à transitividade.

Podemos constatar, através desses exemplos, que a variedade em uso pelos Xerente possui características que não seriam encontradas na fala de um monolíngue da mesma região. Além do mais, ao usar sua(s) língua(s) utilizam-se dos empréstimos e mudanças de código, assuntos tratados a seguir.

Mudança de código

De acordo com Grosjean (1982) existem várias razões para que uma pessoa se torne bilingue. Dentre elas, interessa-nos aquela que se refere às pessoas pertencentes a grupos minoritários, especialmente as indígenas que, por viverem em um país onde a língua oficial não é a sua, necessitam adquiri-la ou dela se apropriar a fim de, não apenas se comunicar com os membros da sociedade envolvente, mas de "entender" os seus vários discursos, orais ou escritos, e de se "mover" dentro dessa sociedade.

Partimos do pressuposto de que, embora existam vários tipos de comunidades indígenas no que diz respeito aos usos e funções das línguas aí existentes, grande parte delas pode ser, sob a forma de um determinado tipo, considerada bilingue (Braggio 1986, 1992b).

Tomando-se como ponto de partida, pois, as comunidades indígenas com os seus vários tipos de bilingüismo, é de crucial importância sabermos como e quando as crianças estão adquirindo as suas línguas, tanto do ponto de vista das ciências da linguagem, quanto do processo de educação escolar indígena, pois, no último caso, as respostas a essas questões fornecerão instrumentos vitais para melhor pensar, implementar ou renovar programas bilingües / interculturais.

McLaughlin (1978) afirma que há dois tipos principais de aquisição de duas línguas pela criança, em comunidades que as usam: a simultânea e a sucessiva. O critério do autor para estabelecer esses dois tipos é o da idade. Se as duas línguas são adquiridas até a idade de três anos pode-se considerá-lo do tipo simultâneo. Após os três anos deve-se considerá-lo do tipo sucessivo.

Os termos sucessivo e simultâneo inseridos no quadro da educação bilingüe, parecem-nos mais adequados se levarmos em consideração o conhecimento da criança das duas línguas e o

contexto onde as adquire, além do critério de idade apenas, tomando como ponto de partida a premissa de que a criança, se pertencente a comunidade bilingüe indígena, deve se alfabetizar na própria língua através de um membro de sua etnia.

Das comunidades e/ou línguas indígenas por nós pesquisadas chegamos à conclusão de que na maioria das comunidades ditas bilingües a língua indígena é a primeira a ser adquirida, no domínio social da casa, o que nos indica que a aquisição da língua portuguesa ocorre temporalmente depois caracterizando, portanto, nos termos de McLaughlin, uma situação de aquisição sucessiva de uma segunda língua. Chegamos à conclusão, também, de que a língua usada para se falar na / com a vizinhança (domínio das relações sociais) é a língua indígena sendo a língua portuguesa, muitas vezes, começada a ser adquirida (de maneira formal), no domínio social da escola.

Logo, em termos qualitativos, o conhecimento que essas crianças têm da língua portuguesa antes de chegar à escola não é "o bastante" para o que é delas requerido. Contudo, em modelos não pluralistas de educação escolar, a língua infantil com características gerais e singulares, como a alternância de duas línguas no mesmo ato de fala / escrita, não é aceita como "boa língua". Erros são vistos e avaliados com rigor, tanto na leitura, quanto na escrita, o que não só mostra um desconhecimento do que se entende por bilingüismo mas, como decorrência, uma atitude negativa com relação às eventuais interações dos dois sistemas lingüísticos e da "mistura" de línguas na fala e nos materiais escritos produzidos pelas crianças; ou seja, na verdade, uma atitude negativa com relação às crianças indígenas que seriam "lingüística e cognitivamente deficientes".

No modelo pluralista intercultural, vários desses fatos deixam de ser problemáticos, pois ele traz em seu bojo uma outra postura com relação ao homem, linguagem e sociedade - o que implica numa abordagem que incorpora aquela postura viabilizando-a através da interação professor / aluno, do que se entende por aquisição da leitura e escrita - sua natureza, usos e funções - e da elaboração do que se convencionou chamar de materiais didático-pedagógicos e do currículo.

Focalizando, pois, a questão da mudança de código - e / ou o uso alternado de duas ou mais línguas na mesma enunciação ou conversação, como afirma Grosjean (1982), ou como comprovado por nós, também na escrita, esse passa a ser visto não como sinônimo de mistura de línguas e confusão mental, mas como um processo comum para bilingües, "como um recurso de comunicação

muito útil ... freqüentemente utilizado para transmitir informação lingüística e social (Grosjean 1982). Portanto, a mudança de código é vista como um processo governado por regras sociolingüísticas, que requer do falante "conhecimento" dos sistemas lingüísticos e do uso das línguas (Peñalosa 1981; Romaine 1995; Paulston 1994), dada a complexidade dessas regras.

É nesse sentido que a mudança de código pode ser metafórica, onde "o falante deseja transmitir algo mais do que meras palavras, tais como, por exemplo, solidariedade étnica ou evocação de algum sentimento particular..." (Peñalosa 1981). Blom e Gumperz (em Gumperz e Hymes 1972) apontam a influência do local, da situação social e do ato social sobre o evento de fala dos participantes e dos seus objetivos ao utilizarem a mudança de código, tal como a inclusão e/ou exclusão de algum outro participante do evento de fala. Pode também ocorrer para preencher um item lexical que a língua-base não possui, para enfatizar um argumento etc. De nosso ponto de vista, pode ocorrer também inconscientemente engatilhando a mudança de uma língua para a outra.

McClure (1977) afirma que o uso alternado de duas línguas na mesma enunciação ou conversação começa cedo para falantes bilíngues e que além de não ocorrer ao acaso podemos observar o desenvolvimento de diferentes tipos de mudanças de código à medida que os falantes vão dominando ambas as línguas, tanto do ponto de vista lingüístico, **onde e como** é possível mudar de um código para o outro, i. é., fronteiras lingüísticas semânticas e gramaticais possíveis, quanto do social, **quando e por que** fazê-lo.

Os exemplos a seguir mostram algumas ocorrências de mudança de código nas línguas Krahô, Xerente e Kaingang coletados através da fala ou da escrita (extraídos de textos ou do discurso oral) de adultos escolhidos não-aleatoriamente, mas de um corpus pré-analisado. Em seguida apresentamos três textos de crianças Karajá. Com exceção das crianças, todos os adultos são bilíngues, i. é., usam adequadamente as duas línguas, a indígena e a portuguesa. As mudanças de código podem ocorrer inter-discurso e intra-discurso.

no **Krahô** - língua em uso: português - Mudança de código intra-discurso

- 1 Recebi o "poré" (dinheiro) e já "hamvé" (acabou).
- 2 Todos eles disse que está "hapac xá" (com saudade) de você.
- 3 Assim que eu acho mais "impej" (bom) mesmo eu fico mais "ijakri" (alegre)

4. Quando professora Lydia
"Hapá apê?" (Você está bem?)
5. Então eu acha está com saúde também.
Atenciosamente
"itân wa ite amâ ijujarenkâ to hajyr"
(Assim eu contei para você)
6. Partido do índio é "wakmeyê" e "catameyé"
7. Esta madeira é "pati" (tipo de madeira) que a gente faz o arco
8. Este "hahi" (instrumento musical) é mulher cantador que usa

No que diz respeito ao início e fim de cada discurso narrativo em situação formal de "contar"etc., de audiência de mais de uma pessoa os autores colocam sempre "hã hã" no início e "hamjê" no final, o que indica formas diferentes de discurso oral que terão significativas implicações para a escrita dos textos indígenas (trataremos desse fato mais adiante).

no **Xerente** - língua em uso: português e Xerente - Mudança de código intra-discurso

1. Este é flores "romnjimârê"
2. Wat "Goiânia" Ku Krimõri
Eu fui visitar Goiânia.
3. Tô tahâ mât imrowabrudu "escola" wa tâkânâ
Ela me ensinou na escola hoje
4. Tâkânâ wat imori "zoológico" ku rõtman-dkâ pibumâ
Hoje eu fui ao zoológico para ver os animais.
5. Nos "akwe" somos inimigos das onças
6. Tâkâhâ wat wasikrê ktônê "professoras" damrezê wasimâ wat
waskuda
Hoje nós tivemos um encontro com as professoras para falar sobre
nosso ensino.
7. Wanim tkai wa wanima mârkôdi "urso, leão, preguiça, camelo" katô
rommzahi watkimâdkâ mnokôdi
Em nossa região nós não temos urso, leão, preguiça, camelo e outros
animais perigosos que a gente não vê

no **Kaingang** - Mudança de código inter-discurso

Um Kaingang (Braggio 1986) faz a mudança de código inter-discurso na presença de uma pessoa não-indígena com um outro Kaingang, diríamos que com uma regra sociolinguística obrigatória. Numa manhã em que estávamos com Pedro Cornélio Kaingang e

uma das professoras conversando em português em sua casa, entrou um Kaingang que nos cumprimentou em português, à professora e a mim, e a Pedro Cornélio em Kaingang, formando a triade de mudança de código inter-discurso:

Kaingang / Kaingang – Língua Kaingang
 Kaingang / Não-indígena – Língua Portuguesa

De uma maneira geral na mudança inter-discurso o esquema de Grosjean (1982) dá uma idéia do uso das línguas pelo bilingüe:

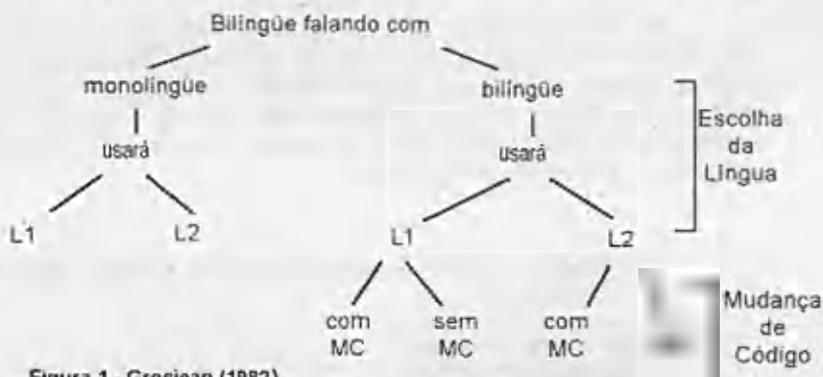


Figura 1 - Grosjean (1982)

De acordo com o esquema o bilingüe ao falar com o monolíngüe usará naturalmente a sua língua nativa (L1) se o interlocutor também for falante de L1; e L2 (segunda língua) se o monolíngüe só falar L2. No caso de falar com um bilingüe a escolha da língua a ser usada dependerá de uma série de regras sociolingüísticas onde a mudança de código poderá ou não aparecer inter-discurso. No caso dos Kaingang de Guarapuava parece haver uma regra tácita de que se o interlocutor for não-indígena eles usarão L2 podendo ocorrer mudança de código inter-discurso. Esta parece ser uma regra geral para os indígenas com os quais trabalhamos. No caso de mudança de código intra-discurso regras sociolingüísticas também estarão operando. O mesmo ocorre no uso de empréstimos (as relações entre mudança de código e empréstimo serão tratadas no próximo item).

Dos exemplos acima, podemos levantar algumas hipóteses, no que diz respeito à mudança de código intra e inter-discurso.

Kaingang

No exemplo da mudança de código inter-discurso entre os Kaingang já apontávamos em 1986 (Braggio 1986) o caráter de

lealdade / identidade grupal Kaingang da comunidade de Guarapuava (Paraná) que se manifestava principalmente através de sua língua. O fato de um Kaingang sempre se dirigir a outro Kaingang na própria língua, mesmo na presença de não-indígenas, aponta uma regra sociolingüística implícita de que K só fala com K em K. É importante notar que à época da pesquisa (1984), foram inúmeras as situações em que observamos eventos de fala dessa natureza. Há um fato que corrobora que o uso das línguas indígena e portuguesa era bastante firme entre os Kaingang: -- havia um motorista da FUNAI que estava aprendendo Kaingang com as crianças mais novas. Em nenhum momento vimos um Kaingang adulto se dirigir a ele em Kaingang, o que comprova também que as regras de uso da língua--quem fala o que, para quem, quando e com que intenção (Fishman 1967)--são adquiridas na interação social entre falantes constituindo a competência pragmática. Note-se, ainda, e acreditamos que este seja um fato dos mais relevantes, que o uso (função) da língua como segredo, como algo dos Kaingang, foi várias vezes verbalmente reiterado por eles, explicitamente assumido como uma "regra geral" para a comunidade.

Krahô

1) Nos exemplos 1 a 5, um Krahô adulto escreve uma carta para Poleck, que trabalha com a língua Krahô. No exemplo 1, embora ele possa usar as palavras em português, a língua que está usando como base na carta, o autor leva em consideração o fato de ela saber Krahô, i. é., ele compartilha, com sua leitora, a sua língua (interação leitor / escritor através do uso de um código comum a ambos), incluindo-a no evento de lecto-escrita, diferentemente, pois, dos Kaingang. Trata-se de uma regra sociolingüística de inclusão do não-Krahô num evento discursivo.

2) No exemplo 2, ao invés de **saudade** usa a expressão Krahô "hapac xâ" que é a que melhor exprime a sua atitude afetiva, ou seja, expressa por sua língua, para a expressão de um sentimento particular, função esta bastante arraigada entre os grupos com os quais temos trabalhado.

3) No exemplo 3, ele afirma que está feliz e também usa sua língua para exprimir seus sentimentos (impej / bom; ijâkri / alegre). (Veja Fishman, 1967 em diante, para a questão da afetividade / sentimentos na escolha do uso da língua).

4) No exemplo 4, ele coloca uma expressão que sempre ocorre quando ambos se encontram ou escrevem um para o outro "Hapà apéj?" (Você está bem?).

5) No exemplo 5, ele finaliza sua carta com uma expressão toda em português e em seguida em Krahô que traduzida seria algo como "Assim que eu contei para você", reafirmando o compartilhamento de ambos da língua do autor, que é o que o define como KRAHÔ, mas que também a inclui como "amiga de seu povo". Trata-se da finalização de uma carta, típica do modo de encerrar um discurso oral.

6) Nos exemplos 6, 7 e 8, podemos observar que para 6 e 8 não existe para os autores uma palavra que defina adequadamente em português os "partidôs", clãs, de seu povo e o objeto usado pela mulher cantadora; o exemplo 7 tem seu correspondente em português, mas seu autor pretende que o interlocutor não-Krahô saiba o seu nome em Krahô. É importante notar que muitas palavras usadas em Krahô têm as suas correspondentes no português e são conhecidas pelos autores, como "dinheiro", "acabou" etc.

É importante observar também que as fronteiras gramaticais do português são perfeitamente observadas pelos autores. É de especial relevância o exemplo 3 onde depois do "mais" vem o seu predicativo: mais impej / bom e mais ijakri / alegre. No exemplo 6 é notável a alternância com o uso da conjunção em português--e--entre os nomes dos clãs em Krahô, onde temos: português-Krahô-português-Krahô.

Xerente

1) No exemplo 1, a língua em uso é a portuguesa, mas o autor quer informar ao não-falante de sua língua que em Xerente as flores que ele desenhou num cartão são "romnirârê", isto é, florzinhas.

2) No exemplo 2 do Xerente, a palavra Miracema, nome de cidade, é usada por ser a única disponível para ambas as línguas. Todavia, usam o afixo posposicional "kù" que indica direção: "para" Miracema, posposto à palavra Miracema, como ocorre em sua língua e não com preposição como ocorre em português; portanto mantendo a estrutura gramatical.

Wat Goiania Ku Krimõr
 eu Goiania para fui (visitar)
 S O V

Eu fui visitar Goiânia

O mesmo afixo posposicional ocorre em outras frases como:

Wat		pisu		Srêzê mã		tamãkamã
eu		buriti		Srêzê para		dei
S		OD		Oi		V

Eu dei buriti para Silvia

Wat		isiwaditmê		Krimõr
Eu		meu parente para		fui (visitar)
S		O		V
Eu		fui visitar		meus parentes

3) Nos exemplos 3, 4, 6 e 7, tendo como língua em uso o Xerente, as palavras em português entram na língua da forma como o são em português sem nenhuma adaptação ao Xerente e, como podemos observar, sem adaptação / integração fonológica ou morfológica nessa língua. É importante notar que **as palavras** são conhecidas dos Xerente, mas zoológico, urso, leão, preguiça, camelo, na sua forma concreta, i. é., o local e os animais em si foram conhecidos recentemente, quando de sua visita ao zoológico de Goiânia, portanto dentro de um contexto específico, com participantes específicos. No caso de "escola" note-se que esta palavra existe em Xerente (embora não pertença à cultura tradicional do grupo): rowahtuze / "lugar de aprender" e é usada na comunidade.

4) O exemplo 5 mostra uma mudança de código do português para o Xerente exatamente para mostrar como os Xerente, "akwe", definem sua identidade de grupo e como a partir desta identificação se colocam frente ao animal "onça", já que este animal tem forte presença em suas comunidades, o que é sempre relatado por eles. Note-se, pois, que embora o texto estivesse sendo escrito em português a expectativa seria a de que a palavra onça aparecesse em Xerente: "huku" ou ainda onça pintada / huku kuke, onça preta / huku wakrà etc (há inúmeros tipos de onça).

É importante notar no caso do Xerente que todos os usos de mudanças de código ocupam posições gramaticais e semânticas de acordo com a estruturação da língua em uso (McClure 1977) e se constituem basicamente de vocábulos com valor de substantivo (temos exemplos também de empréstimos verbais).

Além do mais, principalmente nos exemplos em Krahô e Kaingang os usos dessas mudanças evocam sentimentos particulares, identidade de grupo, inclusão ou não do outro nos eventos inter e intra-discursivos, ainda esclarecendo sobre coisas específicas de sua cultura que não têm um nome adequado em português (veja Peñalosa 1981; Scollon e Ury 1977 etc.), i.é., com regras sociolingüísticas bem definidas.

Os textos infantis Karajá apresentados a seguir mostram a ocorrência de mudanças de código. Podemos perceber através desses exemplos que o uso das mudanças de código começa cedo para as crianças. Difícilmente poderia ocorrer de outra forma, já que é na interação social com os membros de suas comunidades que elas vão adquirir e usar suas línguas de acordo com as regras sociolingüísticas vigentes. No caso dos exemplos abaixo observe-se que essa interação se dá num ambiente formal, o da sala de aula, o qual seguramente reflete o uso da língua no ambiente natural da comunidade.

No exemplo 1, de Kahereru, há um desenho que se chama "Iraheto tiôrea", ou como o próprio Kahereru escreve:

É um tipo de aruanã, chama-se
Iraheto tiôrea ou debô.
Essa aruanã é mais bonita
de um tipo de aruanã.

O exemplo 2, de Marvaja, mostra o desenho "Idjhereni". O aluno escreve:

Vocês nunca viram aruanã
agora esto mostrando um tipode
aruanã. Este desenho chama Idjhereni
aruanã está dançando em sua estrada.

No exemplo 3, Chebesbibaxandeo, mostra o desenho "Iwerudi" e escreve:

aruanã está dançando,
aruanã é bom assisti a dança dele.
cada aruanã tem nome. Quer dizer
este meu desenho chama Iwerudi.

Conclui-se, portanto, que esse é um processo natural usado por falantes / escritores, adultos e crianças, de duas línguas em contato e, portanto, não pode ser visto como deficiência ou "mistura" de línguas, ou pior, como deficiência cognitiva. Deve ser

visto como inerente à situação sociolinguística de línguas em contato que se espelha no uso das línguas.

Nesse sentido, qualquer professor deve estar ciente desse processo e não considerá-lo e avaliá-lo como erro. Aliás, os próprios indígenas que dizem falar "um dialeto" e não "uma língua" precisam saber o que significa esse processo, no sentido de perceber que essas ocorrências devem ser tomadas como naturais e não como "não ter cabeça boa" como afirmou um Xerente (Braggio 1992b).

Todavia, embora apresentados aqui como mudanças de código, em geral, apontaremos ainda quais desses exemplos podem ser tomados como mudanças de código simplesmente ou como mudanças de código que necessariamente operam através de empréstimos.

Empréstimo

Também começa cedo para crianças que usam duas línguas o empréstimo de elementos da segunda-lingua para a sua língua e vice-versa. Muitos empréstimos de L2 para L1 não são percebidos pela criança como não sendo vocábulos de sua língua, pela forma como foram tratados pelo grupo. É importante notar que o uso do empréstimo não fica restrito a um indivíduo do grupo indígena, mas é estendido ao grupo como totalidade. Em todas as nossas observações com os índios com os quais trabalhamos (Braggio 1981, 1986, 1989) no caso do empréstimo de um item lexical ele é comum para todo o grupo mesmo que ocorra em mais de uma forma dependendo os seus usos, por exemplo, da idade do falante. Assim para os Kaingang **chinelo** é "chinela fi". Para os Karajá **café** pode ser "kabê" ou "abê", **fazendeiro**, "fazenderû". Todavia, é importante destacar que as comunidades indígenas podem criar novas palavras para os empréstimos, como, por exemplo, para **café**. Para os Karajá **café** pode ser **água preta** "belyby". O mesmo ocorre com os Krahô que também podem chamar **café** de **água-preta** "cacokitigre"; ou com os Kaingang onde "goj-sá" também significa **água-preta**. Para os Xerente **café** pode ser "wdêpro" que foi definida como "alguma coisa como água da cor do carvão, preta", **rádio** "târamremeze" ou "coisa de ferro falando", onde "târa" significa **ferro** e "mremezé" falando, que fala. Como podemos observar são tipos diferentes de empréstimos (veja Romaine 1995 para uma tipologia de empréstimos). A seguir explicamos alguns deles.

no Kaingang

--o item lexical **chinelô** entra na língua como "chinelafi" tendo sido usado o marcador de feminino da língua Kaingang "fi" (como em monh "boi" e monh-fi "vaca"), "kavaru" **cavalo** e "kavaru-fi" **égua**, sendo o equivalente ao nosso masculino o gênero não marcado -ô- e o feminino marcado com a partícula -fi- posposta ao nome. Logo, nesses casos, os Kaingang adaptaram as palavras à fonologia e à morfologia da língua. Outros empréstimos também obedecem à fonologia e a essa regra geral como em galo e galinha: "garinh" - **galo** e "garinhfi" - **galinha**. As palavras "ovelha" e "café" se adaptam à fonologia da língua, como em **café** "kyfe" - [ki'fé] ou foram criados novos itens lexicais como para a própria palavra café [ngojo'sa], em uma das variedades do Paraná que significa, como já afirmamos, **água preta** e é graficamente representada como "goj-sá".

Obviamente, no Kaingang, ocorrem outros exemplos de empréstimo adequados, ou não, à morfofonologia dessas línguas.

no Karajá

--como já vimos, um item lexical pode entrar na língua adaptando-se à sua fonologia e morfologia, como em "café", "kabé" (fala das mulheres) e "abé", (dos homens) ou criando-se um novo item lexical onde café é igual a **água preta** "belyby". É importante notar que em Karajá o acento é previsível, ocorrendo basicamente na última sílaba, portanto, "fazenderù", "nierù" e "Mariè", para fazendeiro, dinheiro e Maria. Para Cavalcante (1993 comunicação pessoal) o é de "Mariè" é um alofone [ae] mais anteriorizado do fonema /a/. Note-se também que os Karajá não possuem os fonemas /f/ e /v/ em sua língua. Na palavra **café**, usam o fonema /b/ na fase inicial do empréstimo e mais recentemente o próprio /f/, que também ocorre com fazendeiro, "fazenderù", como eles a pronunciam. Note-se ainda no Karajá a ausência da semi-vogal [j], logo "fazenderù" e "nierù". **Lápis**, como **café**, também obteve uma forma composta "ritiná", totalmente adequada à semântica, fonologia e morfologia da língua Karajá. Segundo Ribeiro (1993 comunicação pessoal), "riti" abrange o campo semântico de pintar, desenhar e "ná" é uma partícula formadora de novos substantivos.

Portanto, comunidades que utilizam duas línguas no seu cotidiano, não só mudam de código no seu discurso, como **emprestam** de uma língua para a outra por razões linguísticas e

extralingüísticas. Todavia, a distinção entre um e outro fenômenos não é sempre a mesma para os autores que tratam do assunto. O que todos concordam é que tanto um quanto o outro são fenômenos naturais, e como tal, devem ser tratados em programas de educação escolar indígena.

Pesquisas anteriores a 1970 examinaram a mudança de código no âmbito da fala "parole" do indivíduo e os empréstimos no âmbito da "língua" do grupo lingüístico. Estudos mais recentes têm examinado ambos no âmbito da fala e nós os temos examinado também no discurso escrito através dos materiais produzidos pelos indígenas.

Uma das definições mais adotadas é a de Hasselmo (1970) ou a de Grosjean (1982), que afirma que "uma mudança de código pode ser de qualquer tamanho (uma palavra, uma frase, um período) e é uma mudança completa para a outra língua, enquanto que um empréstimo é uma palavra ou pequena expressão que é adaptada fonológica e morfologicamente à língua sendo falada". Na verdade, como afirma o autor, nem sempre se pode distinguir claramente um do outro.

Como afirmamos anteriormente, tanto a mudança de código como o empréstimo, devem ser vistos à luz da situação sociolingüística das línguas e no momento de sua enunciação no contexto de produção, do uso das línguas nas diferentes comunidades.

Tomando-se esses exemplos e aqueles relativos à mudança de código (e muitos outros aqui não apresentados) podemos levantar a hipótese de que a língua que parece ser menos resistente ao português é a Xerente, pois é a que realmente muda para o português, através de empréstimos, ou não, na maior parte das vezes sem adaptar os vocábulos do português à língua-base, o Xerente, i. é., sem "indigenizá-las" (McLaughlin 1992), tomá-las suas, embora tomem o Xerente como fator de identidade de grupo.

Quanto aos Kaingang de Guarapuava, como pudemos observar, há uma significativa identificação do grupo com a própria língua a qual é constatada na mudança de código interdiscurso. Todavia, vários empréstimos têm entrado na língua sem as necessárias adequações (veja-se em Felisbino 1994-1995) na mudança de código intradiscurso.

No caso Krahô, mesmo falando / escrevendo em português nota-se uma ligação afetiva muito forte do autor com a própria língua, o que fica evidenciado com as várias intenções com que a

usa. O mesmo ocorre com seus outros falantes. Não encontramos nesta língua ocorrências de empréstimos não-indigenizados (veja porê / dinheiro).

Vejamos, pois, os exemplos apontados sobre a mudança de código e empréstimo à luz da situação sociolingüística de cada grupo indígena, acreditando que, com uma abrangência maior do que outros grupos pesquisados, principalmente porque tratamos aqui de povos bilingües minoritários.

Tomando como ponto de partida os Krahô, vimos na pesquisa sociolingüística (Braggio 1992b, 1995b) que é o grupo mais resistente à mudança lingüística, ou seja, à superposição ou deslocamento dos domínios sociais do Krahô pela língua portuguesa.

Essa resistência pode ser observada no tipo de empréstimos e de mudança de código apresentado anteriormente: a atitude do escritor da carta com relação à sua língua transparece nas mudanças do português para o Krahô exatamente onde ele 1) **expressa seus sentimentos**, exemplos 2, 3 e 4, onde 2) utiliza uma expressão típica de sua língua para finalizar seu discurso, apesar de tê-lo feito antes na forma típica do português, 3) usa a palavra "porê" no lugar de **dinheiro**, certamente pelo **sentido diverso** que atribui ao dinheiro em sua sociedade que como ele mesmo afirma já "hamré", **acabou**, entrelaçando em seu campo semântico **dinheiro** com **acabar** o que, de nosso ponto de vista, também indica a sua **percepção** com relação ao papel que o dinheiro desempenha em sua comunidade. Observe-se que ele não precisaria ter mudado para o Krahô a palavra **acabou**. "Porê" em Krahô quer dizer "folha" (no caso da carta, folha "que o vento levou"). O exemplo 6 mostra a 4) **fidelidade à organização social do grupo** do autor desta frase ao utilizar em Krahô o nome de seus partidos, pois embora o pudesse fazer adaptando-os ao português não permite a intrusão do português no cerne do que os caracteriza como um grupo indígena único. Os exemplos 7 e 8 mostram a não preocupação dos Krahô em passar para o português o nome da árvore e do instrumento musical da mulher cantadora. Mais do que isso, eles fazem questão em mantê-los em Krahô e afirmar e informar ao seu leitor que é a madeira para fazer o arco tirada daquela árvore e o instrumento musical, e 5) **artefatos de sua cultura** material que têm objetivos não materiais, **devem ser conhecidos na língua Krahô**.

São, portanto, mudanças completas de uma língua para a outra, ou seja, mudanças de códigos reais, dentro de um contexto de produção específico, que inclui, entre outros aspectos, a atitude e a

intenção dos falantes / escritores, e que mostram implicitamente a sua resistência à assimilação não só ao português, mas, implicitamente, à sociedade majoritária.

Essa afirmação adquire maior sentido quando se constata que os Krahô não se constituem em sociedades completamente bilingües, pois nem todos falam o português, e todos (100% da população) têm como língua materna, o Krahô. E mais, são os que mostram, ao falar e ao escrever, maior influência de sua língua no português, e não o inverso, tanto do ponto de vista gramatical (fonética / fonologia, morfossintaxe), quanto semântico e da organização do discurso.

Obviamente, isso não significa que se deseje que os Krahô, ou outro grupo qualquer, não falem ou escrevam as formas de prestígio do português e concordemos com o que disse um linguista recentemente: "é triste ouvir um índio falando mal" (!); afirmação essa que, de nosso ponto de vista, implica na associação língua / razão, ou melhor, **saber falar iguala-se a saber pensar**, o que incluiria os indígenas na teoria do déficit ou privação (veja Soares 1986; Braggio 1986 em diante), e os colocaria numa difícil situação educacional, já que para os teóricos do déficit o que os indígenas necessitariam seria o ensino compensatório.

O que se deseja, sim, é que saibam como usar a língua portuguesa nas diferentes situações interacionais e em seu próprio benefício, que saibam não apenas ouvir e ler o discurso do não-indígena, mas dar um sentido ao discurso do outro, ou seja, "descodificar o discurso do outro" (Braggio 1992), através de seus próprios referenciais sócio-histórico-ideológicos.

É nesse sentido que acreditamos que a situação sociolingüística esteja intrinsecamente relacionada à educação escolar indígena e que **desvendá-la** é de suma importância para cada comunidade indígena, em particular para inseri-la em programas educacionais.

A fim de dar suporte ao que afirmamos comparemos o que ocorre com a situação sociolingüística dos Xerente. Constatamos que, diferentemente dos Krahô, os Xerente já possuem crianças que têm como língua materna o português e não o Xerente (Braggio 1992a; 1995b), fato esse, crítico para a sobrevivência da língua, de acordo com a maioria dos sociolingüistas.

Nos exemplos de mudança de código dos Xerente podemos observar que com exceção dos exemplos 1, 2 e 5 a mudança se dá sem nenhuma adaptação das palavras do português que aparecem

na língua-base Xerente. Isso fica evidente nos exemplos 3 e 6 onde aparecem as palavras **escola** e **professoras** há muito tempo usadas pelos Xerente, portanto empréstimos utilizados na mudança de código sem fonologização ou morfologização no Xerente.

Na fala em português, percebe-se claramente o uso de fonemas não pertencentes ao Xerente exatamente como o são em português, por exemplo /l/ "l" de **escola**, sendo também o acento tônico utilizado como em português e não como em Xerente, onde ocorre previsivelmente na última sílaba. Nos exemplos 4 e 7 onde aparecem novas palavras, essas também entram na língua sem nenhuma adaptação, **urso**, **leão**, **preguiça**, **camelo**. Isso ocorre com muito maior frequência do que no Karajá ou no Krahô.

Entrelaçando a situação sociolinguística anteriormente apontada com essas ocorrências de mudança de código do Xerente para o português, com palavras emprestadas desta língua, percebe-se que os Xerente estão menos resistentes à intromissão do português em sua língua. Em conclusão, de acordo com a análise da atual situação sociolinguística, a língua mais resistente ao português é o Krahô, sendo a que se mantém como única língua materna, ou seja, a primeira língua a ser aprendida por **todos** os membros da comunidade.

Num continuum de resistência linguística—e, claro, de suas próprias instituições—segundo o levantamento sociolinguístico, os Krahô se situam numa ponta do continuum e os Xerente, mais ou menos no meio desse continuum. Isto fica evidenciado, no caso Xerente, não só pelo uso da língua materna que já é o português em alguns casos, como pela própria forma de empréstimo que os Xerente fazem no momento, passando as palavras diretamente para sua língua, sem nenhuma adaptação, salvo raras exceções.

Nossas constatações implicam que, teoricamente, a língua que utiliza o empréstimo sem nenhuma adaptação à língua-base mostra uma forma de resistência menos forte do grupo indígena, no caso, o Xerente, à intromissão do português em sua língua materna, por inúmeras variáveis que historicamente têm atuado sobre o grupo.

Isso ocorre menos com os Karajá que mesmo se utilizando do empréstimo ou da mudança de código, continuam basicamente adequando-os à própria língua (para uma visão da situação sociolinguística de duas comunidades Karajá veja Vale 1995).

O que é relevante, como afirmamos anteriormente, é sabermos que isto ocorre para indivíduos e comunidades bilíngues e, como temos observado, independente do conhecimento de ambas as

línguas. Os porquês dessas ocorrências são os apontados pelos autores anteriormente tratados e, do nosso ponto de vista, a forma como ocorrem nas comunidades indígenas, indica claramente a situação sociolinguística do grupo e, portanto, o estado de sua organização sociocultural.

É nesse sentido que a educação escolar indígena tem um importante papel a desempenhar, pois, à medida que ciente do real estado sociolinguístico de um grupo, ela não só deve refletir sobre as estratégias e metodologias de ensino adequadas para a (re)afirmação da identidade étnica do grupo, como assegurar aos grupos indígenas a aquisição e desenvolvimento da competência pragmática no português.

Conclusão

Como pudemos constatar, as diferentes variedades utilizadas pelos povos indígenas aqui tratados nunca impediram que os falantes entre os diversos grupos aqui apresentados não pudessem construir uma significação e manter uma conversação através delas, tendo-as como "língua franca", i. é., uma língua (o português) mutuamente inteligível para todos, embora com ocorrências distintas de grupo para grupo. É importante notar que as mesmas ocorrências da fala manifestam-se na escrita em graus variados, dependendo também do conhecimento do escritor das convenções da escrita.

No caso da aquisição da linguagem escrita deve-se levar em consideração que a maioria das crianças indígenas bilingües têm maior acesso ao português na escola.

Antes de concluirmos este artigo, gostaríamos de fazer um parêntese para tratar da questão da tradução dos textos indígenas.

Como se tem podido observar pelos exemplos nas línguas utilizadas neste artigo fica patente a diferente organização estrutural e discursiva dessas línguas em relação ao português. Quando de sua tradução temos observado que existe uma adaptação delas ao português, no estilo de escrever das cartilhas, sem contexto linguístico, e com a mutilação do estilo discursivo.

A preocupação está em que, por não serem línguas majoritárias e recentemente descritas, tenham através da tradução de seus textos influências linguísticas negativas sobre suas estruturas discursivas, principalmente em se tratando de aquisição da linguagem escrita.

Nesse sentido, dentro dos programas de educação escolar indígena, deveria haver sempre uma preocupação redobrada com o material escrito bilíngüe destinado às crianças indígenas. Dentro de nossa proposta, a maioria deles é construída com as crianças, sendo pois a elaboração de textos bilíngües vista como um **processo** e não como um **produto acabado** que chega às mãos dessas crianças. Dessa forma há toda uma elaboração cognitiva para se produzi-los, o que não é permitido pelo produto acabado. Além do mais, deve-se trabalhar em sala de aula com atividades as mais significativas e funcionais possíveis estabelecendo um paralelismo com o que é natural fora da sala de aula. A síntese da abordagem sociopsicolinguística ou sociointeracionista abaixo finaliza nosso texto.

Numa abordagem sociopsicolinguística de ensino de língua, matemática ou segunda, todos esses fatores já abordados são fundamentais. Assinale-se, uma vez mais, que os materiais pedagógicos não são elaborados a priori, mas estão em permanente processo de construção, pelos professores e alunos, a partir das premissas básicas de que: 1) a linguagem é constitutiva do pensamento, do consciente e da subjetividade do indivíduo e de que 2) essa constituição se dá na interação social, na dialogicidade. Dessa forma, afasta-se da sala de aula o material pedagógico que se eterniza para diferentes gerações de alunos, já que o que está em jogo é o movimento ininterrupto da língua e da sociedade. Ou seja, onde ambas são dinamicamente concebidas sendo impossível um recorte que as cristalice. Neste sentido tanto professor como alunos são vistos como seres em permanente construção o que implica assumir a mesma postura em relação aos materiais pedagógicos. A figura abaixo dá uma idéia desse movimento dialético:

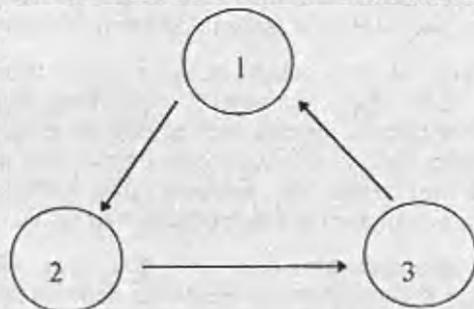


Figura 2. Adaptado de Harste (1985), em Braggio (1992)

A figura 2 pode compreender desde a metodologia até o currículo. À guisa de exemplo, tomemos a metodologia. No círculo 1 teremos o contexto situacional que se compõe da sala de aula, da interação entre professores e alunos, das concepções sobre a linguagem e sua aquisição sobre o homem, sobre a sociedade, dos conhecimentos anteriores: valores, crenças, expectativas etc. Esse contexto situacional pode ser extremamente variado indo, por exemplo, de concepções de linguagem e sua aquisição, de forma behaviorista ou dialética. Como a seta indica, esse contexto vai ter influência decisiva no que está contido no círculo 2, que é o referente ao aluno enquanto ser sócio-cognitivo e histórico, o qual por sua vez vai desembocar no círculo 3, o do desempenho, ou seja, o do que o aluno executa em função do contexto situacional. Num método behaviorista, com textos prontos e acabados, numa linguagem fragmentária, estática, cristalizada; com uma concepção de aquisição do conhecimento feita através de estímulos e respostas, sempre de um único tipo e não das possíveis e concretas, e do aluno concebido como um ser a-histórico, a-temporal (círculo 1), tem-se uma influência x sobre sua percepção do que seja linguagem, sua aquisição e usos (círculo 2), portanto, gerando um determinado desempenho (círculo 3), aquele que lhe é passado por todo o contexto no qual está inserido "e a profecia se auto-cumprir". Dentro do método behaviorista o movimento efetua-se, pois, do círculo 1 ao 3. Não há continuidade do círculo 3 ao 1. O desempenho do aluno não dá subsídios para o contexto onde está situado o professor. A seta é interrompida. Não há movimento dialético. Numa abordagem dialética, também o círculo 1 atua sobre o círculo 2 e 3. Todavia, não só o conteúdo do contexto situacional é totalmente o inverso do método behaviorista, como do círculo 3 prossegue-se para o círculo 1, num movimento contínuo onde a aquisição do conhecimento está em permanente construção na interação dialógica entre os sujeitos.

Portanto, não há o falante "ideal", o escrevente "ideal", o aluno "ideal". A realidade sociohistórica, lingüística e cultural é a matriz geradora do pensar e fazer pedagógico.

Relembrando, pois, os assuntos tratados nesse artigo podemos afirmar que não só os racionalistas têm contribuído para com uma postura diferente sobre lingua(gem) e sua aquisição como os sociointeracionistas, tendo estes últimos significativamente introduzido uma prática pedagógica mais efetiva na educação escolar indígena.

Referências:

- Agar, M. H. 1980. *The Professional Stranger: an Introduction to Ethnography*, Academic Press, New York.
- Aikenvald, A. I. 1995. *Multilingualism and Areal Diffusion in Itha Northwest Amazon*, ms.
- Braggio, S. L. B. 1981. *Aspectos Fonológicos e Morfológicos do Kadwêu*; Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, SP.
- Braggio, S.L. B. 1986. *The Sociolinguistics of Literacy: a Case-Study of the Kaingang, a Brazilian Indian Tribe*, Tese de Doutorado, não publicada, Universidade de New Mexico, New Mexico.
- Braggio, S.L. B. 1989. Alfabetização como um Processo Social: Análise de como Ela Ocorre entre os Kaingang de Guarapuava, Paraná, em *Trabalhos de Linguística Aplicada*, no. 14, julho-dezembro, UNICAMP, Campinas.
- Braggio, S. L. B. 1992a. *Leitura e Alfabetização: da Concepção Mecanicista à Sociopsicolinguística*, Ed. Artes Médicas, RGS.
- Braggio, S. L. B. Situação Sociolinguística dos Povos Indígenas do Estado de Goiás e Tocantins: Subsídios Educacionais, *Revista do Museu Antropológico*, v. 1, no. 1.
- Braggio, S. L. B. 1995a. *A Escrita e a Alfabetização Indígena e Não Indígena*, relatório de pesquisa.
- Braggio, S. L. B. 1995b. The Sociolinguistic Situation of Native People of Central Brazil: from Trilingualism to Language Loss, artigo apresentado no *Symposium on Language Loss and Public Policy*, University of New Mexico, USA.
- Braggio, S. L. B. 1995c. *Contribuições da Linguística para a Alfabetização*. CEGRAF:UFG.
- Brice-Heath, S. 1984a. Oral and Literate Traditions, em *International Social Science Journal*, v. 36.1.
- Brice-Heath, S. 1983. *Ways with Words. Language, Life and Work in Communities and Classrooms*, Cambridge University Press.
- : UFG, GO, 1995c.
- Cavalcante, M. P. 1993, comunicação pessoal, UFG.
- Cavalcante, M. P. e outros. 1992. Fonologia do Karajá, em *Revista do Museu Antropológico*, v. 1, no. 1.
- Clyne, M. 1978. Some (German-English) Language Contact Phenomena at the Discourse Level, em Fishman, J. *Advances in the study of societal multilingualism*, The Hague: Mouton.

- Diller, K. 1971. 'Compound' and 'Coordinate' Bilingualism: a Conceptual Artifact, *Word*, no. 26.
- Figueiredo, F.J.Q. 1995. *Estudo de Erros na Aprendizagem de Uma Segunda Língua: Uma Análise de Textos Escritos por Alunos do 1º Ano de Inglês na Universidade*, dissertação de mestrado, UFG, ms.
- Felisbino, M.N.M. *Kanhgâg Ag Vi Ve*, jornais, 2/94 a 7/1995, PIN-Apucarana, Londrina, Paraná.
- Fishman, J. 1980. Bilingualism and Biculturalism as Individual and as Societal Phenomena, *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 1, no. 1.
- Fishman, J. 1967. The Relationship Between Micro and Macro-Sociolinguistics in the Study of Who Speaks What Language to Whom and When, *Journal of Social Issues*, 23, no. 3.
- Fishman, J. 1972. Societal Bilingualism: Stability and Transition, *Bilingualism in the Barrio*, Final Report, U. S. Department of Health, Education and Welfare, Office of Education, Yeshiva University New York.
- Fishman, J. 1972. The Sociology of Language, P. P. Giglioli (ed.). *Language and Social Context*, Penguin Books, London.
- Fishman, J. (org.) 1977. *Advances in the Creation of Revision of Written Systems*, The Hague Mouton, New York.
- Fishman, J. and J. Lovas. 1970. Bilingual Education in Sociolinguistics Perspective, H. Allen and N. Campbell (eds.), *Teaching English as a Second Language: a Book of Readings*, McGraw-Hill, Inc. New York.
- Fortune, D. e Fortune, G. *Relatório sobre Educação Bicultural Karajá* (e outros livretos), SIL, Brasília, 1986.
- Gorbet, F. 1979. To Error is Human: Error Analysis and Child Language Acquisition, *ELT*, v. 34/1.
- Grosjean, F. 1982. *Life with Two Languages: an Introduction to Bilingualism*, Harvard University Press, Cambridge.
- Grosjean, F. 1994. Individual Bilingualism. *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, Pergamon Press: Oxford.
- Grosjean, F. 1995. A Psycholinguistic Approach to Codeswitching: the Recognition of Guest Words by Bilinguals, *One Speaker, Two Languages*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Gumperz, J. 1972. The Speech Community (1968), in Giglioli, P. P. (ed.), *Language and Social Context*, Penguin Books.
- Gumperz, J. and Hymes, D. 1972. *Questions in Sociolinguistics*, New York: Holt, Reinhart and Winston.

- Hall, E. T. 1982. *The Silent Language*, Anchor Press/Doubleday, New York.
- Halliday, M. A. K. 1989. *Spoken and Written Language*, Oxford University Press, Oxford, Londres.
- Hamel, R. H. 1984. Socio-Cultural Conflict and Bilingual Education - the Case of the Otomi Indians in Mexico, *International Social Science Journal*, 36, no. 1.
- Hamel, R. H. e Sierra, M. T. 1984. Diglossia y Conflicto Intercultural. La Lucha por un Concepto o la Danza de los Significantes, *Boletín de Antropología*, Mexico.
- Hamel, R. H. 1988. La Política del Language y el Conflicto Interétnico-Problemas de Investigación Sociolingüística, Orlandi, E. P. (org.), *Política Lingüística na América Latina*, SP: Fontes.
- Hasselmo, N. 1970. Code-Switching and Modes of Speaking, em Gilbert, G., *Texas Studies in Bilingualism*, Berlin: Ed. Walter de Gruyter.
- Major, R. 1994. Current Trends in Interlanguage Phonology, em Yavas, M. (org.), *First and Second Language Phonology*, Singular Publishing Group, Inc., CA.
- Mattos, R. de 1973. *Fonêmica Xerente* SIL, Brasília
- McClure, E. 1977. Aspects of Code-Switching in the Discourse of Bilingual Mexican-American Children, *Center for the study of reading*, Illinois.
- McLaughlin, B. 1978. *Second Language Acquisition in Childhood*, Lawrence Erlbaum Associates Publisher, Hillsdale.
- McLaughlin, D. 1992. *When Literacy Empowers: Navajo Language in Print*, The University of New Mexico Press, New Mexico.
- Mello, H.A.B. de. 1996. Codeswitching: Uma Estratégia Discursiva de Bilingües, dissertação de mestrado, UFG.
- Monte, N. 1993. Linguagem no Contexto Escolar Indígena: O Caso do Acre, em *Leitura e Alfabetização*, Cadernos ESE- FEUB Fluminense, no. 1.
- Muñoz, H. et al. 1980. 'Castellanización y Conflicto Lingüístico, el Caso de los Otomies del Valle del Mesquital', *Boletín de Antropología Americana* 2, Oaxaca.
- Orlandi, E. P. 1988. *Política Lingüística na América Latina*, Campinas: Pontes.
- Pefalosa, R. 1981. *Introduction to the Sociology of Language*, Newbury House Publishers.
- Poleck, L. 1993. Comunicação pessoal, UFG.
- Professores Índios do Tocantins. 1992. *Jornal dos Professores Índios do Tocantins*, ano 1, no. 0.

- Pütz, M. 1994. *Language Contact and Language Conflict*, John Benjamins, Amsterdã.
- Ribeiro, E.R. 1993. Comunicação pessoal, UFG.
- Rodrigues, A. D. 1986. *Línguas Brasileiras, Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*, SP: Edições Loyola.
- Romaine, S. 1995. *Bilingualism*, Mass.: Blackwell, Cambridge.
- Sameroff, A. J., Harris, A. E. 1980. Dialectical Approaches to the Early Thought and Language, in Spiro, R.; Bruce, B. C.; Brewer, W. F. *Theoretical Issues in Reading Comprehension: Perspective from Cognitive Psychology, Linguistics, Artificial Intelligence, and Education*, Hillsdale, N. J.; L. Erlbaum Associates.
- Scotton, C. e Ury, W. 1977. Bilingual Strategies: The Social Functions of Code-Switching, *Linguistics*, no. 193.
- Scotton, C. M. 1993. *Dueling Languages*, Claredon Press. New York.
- Seki, L. 1993. Notas sobre a História e a Situação Lingüística dos Povos Indígenas do Parque Xingu, em Seki, I. (org.) *Lingüística Indígena e Educação na América Latina*, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Seki, L. 1993. Observações sobre Variação Sociolingüística em Kamaluré, *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 4, Campinas, IEL/UNICAMP.
- Seki, L. (org.) 1993. *Lingüística Indígena e Educação na América Latina*, Campinas: Editora da UNICAMP.
- Selinker, L. 1972. Interference, *International Review of Applied Linguistics*, no. 10.
- Soares, M. 1986. *Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social*, Ed Ática, SP.
- Spolsky, B. 1979. Contrastive Analysis, Error Analysis, Interlanguage, and Other Useful Fads, *the Modern Language Journal*, v. LXIII, no. 5-6.
- Spolsky, B., Englebretch, G. e Ortiz, L. 1983. *The Sociolinguistics of Literacy. An Historical and Comparative Study of Five Cases*, Final Report, National Institute of Education, Grant, NIE-G-790179, Albuquerque.
- Spolsky, B. e Holm, W. 1971. *Literacy in the Vernacular: the Case of Navajo*, Navajo Reading Study, New Mexico.
- Street, B. V. 1982. Literacy and Ideology. *Red Letters*, v. 12, Londres.
- Teixeira, R. A. F.; Braggio, S. L. B.; Poleck, L.; Taveira, E. L. M. 1991. Projeto de Educação Indígena do Estado de Tocantins, SEE, Tocantins.

- Vale, M.S.S. 1995. *A Situação Sociolingüística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura: Uma Abordagem Funcionalista*, dissertação de mestrado, UFG, ms.
- Yavas, M. (org.). 1994. *First and Second Language Phonology*, Singular Publishing Book, Inc., CA.

OUTORGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO AO DR. ARYON DALL'IGNA RODRIGUES.*

Stella Maris Bortoni-Ricardo**

A vida acadêmica, que alguns de nós consideram muito parca de recompensas e atrativos, às vezes nos reserva momentos de muita satisfação. É um desses momentos que vivencio agora, quando me cabe a grande honra de apresentar a saudação do Instituto de Letras da Universidade de Brasília ao nosso colega e mestre, Professor Aryon Dall'igna Rodrigues, que hoje recebe formalmente o título a que de rigor já fez jus há muito tempo, o de Professor Emérito.

Quem escrever a história da Linguística brasileira vai-se dar conta de que ela se encontra inapelavelmente ligada à vida e ao trabalho do linguista Aryon Dall'igna Rodrigues.

O Professor Aryon completou seu doutorado em 1959, na Universidade de Hamburgo na Alemanha. Já no ano seguinte retomava seu trabalho docente na Universidade Federal do Paraná. E é lá que a equipe encarregada de fundar uma Universidade Nova, na nova capital que os brasileiros haviam construído, foi buscá-lo. Estava esta equipe empenhada em recrutar os melhores talentos do País em cada área do conhecimento e este compromisso levou-os até o jovem doutor que lecionava Linguística e Etnografia Brasileira em sua cidade natal. Em 1963 chega a Brasília e à UnB, onde se torna professor titular em 1964 e funda o primeiro programa brasileiro de Pós-Graduação de Linguística. Este programa nos dois anos de seu funcionamento, de 1963 a 1965, chegou a formar alguns mestres, pioneiros que ocuparam e ocupam posições ilustres em diversas universidades.

* Discurso proferido em 5 de dezembro de 1996.

** Universidade de Brasília - UnB

Não fora a truculência do regime político que se instalou no Brasil nesta época e que estendeu seus tentáculos até a jovem universidade onde se começava a produzir ciência compatível com o produto dos grandes centros universitários internacionais, a pós-graduação em Lingüística seria hoje coetânea da própria UnB. É bem sabido o que aconteceu, porém. Todos os professores desse Programa e dos demais programas emergentes deixaram a UnB na crise de 1965. Partia o Prof. Aryon, mas estavam plantadas, apesar da perplexidade e dos descaminhos do Brasil naquela década e na seguinte, as primeiras sementes de estudos lingüísticos, que tiveram de crescer e deitar raízes.

Saindo de Brasília, encontrou o Professor Aryon, no Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a oportunidade de dar continuidade, de forma sistemática, ao ensino pós-graduado de Lingüística. Era crucial fazê-lo, pois em 1962 a disciplina Lingüística havia sido incluída como matéria obrigatória no currículo mínimo dos cursos de graduação de Letras. Segundo informações que obtive em trabalhos do próprio Professor Aryon, havia no País, àquela época 90 cursos formadores de professores, nas faculdades de Filosofia e de Letras, mas se podiam contar nos dedos de uma mão os profissionais capacitados a ensinar Lingüística. De fato, a Lingüística, enquanto área de conhecimento e conteúdo curricular, ora era confundida com os estudos mais tradicionais da Filologia, ora com a gramática prescritiva da Língua Portuguesa. Urgia estabelecer seu escopo e parâmetros. E o Professor Aryon lança-se neste trabalho, definindo, em artigo hoje antológico, as "Tarefas da Lingüística no Brasil". Dizia ele, então:

As tarefas da Lingüística Pura, de ordem estritamente científica, podem ser englobadas nas três classes seguintes:

1^o) documentação e análise descritiva e interpretativa das línguas faladas no Brasil, incluindo as diversas variedades da língua portuguesa e as línguas indígenas;

2^o) levantamento, descrição e interpretação das situações de contato de língua, situações de bilingüismo, de aquisição de uma segunda língua, inclusive as situações de contato de variedades da língua portuguesa;

3^o) classificação e estabelecimento da história das línguas e de suas variedades, inclusive em função de seus contatos e mútuas influências.¹

¹ Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1972-3) *Alfa*, Departamento de Letras, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Marília, SP.

Seu texto, que continua atual, não obstante o enorme desenvolvimento que a Linguística teve no Brasil nas últimas décadas, apontava para todas estas tarefas, mas o lingüista já havia feito sua opção pessoal. Ele dizia : "[O estudo das línguas indígenas], de natureza profundamente descritiva, constitui no Brasil uma tarefa não somente enorme, mas também urgente. As línguas indígenas brasileiras estão desaparecendo em ritmo acelerado : ou desaparecem biologicamente _ os indivíduos se exterminam por fatores de várias naturezas _ ou desaparecem como comunidades distintas da grande comunidade brasileira de cultura e língua basicamente européias"². Foi à descrição e comparação das línguas brasileiras que o lingüista Aryon Rodrigues dedicou o melhor de seus esforços, tendo formado, em todos os centros por onde passou, dezenas de pesquisadores voltados para este mister.

Do Museu Nacional, Aryon Rodrigues chamava a atenção da comunidade acadêmica brasileira para o papel da Linguística Pura, não negligenciando porém as tarefas aplicadas da Linguística. Não me posso furtar de ler o trecho de seu artigo que mais gosto de citar. "O ensino da língua portuguesa a falantes de português, como se pratica normalmente nas escolas primária e secundária, se ressentido de várias deficiências, a principal das quais é sem dúvida o seu baixo rendimento médio. As causas dessas deficiências são sobretudo de natureza pedagógica, mas toda pedagogia lingüística depende, para ser acertada, do conhecimento seguro de duas ordens de fatores referentes à língua : as características estruturais e as características sócio-lingüísticas. Estas últimas são, no caso do ensino da língua materna, muito mais importantes que as primeiras e é certamente a falta de seu conhecimento adequado, ou pelo menos à sua desconsideração, que se deve atribuir grande parte das deficiências do ensino de português nas escolas primária e secundária". (idem, *ibidem*)

Estas palavras ressoavam pelos cursos da macro-área de Letras e afluíam ao Museu Nacional jovens de vários rincões do Brasil que desejavam aprender o que era Linguística. Tenho muito orgulho de ter estado, em 1970, entre eles.

Em 1973, o Professor Aryon transferiu-se para a UNICAMP, lá permanecendo até 1988. É reconhecido em toda a comunidade acadêmica seu papel importante na consolidação desse curso, onde

² Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1966) "Tarefas da Linguística no Brasil", *Estudos Lingüísticos*, vol. 1 (1):4-15

se formaram, com ele, vários mestres e doutores que hoje se dedicam ao estudo da estrutura e da tipologia das línguas indígenas.

Em 1988, já aposentado o Prof. Aryon na UNICAMP, soubemos, no Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula desta Universidade, que ele tinha planos de retornar à UnB, retomando um trabalho interrompido à força 23 anos atrás. Neste mesmo ano, o Professor Aryon era reintegrado à Universidade de Brasília.

Todos os que temos tido o privilégio de conviver com ele no LIV e no Instituto de Letras somos testemunhas de seu trabalho incansável, de sua camaradagem solidária e encorajadora, de seu ânimo permanente, de seu espírito de grupo, de sua disposição para formar pesquisadores novos, enfim, de sua dedicação à pesquisa linguística em geral e em particular à sub-área que elegeu e em que se tomou um dos maiores especialistas mundiais, o estudo das línguas brasileiras. Seu entusiasmo pelo desenvolvimento da pesquisa linguística na UnB era em 1988, e ainda é, o mesmo dos anos de pionerismo na década de sessenta.

Desejo citar pelo menos duas causas a que o Professor Aryon tem-se dedicado com fervor quase religioso: a formação de pesquisadores para atender à premente tarefa de descrever as línguas indígenas e a consolidação de um *locus* acadêmico próprio e bem definido para a linguística brasileira, em que a Linguística não se confunda com as ciências afins, mas que partilhe com elas um diálogo profícuo.

Há no Brasil hoje quase sessenta cursos de pós-graduação de Letras e de Linguística, macro-área que recebeu esta denominação nos órgãos de fomento e nos organismos nacionais de pesquisa. Estamos longe da década de 60, quando o jovem linguista doutorado pela Universidade de Hamburgo iniciava sua tão produtiva trajetória, procurando implantar uma nova área de conhecimento no Brasil, voltada para a pesquisa da linguagem humana e em especial das línguas faladas no País, tanto a língua portuguesa majoritária, quanto as línguas européias, asiáticas e brasileiras, que em nossa pluralista ecologia linguística são línguas minoritárias.

Estão aqui presentes, nesta tarde tão grata para a Universidade de Brasília, linguistas de diversas gerações que aprenderam e continuam a aprender muito com o Prof. Aryon Rodrigues. Estão também colegas de outras áreas que se têm beneficiado de seu convívio. Todos eles se congregam nesta justa

homenagem. Todos eles formulam votos de que o Professor Aryon possa continuar seu trabalho exemplar ainda por muitos anos.

Meu caríssimo Mestre e Colega, Professor Aryon Rodrigues, o Conselho Universitário da Universidade de Brasília, ao conceder-lhe este título de Professor Emérito, refletiu fielmente os sentimentos do Instituto de Letras e de nosso Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula. Todos nós temos muito orgulho de seu trabalho. Enche-nos de satisfação o fato de nosso programa de pós-graduação, que é continuador daquele que o Senhor criou nos anos sessenta, ser conhecido no Brasil e no exterior como um centro de excelência no estudo das línguas indígenas brasileiras. Seu trabalho constante, tranqüilo, mas ao mesmo tempo marcado pela obstinação que caracteriza os homens e mulheres que sabem que têm uma missão a cumprir em benefício de seus semelhantes, tem sido um exemplo para todos nós.

Os seus colegas e alunos da Universidade de Brasília juntamo-nos a sua família, aos seus ex-alunos e colegas de todas as universidades nacionais e internacionais, na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa onde o Senhor lecionou como professor da casa ou professor convidado: Universidade Federal do Paraná, UFRJ, UNCAMP, Universidade de la República do Uruguai, Universidade Nacional Autónoma do México, Universidade Católica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, USP, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia, Centro Cultural Brasil-Paraguai de Assunção, Universidade de Cornell, Universidade de Berkeley, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Goiás, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade de Leiden, na Holanda e Universidade de Münster na Alemanha para dizer-lhe o quanto lhe somos gratos o quanto lhe temos apreço e admiração. Receba nossa homenagem e nosso abraço comovido.